



## TRIGO



Governo estuda uma forma de colocar um ponto final na compra estatal. Lideranças do setor reagem contra a idéia da privatização, que coloca em risco a produção nacional.

Páginas 4, 5 e 6

### DÍVIDA EXTERNA

Qual será, exatamente, o valor da dívida do Terceiro Mundo? Se fala em 1,2 trilhão de dólares, mas quem garante que ela já não tenha ultrapassado essa cifra?

Páginas 16 e 17

### SOJA

Preço surpreende e alcança 8 dólares na Bolsa

Página 7



Rebanhos começam a ser melhorados

### OVINOCULTURA

A unidade de Jóia aposta no grande potencial de produção do município.

Páginas centrais

No Cotrisol, a história de Jóia contada pelas crianças

**COOPERATIVA REGIONAL TRITICOLA SERRANA LTDA.**



Rua das Chácaras, 1513 Cx. Postal 111  
Ijuí, RS - Fone: PABX (055) 332-2400  
Telex: 0552199  
CGC ICM 065/0007700  
Inscr. INCRAN N° 248/73  
CGC MF 90.726.506/0001-75

**ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA EXECUTIVA**

Presidente:  
Oswaldo Olmiro Meotti  
Vice-presidente/Pioneira:  
Celso Bolívar Sperotto  
Superintendente/Pioneira:  
Walter Frantz  
Vice-presidente/Dom Pedrito:  
Oscar Vicente Silva  
Superintendente/Dom Pedrito:  
Eduardo Augusto Pereira de Menezes  
Vice-presidente/MS:  
Nedy Rodrigues Borges  
Superintendente/MS:  
Lotário Beckert

Conselho de Administração (Efetivos):  
Egon Eickhoff, Jorge Alberto Sperotto, João Santos da Luz, Félix Gotardo, José Atalides Concelção, José Jorge Fleth de Oliveira, Irani dos Santos Amaral, Deniz Espedito Serafini, Oscar Otto Hoerlle, Luiz Carlos Roos, Olívio Moraes, Frederico Antônio Stefanello, Paulino Stralotto, Nilton Vieira de Souza, Leonildo Anor Pötter, Luiz Forcin e Edgar Severo.

**Suplentes:**

Onorildo Zangiolami, Carlos Leodoni Andrighetto, Arlindo Valk, Enor Camiel, Jorge Cleiton Gonzales, Hélio Antônio Weber, Jair Castro Rinaldi, Jaime Braz Sperotto, Pedro Gulotto, Sérgio Tesser, Cláudio Pradella, José Edmar do Nascimento, Noé da Silveira Peixoto, Omar Cuneigatti, Jorge Verardi Perez, Cândido de Godoy Dias e Florício Barreto.

**Conselho Fiscal (Efetivos):**

Realdo Cervi, Pedro Afonso Pereira e Jayme Wender.

**Suplentes:**

Ivo Vicente Basso, Antônio Carlos Xavier Hias e Amário Becker

**Diretores contratados:**

Rui Polidoro Pinto, Orlando Romeu Etgeton, Ari Zimpel, Clóvis Roratto de Jesus, Vilmar Hendges e Paulo Roberto da Silva.

**LOJAS COTRIJUI**

Regional Pioneira.....	26
Dom Pedrito.....	3
Mato Grosso do Sul.....	7
Total.....	36

**CAPACIDADE DE ARMAZENAGEM**

Regional Pioneira.....	584.800 ton.
Rio Grande.....	220.000 ton.
Dom Pedrito.....	91.000 ton.
Mato Grosso do Sul.....	476.150 ton.
Total.....	1.371.950 ton.

**COTRIJORNAL**

Órgão de circulação dirigida ao quadro social, autoridades, universidades e técnicos do setor, no país e exterior.

Nossa tiragem: 15.000 exemplares

Associado da ABERJE



**AJOCOOP**  
Associação dos Jornais e Revistas de Cooperativas

**REDAÇÃO**

Dária C. Lemos de Brum Lucchese  
Carmem Rejane Pereira

**REVISOR**

Sérgio Corrêa

**CORRESPONDENTE**

Campo Grande: Rosane Hern  
Porto Alegre: Raul Quevedo  
Composto no Jornal da Manhã de Ijuí e Impreso no Jornal do Comércio, em Porto Alegre.

**AO LEITOR**

**A** privatização da comercialização do trigo. Um assunto que virou polêmica desde o dia em que o governo anunciou o seu Programa Mínimo Econômico e, junto, a intenção de dar um fim no monopólio da compra estatal do trigo. As indústrias moageiras não gostaram da idéia, que no final das contas representa nada mais nada menos do que uma séria ameaça ao sistema de cotas, estabelecido há mais de 20 anos e que serve justamente para privilegiar esse cartel de pouco mais de 180 moinhos responsáveis pela industrialização da produção nacional e pelo controle da comercialização do trigo. De resto, ela só tem a ganhar com a medida. Vão continuar donas da produção, afinal detém o poder econômico, podendo com isso, inclusive, manipular o mercado de acordo com os seus interesses. Elas poderão não mais se privilegiar do sistema de cota, mas vão continuar, de qualquer forma, com a faca e o queijo na mão. Para os demais setores — aqueles envolvidos com a produção, recebimento e armazenagem — o ponto crítico é outro e envolve questões como o da própria produção interna. Quem garante, por exemplo, que a privatização não possa representar um risco para a produção nacional, hoje à beira da tão falada auto-suficiência? Se o governo está preocupado com os gastos com os estoques, diz Terciso Redin, o presidente da Fecotrigo, ele que trate de administrar a questão. Afinal, se existem estoques de produto, é porque o governo está importando produto. Todas estas questões e mais o lado dos pequenos moinhos, na matéria "O fim do monopólio", que inicia na página 4.

**N**uem poderia imaginar, lá pelos meados do ano passado, que a soja ia reagir no mercado e alcançar uma cotação de 8 dólares na Bolsa de Chicago? Que o preço ia melhorar, todo mundo andava falando e ra-

zões existiam de sobra para uma possível reação. Elas iam desde a entrada dos russos — mais agressivos — no mercado até a desvalorização do dólar, beneficiando as compras européias. Pois é, só que não foi por aí que o preço da soja deu um salto. Nem russos e nem dólares estão assumindo esta alta. É justamente a falta de chuva nos Estados Unidos o fator principal responsável pela alta no preço. E a exemplo do que aconteceu em 1983, a falta de chuva nas lavouras de soja dos americanos está empurrando as cotações que hoje já chegam a 8 dólares por bushel — 300 dólares a tonelada. É o melhor preço obtido pela soja nestes últimos quatro anos. Para os americanos as perdas já atingem 80 por cento das lavouras, mas 20 por cento delas nem chegaram a ser plantadas, mas vai um alerta: o mercado é de tempo ou como dizem os americanos, weather market, e assim que chover, a situação pode normalizar. É bom ficar de olho arregalado em cima da pedra. Matéria na página 7.

**A**ovinocultura no município de Jóia tenta se reanimar através de incentivos de produção, que possam dar uma maior organização técnica ao rebanho. Com um potencial de produção estimado em 300 mil cabeças, a atividade já passa a ser encontrada em algumas propriedades, mantida com uma preocupação de melhoria do rebanho, através da seleção por idade dos animais e de uma seleção zootécnica, que exige a incorporação de carneiros de raça definida para a reprodução. O desenvolvimento deste trabalho, realizado pela unidade da Cotrijuí desde o ano passado, mais o interesse do produtor e as recomendações de manejo estão nas páginas centrais.

**DO LEITOR**

**A reforma agrária que protege o latifúndio**



Álvaro Luiz Heldrich é geógrafo e professor da Unijui

A Assembléia Nacional Constituinte votou no dia 10 de maio passado o capítulo que trata da Reforma Agrária. O conjunto dos artigos aprovados (do n° 218 ao 225) referem-se basicamente a três aspectos: a) as condições sob as quais estão sujeitos os imóveis rurais para efeitos de desapropriação para Reforma Agrária; b) estabelece parâmetros para a política agrícola; e c) indica as condições a que estão sujeitos os beneficiários da distribuição de terras. Desses, o ponto mais polêmico, o da desapropriação, apresenta uma incongruência, pois, num artigo surge a possibilidade de realização da Reforma Agrária, num outro tal possibilidade desaparece.

Vejam: O artigo 218 diz que a União tem competência para desapropriar, para efeitos de Reforma Agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social. O artigo 220 estabelece que a função social é cumprida através dos seguintes requisitos: I — Aproveitamento racional e adequado; II — Utilização adequada dos recursos naturais e preservação do meio ambiente; III — Observância das disposições que regulam as leis do trabalho; e IV — Exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. Mas já no artigo 219 impede-se a desapropriação de qualquer propriedade

considerada produtiva, mesmo que não cumpra sua função social. Ou seja, para além da proteção da pequena e média propriedade, o latifúndio está sob o resguardo da lei para não ser desapropriado. A festa da UDR foi grande, pois todo mundo sabe como é raro um latifúndio cumprir qualquer função social que não seja exclusivamente beneficiar seu próprio proprietário.

Historicamente sabemos que as experiências de Reforma Agrária que já ocorreram no mundo podem ser classificadas em dois tipos: a Reforma Agrária burguesa e a Reforma Agrária socialista. Ambas modificam a estrutura fundiária, isto é, a forma como a terra é distribuída entre a população. A Reforma Agrária burguesa redistribui a terra tomando um número maior de pessoas como proprietários, democratiza o acesso a terra e visa aumentar a produção favorecendo o crescimento do mercado interno. A Reforma Agrária socialista, além de distribuir a terra igualmente entre os trabalhadores do campo, socializa as condições de produção, de forma a evitar os prejuízos que o mercado impõe à agricultura e, também, visa o aumento de produção e de produtividade. Mas, a Reforma Agrária brasileira, se é que podemos chamar de Reforma Agrária, tanto pelo que já foi feito como pelo que agora está previsto na futura constituição não se classifica em nenhum tipo desses, ou melhor, seria uma espécie de Reforma Agrária latifundiária. Isto porque é a única no mundo que cria um mecanismo sob o qual o latifúndio pode se proteger.

Nosso país tem 83 por cento de suas terras apropriadas pelos latifúndios, os quais produzem hoje, cana, café, cacau e pecuária bovina, principalmente. Além disso, tais explorações utilizam mão-de-obra temporária, usa pouca tecnologia e investem pouco em melhoramentos. Enquanto isso, os mi-

nifúndios que ocupam apenas 9 por cento das terras brasileiras, produzem milho, soja, arroz, mandioca, batata, feijão, tomate, aves, leite (...), utilizando mão-de-obra permanente e produzem em moldes intensivos, isto é, utilizando ao máximo os recursos físicos e sociais disponíveis. Por outro lado, calcula-se hoje que são mais ou menos doze milhões de trabalhadores rurais que precisam de terra para trabalhar e, mesmo assim, ainda sobra gente procurando emprego na cidade.

Pois a manutenção dessa situação consistiu na festejada vitória do chamado "Centrão", que reúne representantes dos latifúndios e das multinacionais, os quais se alojam (acho importante identificar) nos seguintes partidos: PDS, PFL, PDT, PMDB, PTB, PL, PDC.

Um resultado assim extremado e contradizente joga para a legislação ordinária o seguinte problema: a) definir o que é uma propriedade produtiva e b) definir sob que condições a propriedade produtiva deve cumprir sua função social, já que estando resguardada da desapropriação, nada lhe impõe obrigação de cumprir função social. Mas, esperar por um conceito de produtividade ou pela obrigação da função social significa navegar no mesmo leito do atual plano de Reforma Agrária, já que a experiência tem demonstrado os vários recursos legais e não-legais em que o latifúndio tem se apoiado para represar a Reforma Agrária.

A alternativa que permanece é uma só e consiste na continuidade do movimento dos trabalhadores rurais sem terra.

Ainda, é importante que fique a seguinte lembrança: quem votou contra o trabalhador rural sem terra foi o mesmo que votou pela manutenção do conflito, foi o mesmo que optou pela fome e pelo frio da maioria, preferindo deixar a terra nas mãos de estrangeiros e de produtores de bóias-frias.

## A Cotrijuí na Retomada

"A Retomada é uma instância política de diálogo interinstitucional que procura discutir o desenvolvimento de Ijuí. Quem faz esta afirmação é o novo coordenador da Retomada para o Desenvolvimento de Ijuí, Walter Frantz, superintendente da Cotrijuí na Regional Pioneira, que classifica o trabalho da comissão como um movimento não formal, sem poder decisório, "mas que procura viabilizar o diálogo e as discussões relacionadas com o desenvolvimento do município". E como tal, essa comissão vem procurando examinar eventuais planos, idéias e projetos empresariais que porventura pessoas ou grupos queiram desenvolver em Ijuí.

O coordenador da Retomada assinala que existem vários projetos em discussão e que envolvem questões como a conservação e recuperação do solo da região, a saúde, o meio ambiente, a cultura, entre outros. Como exemplo prático de projetos que já estão em andamento, ele cita a instalação de uma microbacia na estrada que vai para o CTC e que, para sua concretização, contou com apoio, tanto em recursos humanos como em materiais, da Cotrijuí e da Prefeitura Municipal. "Mas foi um trabalho, deixa claro, realizado com o consenso das demais entidades do município envolvidos no movimento. Muitas vezes, prossegue, o apoio político é muito mais importan-



A primeira reunião da Retomada sob a coordenação da Cotrijuí

te para a sua concretização do que a contribuição financeira".

Os próprios agricultores, moradores da Linha 6 Oeste, que abriram suas propriedades para que o trabalho da instalação da microbacia pudesse ser realizado, estão inseridos dentro do processo da Retomada. E assim como o projeto da microbacia, existe o projeto de saúde sendo levado pela Comissão Interinstitucional Municipal de Saúde, "que mesmo sem recursos, vem fazendo o trabalho avançar". Na área cultural, ele lembra da necessidade de se buscar apoio para a solidificação da Universidade de Ijuí. Também inserida neste mesmo processo a Fundação Cultural de Ijuí. "Com conhecimento, ressalta, se consegue produzir desenvolvimento".

### PREOCUPAÇÃO

A realização, em outubro deste ano, da I Feira de Tecnologia Apropriada e da II Festa das Culturas Diversificadas, estão dentro desta preocupação da Retomada. "Todos estes projetos não são méritos de pessoas isoladas, mas representam um compromisso assumido com a co-

munidade", observa o coordenador destacando ainda como resultado deste trabalho, o clima de diálogo que existe entre as diferentes empresas de Ijuí.

E a Cotrijuí na frente desse processo, segundo Walter, tem a preocupação de dar continuidade a essa linha de trabalho que já vinha sendo desenvolvida, procurando, no entanto, ser criativo. "A nossa preocupação é fazer o trabalho avançar, mas para isso, queremos continuar recebendo o apoio das demais entidades". Destaca como desafios a realização das duas Feiras e a IV Expo-Ijuí, a ser realizada no ano que vem, quando Ijuí estará comemorando 100 anos de emancipação. "A nossa proposta, destaca, é procurar ser um espaço de apoio e incentivo a todas as idéias, planos e projetos que possam surgir, sejam eles de empresas privadas, do poder público ou até mesmo de pessoas físicas".

Walter Frantz

## Gaúchos e americanos reforçam intercâmbio



O casal William-Lou Fuller e Carmen Englert

O presidente dos Partners (Companheiros das Américas) do Estado de Indiana, Estados Unidos, visitou Ijuí dia 18 de maio. Acompanhado da esposa Lou e da presidente do núcleo gaúcho dos companheiros, Carmen Englert, William Fuller estreitou as relações já existentes entre seu Estado e o Rio Grande do Sul.

O programa Partners teve início em 1964, e a partir de então cada estado norte-americano procurou através de intercâmbio cultural e programas assistenciais, estreitar relacionamento com estados brasileiros e demais países da América do Sul.

O William Fuller manteve encontro com o reitor da Unijuf, professor Telmo Rudi Frantz, presidente do núcleo local dos Companheiros das Américas, recebendo informações sobre novos intercâmbios. Há projetos em execução, outros em andamento. Filhos de agricultores da região se encontram naquele país, hospedados por famílias de agropecuaristas de Indiana. Vão permanecer até o dia 20 de julho, participando ativamente das atividades profissionais e sócio-culturais com suas respectivas famílias adotivas. Na Cotrijuí o casal Fuller e Carmen Englert foram recebidos pela direção. Muitas informações foram trocadas sobre os sistemas de produção, custos e comercialização.

## Governador de Formosa visita Cotrijuí

Chega a Ijuí, no próximo dia 11, para uma visita a Cotrijuí, o governador da Província de Formosa, Argentina, Vicente Joga. A visita do governador de Formosa a Ijuí tem por finalidade conhecer os trabalhos realizados pelo Centro de Treinamento na área de piscicultura. Acompanha o governador na sua visita o subsecretário de Indústria e Comércio, Ariel Suarez; e intendente de Formosa Lisbel Rivina; o presidente da Federação Econômica, Enrique Zana Zanin; o zootecnista Conrado Maggoreni e o produtor rural Ramon Argañaraz. A comitiva chega a Ijuí por volta das 10 horas da manhã, sendo recepcionada no aeroporto, de onde seguirá direto para o CTC. À tarde, depois da visita a Estação de Piscicultura, os visitantes seguem para Panambi, onde pretendem visitar o ranário de propriedade de José Francisco do Amaral.

## CURTAS

• No último dia 24 de maio o vice-presidente da Regional MS Nedy Borges, e o diretor da área de Saúde e Educação, Rui Polidoro Pinto, estiveram reunidos com Cláudio Luís Fontanillas Fajeli, superintendente Regional do Inamps de Campo Grande, quando apresentaram a proposta de trabalho da Cotrijuí na área de saúde naquele Estado. Este contato é um passo para a assinatura do convênio de Aplicação dos Recursos retidos do Funrural, já conveniado com o IAPAS.

• Nem mesmo a entrada, até o final do ano, de cerca de 1,8 milhão de toneladas de trigo da Argentina e do Canadá e a notícia da possível privatização na comercialização do produto, está assustando os triticultores gaúchos que neste inverno pretendem aumentar a área de plantio entre 10 a 15 por cento. Sendo assim, o Rio Grande do Sul estará plantando neste inverno em torno de 1,5 milhão de hectares com uma estimativa de produção que deverá ficar acima da de 87 que ficou em 1,7 milhão de toneladas. Na área de ação da Cotrijuí, Regional Pioneira, as primeiras intenções de plantio parecem se confirmar. A lavoura deverá crescer de 102 mil hectares para 122 mil.

• Governo estuda mudanças na política agrícola para a próxima safra de verão, podendo começar por alterações no crédito rural, como forma de reduzir os gastos com subsídios que ainda continuam embutidos nos financiamentos das lavouras. É idéia promover uma substituição dos subsídios no crédito de custeio por outro a ser oferecido na comercialização, tirando do Estado o compromisso com a compra do produto. E por aí vem a idéia da privatização.

• O agricultor fica fora do trileão. Ou melhor: não está mais obrigado a incluir os rendimentos provenientes de suas atividades no cálculo do trileão. Essa concessão sobre os rendimentos agrícolas provocará uma diminuição de 6 milhões de OTNs — Cz\$ 6,8 bilhões — na arrecadação prevista para este ano com o trileão.

• No dia em que a Constituição for promulgada, as cooperativas de crédito que se espalham por esse Brasil afora, deixarão de ser marginalizadas e olhadas com desdém. Pelo menos assim ficou decidido, e levou o voto de 421 constituintes. As cooperativas de crédito não poderão mais ser discriminadas entre instituições financeiras. Para ilustrar essa boa vontade que agora vira lei, o Banco Central já está autorizando a criação de novas cooperativas de crédito.

## Prejuízo de 1 bilhão de dólares

O Rio Grande do Sul deverá perder, neste ano, mais de um bilhão de dólares em função das perdas com a estagnação que assolou o Estado e deixou parte da produção no chão. O cálculo dos prejuízos foi feito pela Fecotrijo recentemente. Apenas com a soja, os prejuízos chegam a 600 milhões de dólares. No milho eles poderão chegar a 200 milhões, atingindo, inclusive, outros setores como a avicultura e a suinocultura.

A lavoura de soja, praticamente toda colhida, deverá apresentar uma produção de 3.636.811 toneladas, contra uma previsão inicial de 5.839.484 toneladas. Sendo assim, deixaram de ser colhidas 2.202.673 toneladas, com uma quebra na produção de 37,7 por cento. A média de produtividade ficou em 1.060 quilos por hectare, quando a estimativa inicial indicava 1.702 quilos. As perdas com o milho também não ficarão longe. Segundo a Fecotrijo, a quebra chega a 30 por cento. Isto significa que a seca levou 1.048.676 toneladas. Da produção estimada que era de 3.491.283 toneladas, o Rio Grande do Sul está colhendo pouco mais do que 2.440.000 toneladas. As perdas com a soja e o milho, juntos, vão ficar em 3.251.349 toneladas.

TRIGO

# O fim do monopólio

O monopólio da compra estatal do trigo pode estar com seus dias contados. Pelo menos esta é a intenção do governo, embora a privatização da comercialização não tenha ainda data certa para entrar em vigor, podendo inclusive, nem sair neste ano. O anúncio do fim do monopólio foi feito no dia 16 de maio, como parte do Programa Mínimo Econômico e não deixa de representar uma ameaça aos 186 moinhos brasileiros que detêm o direito e os privilégios de industrializar, sozinhos, o trigo no Brasil. Com o fim do monopólio da compra estatal do trigo, o sistema de cotas, distribuídos a esse grupo restrito de moageiros, automaticamente deixa de existir, e a comercialização passa a ser operada livremente, sem interferência do governo, assim como acontece com a soja e demais produtos. A compra estatal do trigo existe desde 1968, quando, através do Decreto-lei 210, o governo passou a ser o único comprador do produto, administrando via Ctrin — Departamento de Comercialização do Banco do Brasil —, a comercialização tanto do produto nacional como do importado.

O anúncio da intenção de privatizar a comercialização do trigo não causou grandes surpresas, pois o assunto já vinha sendo cogitado há algum tempo. Mas mesmo que não tenha causado surpresas, ele pegou muita gente desprevenida, que não esperava essa postura do governo logo depois de ter anunciado a eliminação do subsídio ao trigo. Para o governo, no entanto, não há motivos para alarmes. Ele até já está dizendo que a privatização da comercialização do trigo não é para essa safra que recém está indo para a lavoura. Motivos para adiar a sua decisão, ele tem de sobra: excedente tanto do produto nacional como do importado.

Mas enquanto o assunto privatização continua no campo das especulações e sendo motivos de estudo por parte do governo, alguns setores, como as próprias indústrias moageiras, cooperativas e inclusive produtores, entre outros, levantam questões relacionadas com os destinos da triticultura brasileira. A liberação da comercialização, segundo alguns destes setores, pode colocar em risco a produção interna de trigo e levar ao desaparecimento as pequenas indústrias moageiras, sem condições econômicas e técnicas de fazer frente a concorrência a ser imposta pelas grandes indústrias.

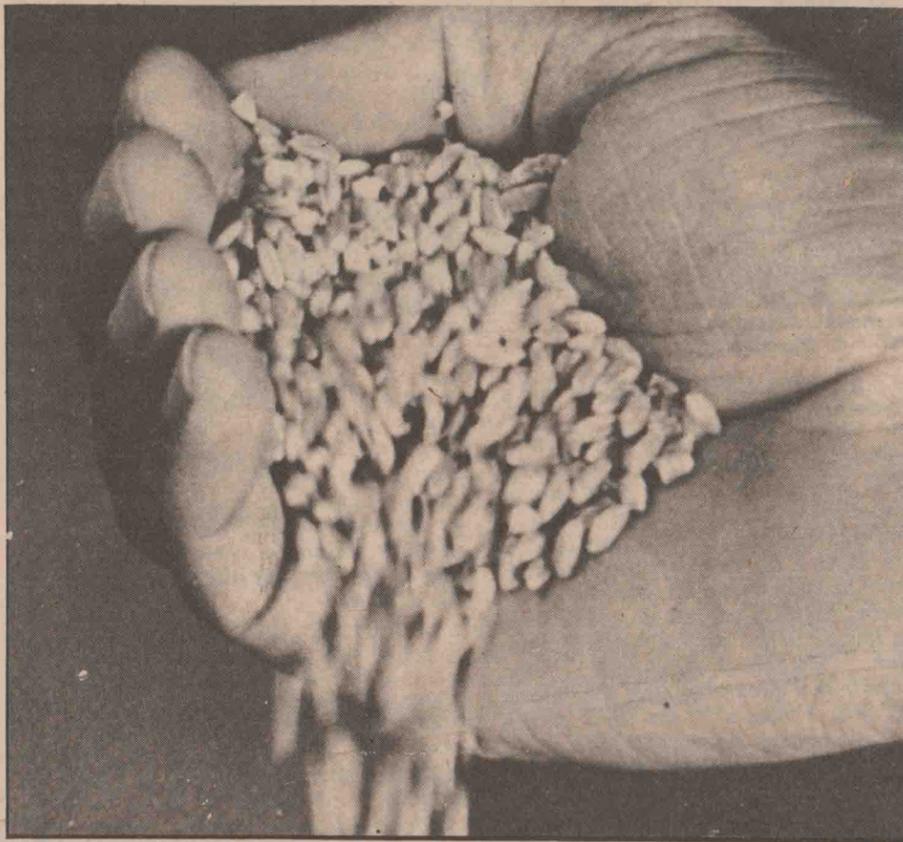
## SUBSÍDIO ELIMINADO

Para os professores Dilson Trenepohl e Moacir Hetzel, ligados ao Departamento de Economia da Universidade de Ijuí, o fim do monopólio da compra estatal do trigo só será viável quando o subsídio ao produto estiver totalmente eliminado. Caso contrário, essa decisão do governo pode ficar comprometida, já que o subsídio é um prejuízo que o governo vem assumindo "e que nenhuma empresa do setor privado quer absorver".

A questão do fim do monopólio estatal da compra de trigo, segundo os professores, pode ser analisada através de várias hipóteses já que por enquanto não se sabe por qual lado o governo poderá sair na sua decisão.

## ELIMINAÇÃO DAS COTAS

Uma destas hipóteses analisa a possibilidade do governo manter a compra estatal — tanto a nível de mercado interno como externo —, eliminando, no entanto, o sistema de cotas.



O governo quer deixar de assumir os riscos com o trigo

O governo compraria a produção e faria a comercialização através de leilões, "sem qualquer subsídio. Cheio de razões para não querer mais saber do sistema de cotas, o governo, numa só tacada, estaria eliminando essa situação de privilégios e ainda por cima ficaria livre de suas despesas com custos financeiros dos estoques, com armazenagem e com transporte.

O sistema de cotas, introduzido em 1968, tem servido para privilegiar os moinhos que detêm o direito de industrializar o trigo no Brasil. "Eles têm do governo, observa Dilson, uma fonte garantida de fornecimento de matéria-prima, que é entregue, mensalmente, dentro do próprio moinho, com preços assegurados e sem nenhuma despesa". Essa é uma situação completamente diferente daquela vivida pelas indústrias de soja, por exemplo, que são obrigadas a buscar no mercado a matéria-prima necessária. Mas as vantagens ainda vão mais longe. Elas trabalham num mercado cativo, sem qualquer concorrência, "já que o governo é quem ajusta a oferta à procura".

A própria margem de lucro das indústrias moageiras é determinado pelo governo que usa como parâmetro planilhas de custos totalmente defasadas, tanto a nível tecnológico como de produção de escalas. "Ele se baseia, explica Moacir, em cima da produção de pequenos moinhos que trabalham com tecnologia atrasada e em pequena escala de produção". Ou pior ainda: ele se baseia em cima de determinadas indústrias que até já deixaram de usar certas técnicas e atualmente trabalham com processos de produção mais modernos, só que estas alternativas não foram incorporadas às planilhas que continuam indicando uma estrutura de custos que há muito não corresponde à realidade. Mas enquanto isso, os grandes moinhos, dotados de alta tecnologia e escala de produção elevada, continuam aumentando seus lucros, na medida que não repassam aos consumidores as reduções de custos obtidos.

Outros artifícios, como a cobrança de ágio aos compradores de farinha e que sempre correu solto toda vez que a demanda superou a oferta do produto, também tem contribuído para aumentar ainda mais esta margem de lucro que já não é pequena. O caso que aconteceu em 1986, envolvendo vários moinhos gaúchos e que ficou conhecido como "Operação Branca de Neve", é um exemplo de artifício adotado pelas indústrias moageiras para aumentar os lucros. Neste caso citado, elas vendiam farinha de trigo tipo especial como se fosse comum e recebiam a diferença por fora.

Certamente que a eliminação do sistema de cotas colocaria um ponto final nesta situação de privilégio garantida pelo próprio governo e paga com o dinheiro do contribuinte. Sem as famosas cotas, as indústrias interessadas em adquirir matéria-prima teriam que enfrentar a concorrência, arcando ainda por cima, com todas as despesas de transporte e armazenagem. E o governo, pelo seu lado, não teria prejuízos e ainda teria a chance de vender toda a produção a preços corrigidos, tirando toda a sua despesa, "assim como ocorre no caso do milho", explica Dilson.



Dilson e Moacir: só depois que o subsídio deixar de existir

Governo anuncia fim do monopólio da compra estatal. Medida deverá ser adotada só no próximo ano. Sistema de cota fica ameaçado.

## SÓ COM AS IMPORTAÇÕES

Outra hipótese ventilada pode ocorrer se o governo se decidir pela liberação do mercado interno, mas sem abrir mão da responsabilidade de continuar comandando as importações. Ele não seria mais o único comprador da produção interna, mas asseguraria o preço mínimo. E o trigo, a exemplo do que acontece com os demais produtos, entraria numa nova política de preços "podendo, inclusive, ter o seu valor real reduzido", alerta o professor Dilson. Essa situação iria gerar uma disputa acirrada no mercado interno. Por trás desta disputa o Dilson vê ainda a questão da infra-estrutura, favorecendo os grandes grupos moageiros, que, mesmo não estando suficientemente estruturados, detêm o poder econômico. E sendo assim, estas indústrias moageiras ficam com a faca e o queijo na mão, já que têm condições até de moldar o mercado de acordo com seus interesses. Com condições de segurar a concorrência, elas podem até inviabilizar os pequenos moinhos que fatalmente serão novamente engolidos pelas grandes indústrias. Estrategicamente podem ainda elevar os preços, se sujeitando a trabalhar com uma margem menor de lucro, ao preço de poderem ficar meio sozinhas no mercado. Enquanto isso as pequenas indústrias, com menor escala de produção e sem qualquer meio de entrar nessa competição, serão, automaticamente, jogadas fora do mercado.

Uma vez liberada a comercialização do trigo, o produtor não vai mais ficar na obrigação de entregar a sua produção ao Banco do Brasil, via cooperativas ou armazéns do governo. "Ele vai vender onde achar melhor, assinala Dilson, lembrando que nem toda a produção deverá passar pelas cooperativas. O que isso pode significar para as cooperativas? Prejuízos?, indaga. O trigo, nesses anos de compra estatal, sempre possibilitou bons retornos, via armazenagem, às cooperativas que também por outro lado viam no recebimento do cereal a chance de dar mais utilidade à capacidade existente "e que de agora em diante corre o risco de ficar ociosa".

Mas na outra ponta, onde estão as empresas privadas, a liberação da comercialização do trigo pode representar um bom negócio, "pois as grandes indústrias geralmente fazem parte de um grupo maior, dotado de alguma estrutura que agora vai ser melhor aproveitada". Elas não vão mais rece-

ber produto em apenas alguns meses, mas durante quase todo o ano, reduzindo desta forma, seus custos. "Mas as cooperativas, por sua vez, alerta Moacir vão enfrentar outra situação completamente diferente. Vão ter que sair à procura de compradores, negociar margens de lucros e até fixar o preço na pedra, assim como fazem com o milho. "Quem garante, questiona Dilon, que amanhã esta nova situação a ser vivida pelas cooperativas, não venha representar prejuízos?"

#### PRIVATIZAÇÃO TOTAL

Uma outra hipótese, a terceira, no caso, seria a da privatização total da compra do trigo. Quer dizer: a comercialização do trigo correria livre, mas o governo garantiria o preço mínimo, como já vem ocorrendo com o milho. Esta é uma hipótese considerada pelos professores como pouco provável, já que ao tomar essa decisão de liberação total do mercado, o governo estaria jogando a produção nacional, recém safada de uma situação de proteção total para uma "situação de lei das selvas".

A liberação total do mercado vai assinalar uma disputa muito forte entre o produto nacional e o importado. "Temos hoje, observa Moacir, a nível mundial, uma produção de trigo ao redor de 505 milhões de toneladas com um estoque excedente de 147 milhões de toneladas. Existe trigo sobrando à vontade, o que é totalmente desfavorável ao produtor brasileiro, na medida em que esse produto importado, além de apresentar um custo de produção mais baixo, ainda é subsidiado". Essa situação coloca a produção interna em sérios riscos, podendo, inclusive, desestimular a triticultura brasileira. "Certamente, diz ainda, se a hipótese da liberação total do mercado se confirmar, só vai continuar plantando trigo aquele produtor altamente tecnificado e especializado, com condições de alcançar boa produtividade e conseguir enfrentar os preços baixos. Para o trigo brasileiro essa situação não é boa, pois dificilmente ele vai ter condições de competir no mesmo mercado com o trigo importado".

Essa hipótese é difícil de acontecer, pois a liberação total do mercado levaria as indústrias moageiras a optar pelo produto importado, de preços mais baixos e até de melhor qualidade. A não ser, alertam os professores, que o governo adotasse, ao mesmo tempo, algumas medidas de proteção ao mercado interno. Eles lembram que as importações de trigo da Argentina e Canadá, são exemplos que já começam a criar problemas. Por outro lado, a liberação total levaria a uma situação de achatamento de preços do produto, "ganhando o consumidor e as indústrias, mas sacrificando o produtor", analisa Moacir. Ele acredita que nem mesmo o lobby dos grandes moinhos será suficientemente forte para impor a liberação do mercado externo. "De uma forma ou de outra o governo deverá dar um jeito de controlar as importações", finaliza.

#### CONDIÇÕES POLÍTICAS

Essas três hipóteses analisadas pelo Dilon e o Moacir são tecnicamente possíveis, podendo ou não ser implantadas pelo governo, dependendo no entanto, das condições políticas do momento. As mudanças previstas a partir da liberação da comercialização, em qualquer uma das hipóteses, indicam um sentido de gerar benefícios — ganhos reais — ou até prejuízos, para os setores envolvidos. Mas fundamentalmente essa decisão, seja ela qual for, significa que os riscos não serão mais assumidos pelo governo. Cada setor envolvido vai tratar de clarear suas metas e procurar defender seus interesses com as forças que tiver em mãos.

## Ameaça à triticultura brasileira

"A privatização da comercialização do trigo vai perturbar toda a produção tritícola brasileira", assegura Lourenço Furian ao rebater a intenção do governo de extinguir o monopólio da compra estatal do produto. "A compra estatal do trigo, reforça, é uma das poucas coisas que ainda continua funcionando corretamente neste país. Não entendo porque o governo está querendo mexer nesta área que é, inclusive, controlada por um órgão oficial competente". Lourenço Furian é um dos seis proprietários da Empresa Furian, Bergoli — Indústria e Comércio de Cereais Ltda. de Pejuçara. O Moinho Furian foi construído há mais de 50 anos atrás e é um dos poucos da região que ainda opera dentro do sistema de cotas estabelecido pelo governo. Ele industrializa e coloca no mercado da região Noroeste do Estado e parte da fronteira, a farinha de trigo Duquesa. A cota semanal do Moinho Furian é de 4,4 toneladas de trigo, "o que é insuficiente dado ao consumo do produto", reclama o proprietário.

Para Furian, se realmente o governo se decidir pela extinção do monopólio estatal da comercialização do trigo, ele vai estar beneficiando os grandes grupos que, mais uma vez, vão engolir os pequenos "sem condições de competir de igual para igual no mercado". Acredita que o jogo da oferta e procura vai ser violento, podendo afetar inclusive o preço do produto a nível de produtor "que hoje é assegurado pelo governo". O preço do produto, diz ainda, vai ser determinado de acordo com os interesses dos grandes grupos. Calcula que os pequenos moinhos, que operam dentro do sistema, vão ficar totalmente penalizados.

Por trás dessa intenção do governo, segundo Furian, existem outros

interesses no sentido de desestimular a triticultura brasileira. A entrada do produto estrangeiro, subsidiado e com custo mais baixo, vem fazer uma concorrência desleal, beneficiando aquela indústria de maior poder econômico. "Se o governo optar mesmo pela privatização, a triticultura brasileira corre sérios riscos, o que é lamentável, pois a tão falada auto-suficiência já estava chegando perto".

A sugestão do proprietário do Moinho Furian é de que o governo, em vez de mexer na comercialização, revise as cotas dadas aos moinhos, "totalmente desatualizadas. "Estamos trabalhando com cotas aquém da nossa capacidade de moagem, ficando a indústria ociosa na maior parte do tempo". O aumento do consumo, por si só, segundo ele, já justifica a necessidade de atualizar essas cotas dadas aos moinhos. Em defesa da manutenção do atual sistema de comercialização, Furian convida produtores, trabalhadores, sindicalistas, para fazer frente ao governo e mostrar a necessidade de conservar a compra estatal. "Se o governo realmente mexer nesta área, a comercialização do trigo vai virar um caos", adverte.

#### RETROCESSO

Loide Walter, uma das proprietárias do Moinho Walter de Ijuí, tem opinião semelhante ao de Lourenço Furian, quando analisa a questão das consequências a nível de produção interna. "Os grandes moinhos, diz ela, vão dar preferência ao trigo importado, que além de apresentar melhor preço, é de melhor qualidade. Garante que em pouco tempo, a triticultura brasileira vai voltar ao ponto de partida. "Será um grande retrocesso, até porque o preço do produto vai correr de acordo com os interesses das grandes indús-



Lourenço: revisão das cotas



Loide: perigo das fraudes trias".

A proprietária do Moinho Walter também não vê razão para que o governo mexa num mercado que "é hoje muito bem organizado". Ainda dá para lembrar do caos que era a comercialização do trigo antes da estatização", diz ela ressaltando que a privatização pode proporcionar a volta das fraudes e desvios. Lembra que o próprio ICM vai estar em perigo com a privatização. "O ICM hoje é recolhido na íntegra, mas e depois, como vai ficar? Ah, vejo os riscos de fraudes que o governo vai estar correndo", diz por fim Loide, que também não acredita na volta dos moinhos coloniais e desativados com a implantação do sistema de cotas. "O custo de instalação e manutenção de um moinho é muito alto e isso vai dificultar qualquer tentativa de volta destes moinhos que estão fora do mercado", assegura.

A cota mensal de trigo do Moinho Walter é de 310 toneladas. Ele processa, para toda a região, a farinha Lorijuí.

## Primeiro a auto-suficiência

Ernesto Bönmann, proprietário do Moinho Bönmann e Cia. Ltda., localizado na Linha 3 Oeste, em Ijuí, não está levando muita fé nessa idéia do governo de pôr um fim no monopólio da compra estatal do trigo. Antes disso, segundo Ernesto, o governo precisa investir e apostar na auto-suficiência da produção interna. "Privatização da comercialização do trigo? Só depois que o país não estiver mais importando trigo. Ah sim, pode se tornar viável. Antes disso é um grande risco e pode prejudicar a produção brasileira", garante.

O Moinho Bönmann foi fundado há mais de 30 anos pelo pai do Ernesto e, a princípio, chegou a integrar o seletivo grupo privilegiado de indústrias moageiras do país, beneficiado com o sistema de cota. Mas não trabalhou por muito tempo dentro do sistema. O moinho era pequeno e tinha poucas cotas, "o que não compensava, já que algumas ocasiões ítnhamos que buscar o trigo em Porto Alegre", diz. Mas o fator decisivo para o Moinho Bönmann cair fora do sistema, segundo o seu proprietário atual, foi a pressão dos grandes grupos, interessados em concentrar ainda mais a industrialização do trigo no país. "A saída foi vender as cotas e tentar sobreviver da prestação de serviços para os



Ernesto Bönmann: muitos riscos colonos da região.

#### O SUBSÍDIO ATRAPALHOU

Sem as cotas necessárias para continuar industrializando o trigo, o Moinho Bönmann, através de seu antigo proprietário, tentou sobreviver moendo trigo e fazendo farinha para os agricultores da região. Mas isso foi possível até determinada época. Depois que veio o subsídio ao trigo, a farinha ficou mais barata e o agricultor preferiu comprá-la pronta. "Com o subsídio, lembra Ernesto, ficava mais barato comprar a farinha pronta do que mandar moer o trigo. Um saco de trigo dava pouco mais de 45 quilos de farinha e o agricultor tinha ainda que pagar o serviço. Era mais vantagem comprar a farinha e foi o que os agricultores passaram a fazer. Os moinhos coloniais, que ainda continuavam trabalhando como prestadores de serviço e que se espalhavam por todo o Estado, foram, aos poucos, sendo enter-

rados pelo subsídio ao trigo, lamenta.

E mesmo hoje, diante da perspectiva de privatização da comercialização e um possível fim do sistema de cotas, Ernesto não pensa em voltar a trabalhar com trigo, até porque já não tem mais o cilindro. Ele também não está muito convencido dessa intenção do governo, "que pode colocar a comercialização num verdadeiro caos. O governo está sujeito a perder o controle da situação e ter que enfrentar a clandestinidade e os desvios, ainda mais se ele liberar as importações". Acredita que mesmo que o sistema de cota seja eliminado, os moinhos coloniais não vão ter condições de competir com os grandes grupos "muito bem estruturados e há anos na atividade". Em todo o caso, diz que só a idéia de abrir portas para o ressurgimento dos moinhos coloniais é um gesto bem-vindo.

O Moinho Bönmann opera hoje apenas com milho, comercializando na região a farinha conhecida como "Duas espigas". Algumas vezes descasca arroz para fora, "sem comercializar", esclarece. A capacidade de moagem do moinho é para 40 sacos diários. Os cilindros que moem trigo foram vendidos para uma cooperativa de São Luiz Gonzaga.

# Pela compra estatal

O presidente da Federação das Cooperativas de Trigo e Soja do Rio Grande do Sul, Terciso Redin, tão logo tomou conhecimento da intenção do governo em mexer no atual sistema de comercialização do trigo, existente há mais de 21 anos, reagiu contra. "Essa decisão pode provocar a desestruturação do sistema existente e ainda colocar em risco a produção interna", disse ele assegurando que a posição da Fecotrigo é de defesa da manutenção da compra estatal. "Se anos atrás a Fecotrigo teve a coragem de levantar a bandeira da compra estatal do trigo em defesa dos interesses dos produtores, agora, diante desta ameaça, a nossa posição não poderia ser diferente".

O monopólio da compra estatal do trigo, segundo Terciso Redin, além de representar uma garantia, assegura, ao mesmo tempo, o pagamento do preço mínimo ao produtor. Mas a livre negociação poderá colocar em risco essa garantia de preços e ainda possibilitar as fraudes. "Os produtores serão os maiores prejudicados", ressaltou, lembrando que eles já estão convivendo com o fantasma das importações de trigo da Argentina e do Canadá. "A previsão, com o trigo importado e mais as previsões de colheita, é de chegarmos ao final do ano com um estoque de 1,8 milhão de toneladas do produto". Se o governo, até o final do ano, adotar a privatização, a nossa produção teria ainda que concorrer com o trigo importado. Ou melhor, esclarece, as empresas privadas teriam que concorrer com o Estado".

Redin entende que se o governo criou problemas com a formação de es-



Terciso Redin

toques do produto, ele vai ter que resolver essas questões. "O governo vai ter que administrar os problemas criados com a conta trigo, pois entendemos que a política do trigo não pode sofrer retrocessos. Se chegamos onde estamos hoje, tanto a nível de produção como de produtividade, é porque atendemos os apelos do governo", diz ele temendo a volta das distorções anteriores. "Se vão existir sobras, o governo é que terá de administrá-las e não a iniciativa privada".

O presidente da Fecotrigo também está sugerindo um reestudo dos custos de administração dos estoques e pede a suspensão imediata das importações de trigo que só para este ano estão estipuladas em 2,1 milhões de toneladas. Redin lembra que na busca da auto-suficiência quase atingida em 87, quando a safra chegou a 6,2 milhões de toneladas para um consumo de 6,5 milhões de toneladas, as importações de trigo podem atrapalhar a produção in-

tema, colocando-a num processo sem garantias. "O governo vai ter que revisar seus acordos, pois se a triticultura continuar mantendo a mesma média de produção ou um pequeno aumento, estimado em 10 por cento já na próxima safra, chegaríamos a auto-suficiência.

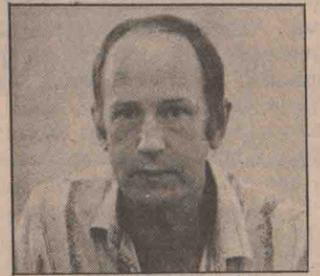
## MARGINALIZADOS

Mas não é só o produtor que pode sair penalizado com essa decisão do governo no entender de Redin. As cooperativas também vão entrar no mesmo processo, porque sempre estiveram ao lado do produtor, buscando tecnologia para aumentar a produtividade. "As cooperativas se estruturaram para receber trigo", ressaltou. Mas se o governo optar pela livre comercialização do trigo, o receio do presidente da Fecotrigo é de que as cooperativas fiquem à margem do processo, "já que não temos indústrias para processar essa produção a exemplo do que ocorre com as empresas privadas". Certamente as cooperativas vão ficar marginalizadas".

O que é preciso fazer, nesse primeiro momento, segundo Redin, é trabalhar no sentido de levar o governo a uma discussão ampla da questão. Entende que tem muita coisa que precisa ficar clara, como a própria questão da produção interna. "Mas como nada ainda foi discutido, vamos nos posicionar contra a medida", assegura.

Redin também entende que a extinção da compra estatal deve levar junto o sistema de cotas, um privilégio dado a 180 indústrias moageiras em todo o país. O fim das cotas abririam a possibilidade da volta da moagem colonial.

## Nas mãos das indústrias



**Carlos Karlinski** — presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ijuí — "Esta é uma questão ainda pouco comentada entre os agricultores até porque, a nível de pequena propriedade, o trigo é apenas mais uma alternativa. Ela não chega a ser a cultura principal. Então, para o pequeno agricultor esta não é uma questão de muito peso. Mas de todo o jeito, pelo que se houve, a primeira impressão que se tem é de certa preocupação, pois a comercialização do trigo é garantida pela compra estatal, o que aparentemente dá uma certa segurança. Com o fim do monopólio da compra estatal, o produtor vai ficar, de repente, jogado à mercê dos grandes grupos econômicos e sujeito às leis da oferta e procura. Nesta situação, o próprio produtor nunca vai saber o momento exato de poder vender a sua produção. Pelo menos neste aspecto, parece que a compra estatal oferece mais segurança. Exemplo desta situação, temos com a soja. Tem também toda a questão das importações, onde o trigo estrangeiro entra no país a um preço mais baixo e como no Brasil não se tem uma política agrícola muito clara, a triticultura poderá enfrentar problemas pela frente. Hoje a área de trigo já está sendo limitada. Quem pode garantir que o governo não resolva limitar ainda mais a produção interna? O fim do monopólio é uma situação nova e que ninguém sabe ao certo em que pode parar".



**Reinhold Luiz Kommers** — presidente do Sindicato Rural de Ijuí — "Quem vai sair penalizado com o fim do monopólio da compra estatal do trigo é o agricultor, pois ele não vai mais comercializar a sua produção imediatamente. Ela vai sair de acordo com as necessidades das indústrias moageiras. A comercialização do trigo vai ficar igual a da soja, totalmente instável. Vamos voltar ao que acontecia antes da estatização, quando o agricultor colhia e deixava a produção estocada até que aparecesse um comprador. E como a comercialização não vai mais ocorrer na hora da entrega da produção, o agricultor vai ter até que deixar de financiar a lavoura, sob pena de não poder pagar o banco em dia, pois nada mais vai garantir a comercialização da sua produção. O que acho é que essa privatização vem prejudicar a triticultura, a ponto de até de deixar a atividade completamente sem rumo. Nós já estamos tendo prejuízos com as importações. O que temos de fazer é nos unir e pressionar o governo para que não adote essa medida. Os riscos são muito grandes".

## Ainda não é o momento

"O que o governo está se comprometendo na Carta de Intenções assinada com o Fundo Monetário Internacional é de dar início, imediatamente, a um estudo visando a sua retirada da comercialização do trigo", explica Nilo Fensterseifer, chefe do Ctrin, o Departamento do Banco do Brasil responsável pela compra do trigo no Estado. "Este comprometimento não significa mudanças imediatas. Elas podem vir aos poucos, daqui um ano, dois ou quem sabe até 10 anos, reforça Fensterseifer, que prefere ainda não usar o termo "privatização", por considerá-lo muito forte, já que a intenção do Estado é o de, num primeiro momento, introduzir mudanças. Ele também assegura que antes de qualquer alteração na atual mecânica de comercialização do trigo, o governo está se propondo a ouvir todos os segmentos envolvidos. "O medo que se tinha, admite, era de que o governo fizesse essas mudanças sem ouvir todos os segmentos envolvidos e sem realizar um estudo mais profundo da questão".

Estas mudanças que o governo está se propondo a fazer na comercialização, segundo Fensterseifer, já vinham sendo definidas há muito tempo pelo próprio Ctrin, "mas antes disso queríamos que fosse dado um tratamento especial para o subsídio ao consumo do trigo, um incentivo que vem privilegiando apenas um produto. Só depois de resolvida esta questão do subsídio ao trigo, o chefe do Ctrin considera possível se ter uma visão real da política do trigo e a partir de então, se chegar aos ajustes necessá-

rios e quem sabe até a privatização da comercialização.

### NÃO É O MOMENTO

Para o chefe do Ctrin, este ainda não é o momento exato do governo se retirar em definitivo da comercialização do trigo. Ele acha que em primeiro lugar será preciso rever alguns pontos ainda pendentes, para só então, se pensar em mudanças mais radicais. Entre estes pontos que considera fundamentais, está a questão da auto-suficiência, "ainda a ser perseguida", a da cotação internacional muito distante de nossos custos de produção e a da qualidade do nosso trigo. "A pesquisa, observa, durante todos estes anos esteve voltada para a produção e a produtividade, onde tivemos ganhos fantásticos, mas agora entendemos que é hora de nos preocuparmos com a qualidade do nosso trigo". Como exemplo de que a qualidade do trigo gaúcho, principalmente, deixa muito a desejar, cita a necessidade de se misturar aditivos ou farinhas de melhor qualidade para se fazer um bom pão.

Fensterseifer garante que só depois que o país tiver atingido a auto-suficiência na produção de trigo e os custos de produção tiverem encostados nas cotações internacionais, o Estado pode, aos poucos e sem alarde, fazer a sua retirada. Nada vai acontecer de sopetão, garante. Nem vamos precisar ficar tremendo de medo toda a vez que ouvirmos falar em privatização. E o governo é que vai dizer quando chegar o momento da sua retirada, pois ele tem bem claro que a salvaguar-



Nilo Fensterseifer

da da triticultura é a compra estatal, tanto isso é verdade, que saltamos de uma produção de 2 milhões de toneladas para 6 milhões produzidas na safra passada.

A intenção do governo com a compra estatal é o de controlar a comercialização do trigo. E o custo que o governo tem com a execução desta política, segundo o chefe do Ctrin, é pequeno, dentro do dispêndio global da conta do trigo. 91 por cento destas despesas, relativas ao ano passado, foram para a aquisição de trigo e pagamento do ICM, 8 por cento foram gastos com transporte, armazenagem e apenas 1 por cento o governo pagou ao Banco do Brasil para executar essa política. "Deste total, explica, 0,7 por cento foram gastos com comissões pagas ao Banco, 0,2 por cento com despesas de materiais e 0,1 por cento foi gasto com o nosso pessoal".

# Mercado em alta. Até quando?

A redução na área de plantio e a falta de chuvas nos Estados Unidos estão favorecendo a elevação dos preços.

Depois que a estiagem arrasou com a lavoura de soja e milho do Estado, causando um prejuízo que segundo os cálculos levantados pela Fecotriga pode chegar a 800 milhões de dólares, aos produtores não resta outra alternativa a não ser apostar num mercado altista, com preços que possam tentar mascarar um pouco a situação financeira de cada um. E é com muita cautela que eles estão vendendo a soja. Ninguém quer saber de atropelos, pois quem tem dado tempo e não tem contrato no banco por vencer, tem ganhado dinheiro. Na Cotrijuf, por exemplo, até início do mês de junho, apenas metade da produção entregue havia sido liquidada. Mas quem está apostando e esperando melhores preços, não está descansado. A indagação, que corre entre os produtores é a seguinte: até quando o mercado vai continuar altista. Esta resposta ninguém pode garantir.

Que a soja é uma grande loteria, todo o produtor, com a experiência que têm, já deve andar cansado de saber. E mesmo ainda no ano passado, quando se falava que a expectativa para esse ano era de que o mercado em Chicago melhorasse, não se imaginava que ele daria o salto que está dando. "Com essa expectativa que se tinha durante todo o ano passado, o conselho que se dava aos produtores era o de que não fizessem vendas antecipadas nesta safra", assinala José Carlos Treiguer, gerente de Comercialização da Cotriexport, lembrando que naquela época, o mercado estava em 5,5 dólares o bushel — 185 dólares a tonelada. Só que nesta safra, o mercado já atingiu 8,5 dólares por bushel, ou seja, 294 dólares a tonelada. "Esse ganho de 50 por cento em dólares não foi projetado naquela época". Se sabia que a tendência do mercado era de alta, mas não se imaginava esse ganho, observa Treiguer.

## OUTROS FATORES

Todo esse ganho verificado com os preços da soja nesta safra, segundo o gerente de comercialização da



O produtor cauteloso, não tira o olho do preço

Cotriexport, já não tem como causa os mesmos fatores que se projetavam no ano passado. Os preços não aumentaram porque a demanda estava relativamente baixa, nem porque os russos entraram no mercado de forma mais agressiva e muito menos teve como causa o enfraquecimento do dólar, beneficiando os europeus ou ainda porque o mercado não vinha se comportando muito bem. As causas são outras, completamente diferentes e nem sequer cogitadas naquela época: redução na área de plantio nos Estados Unidos e também as projeções de estoques dos americanos para o próximo ano.

Associado a estes dois fatores, aparece um outro que segundo o Ênio Weber, gerente da área de comercialização da Cotrijuf na região, é responsável por 80 por cento da elevação no preço da soja: o clima. A falta de chuva nos Estados Unidos não só atrapalhou o plantio das lavouras, como está prejudicando as plantas que já estão em pleno desenvolvimento. Algumas áreas, nem chegaram a ser plantadas ainda. E por enquanto, pelas notícias que correm, as perspectivas de chuva nas lavouras dos americanos são muito pequenas. "Esse 'mercado de clima'

é muito perigoso e trabalha nervoso, sujeito a fazer grandes subidas com boas correções dos preços", alerta Treiguer. E enquanto não chover muito bem nos Estados Unidos — daquelas chuvas parelhas e geral —, o mercado vai continuar neste estado nervoso. "Mas no momento em que chover nos Estados Unidos, esse mercado vai se ajustar, embora não se saiba em que níveis. De repente, dependendo do que acontecer na lavoura dos americanos, ele pode até voltar aos 7 dólares por bushel", assinala Ênio Weber. Treiguer prefere não arriscar uma estimativa, mas também não descarta a possibilidade de baixa no mercado. "O que se pode dizer é que o mercado hoje é muito perigoso. Ele está operando em cotações que só chegou a tanto nos anos de 83 e 84, afirma o gerente da Cotriexport.

## MELHOR QUE O EXTERNO

O mercado interno também trabalhou, neste ano, numa situação atípica. Os preços operados internamente sempre estiveram melhor do que as cotações internacionais, "tanto para o grão como para o óleo, diz Treiguer. Essa situação tem como causa o fato de que as indústrias, com medo de ficar sem produto, saíram às compras, pagando preços acima dos operados no mercado externo e também porque o produtor, neste ano, não teve pressa para vender a sua produção. "O fato do produtor não mostrar pressa para vender a sua produção, operando lentamente, deixou as indústrias um pouco preocupadas. Ou melhor, neste ano não havia produto em oferta como sempre aconteceu em anos anteriores por esta época.

Mas por que nesta safra os produtores não tiveram pressa para vender a sua produção? O Treiguer cita três fatores fundamentais: a venda maciça do produto no ano passado, na mesma época, prejudicou os preços; a questão da tablita e a frustração da safra. Por causa da estiagem, o produtor não quis se adiantar, pois não tinha certeza de

quanto ia colher. Preferiu aguardar os acontecimentos.

Mas todos esses fatores que estão acontecendo este ano e influenciando a elevação dos preços da soja, podem não acontecer no próximo ano e, ainda mais, podem desaparecer daqui algum tempo. "Para a soja, diz ainda Treiguer, não existe regra de comercialização. É preciso dançar de acordo com a música", alerta, com isso Treiguer quer dizer que o produtor tem que estar sempre atento às mudanças de mercado e ser rápido e flexível nas suas idéias. "O mercado atual deixa preocupação. Quem tem segurado o produto, tem feito um bom lucro", observa.

## Cautela nas vendas

"Hoje o agricultor tem que trabalhar só com preço do dia", afirma Domingos Bagolin, proprietário de 49 hectares de terra localizados em São Valentim, interior do município de Ijuí, ao tentar explicar porque nesta safra não quis mais saber da modalidade preço futuro. Preferiu negociar com certa cautela do que arriscar novamente numa modalidade que tem deixado de ser compensadora em termos de preços.



Domingos Bagolin

Seu Bagolin ainda não esqueceu o que aconteceu em 86, durante a conversão do cruzado, quando o preço futuro ficou abaixo do preço mínimo e nem da famosa e desconjurada tablita aplicada pelo governo em 87. "Só não tivemos prejuízos ainda maiores com o preço futuro porque a Cotrijuf nos garantiu o preço mínimo", explica o produtor que, todos os anos comercializava um terço da produção na modalidade futura, um outro tanto na modalidade preço do dia e alguma coisa na modalidade preço médio. "Não é mais negócio o agricultor antecipar as vendas da soja, ainda mais que a inflação anda correndo muito na frente. Quando se recebe o dinheiro pela venda do produto, feita há 4/5 meses atrás, ele não vale mais nada e nem cobre as contas".

Até o dia 3 de junho, o seu Bagolin tinha vendido apenas uma parte do pouco que colheu nesta safra, pegando um preço de Cz\$ 2.260,00 pelo saco da soja. O resto da produção estava segurando, na esperança de conseguir um preço melhor. "A colheita foi magra neste ano, então, quanto mais preço pegar para a soja, melhor", afirmava reconhecendo ao mesmo tempo, que se tivesse contratado soja futuro, não teria alcançado a mesma remuneração. "Mas a nossa salvação, para poder pagar todas as contas é vender bem o produto".

Fora do mercado futuro, o produtor associado da Cotrijuf, tratou de entregar a maior parte da sua produção — 97 por cento — na modalidade preço do dia. Mas até o início de junho, metade desse volume havia sido comercializado, contrariando o que normalmente aconteceu em anos anteriores, quando nesta época, em torno de 70 por cento da soja já estava liquidada. E embora o preço da soja esteja em alta, o produtor continua cauteloso, liquidando o produto aos poucos. Essa cautela, segundo o Ênio Weber, tem uma razão específica: como colheu pouco em função da estiagem, está aguardando novas altas, "o que pode, de repente, nem acontecer", observa.

## Decisão que deu certo

"O que está acontecendo com o mercado neste ano comprova que mais vale a soja colocada na cooperativa do que um contrato futuro no bolso". A afirmação é do Ênio Weber, gerente de comercialização da Cotrijuf na Regional Pioneira, justificando a não entrada da cooperativa no mercado futuro nesta safra. A decisão da Cotrijuf de não operar com preço futuro neste ano, não foi tomada de cima para baixo. O assunto foi levantado pela primeira vez nos dois Seminários de Representantes realizados no ano passado em Rio Grande. De lá, ele foi parar nas reuniões de núcleos ou nos encontros realizados pela cooperativa. Mas só depois de muita discussão em cima da modalidade preço futuro, é que os representantes, em uma assembléia, tomaram a decisão, reforçando a idéia inicial da Cotrijuf de não participar do mercado futuro nesta safra.

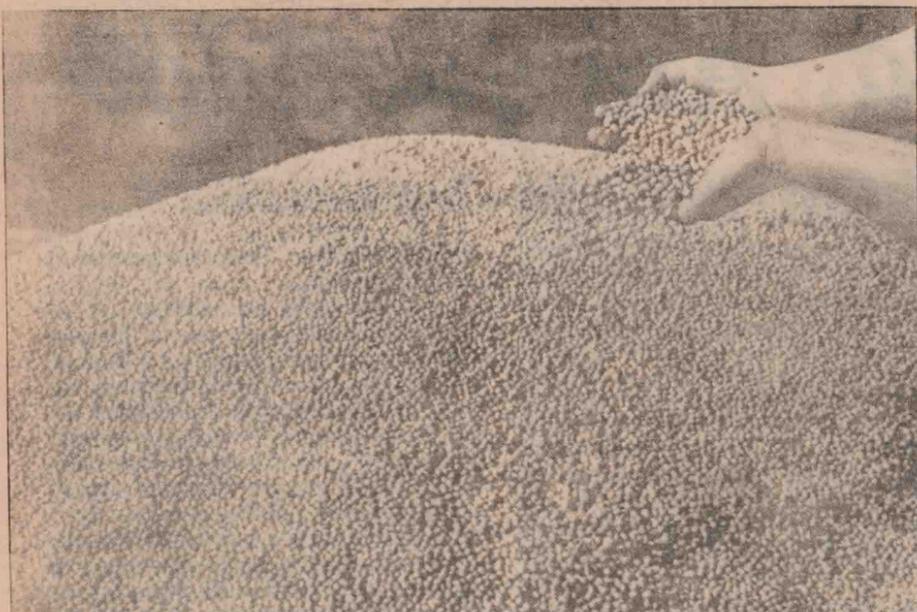
Nestas reuniões, segundo o Ênio Weber, sempre se alertava o associado para os riscos de um contra-

to futuro. "Hoje está mais do que comprovado que tanto o associado como a cooperativa tomaram uma decisão acertada", diz lembrando que o preço que seria contratado para maio, por exemplo, ficaria abaixo do preço do dia. Ele reconhece que somou pontos nesta decisão do produtor os acontecimentos de 86 e 87, quando o preço futuro deixou alguns prejuízos. "Foram dois anos de experiência negativa, em que a Cooperativa garantiu o preço contratado, para que o associado não fosse tão penalizado". Em 86 foi a conversão do cruzado para o cruzado que reduziu os ganhos do produtor e em 87, teve a história da tablita. Tanto num caso como no outro o produtor chiou, mas quem assumiu a questão foi a Cooperativa, garantindo os contratos futuros.

A experiência de 86 e 87 e mais os problemas de mercado, de acordo com o gerente, foram decisivos para levar o produtor a entender

que a soja futuro seria um negócio muito incerto, como está comprovado. Com o preço adiantado para maio, por exemplo, em Cz\$ 1.800,00 por saco e o preço do dia — 31 de maio — em Cz\$ 2.090,00, o produtor, nestas alturas estaria perdendo dinheiro.

Fora do mercado futuro, o produtor associado da Cotrijuf, tratou de entregar a maior parte da sua produção — 97 por cento — na modalidade preço do dia. Mas até o início de junho, metade desse volume havia sido comercializado, contrariando o que normalmente aconteceu em anos anteriores, quando nesta época, em torno de 70 por cento da soja já estava liquidada. E embora o preço da soja esteja em alta, o produtor continua cauteloso, liquidando o produto aos poucos. Essa cautela, segundo o Ênio Weber, tem uma razão específica: como colheu pouco em função da estiagem, está aguardando novas altas, "o que pode, de repente, nem acontecer", observa.



Uma boa safra no MS

## SOJA

### A safra do bom preço

Nesta safra o MS cultivou 1,2 milhão de hectares. A participação da Cotrijuí equivaleu à 747.775 hectares

As previsões feitas no início da safra de soja 87/88 indicavam que o Brasil teria este ano uma produção recorde, pois esperava-se colher 19 milhões de toneladas do grão. Com a seca que assolou a região sul do Brasil estas previsões foram por água abaixo, e hoje prevê-se que a produção nacional deva ficar em torno dos 16,5 milhões de toneladas.

No Mato Grosso do Sul não se obteve também uma supersafra, mas mesmo assim foi uma boa safra conforme avaliação do diretor superintendente da regional da Cotrijuí, Lotário Beckert. Em termos de área plantada não houve um aumento considerável, permanecendo quase nos mesmos patamares do ano passado quando o Estado plantou 1.151.157 hectares sendo que deste total 739.742 foram plantados na área de ação da Cotrijuí. Nesta safra o Estado cultivou 1 milhão e 200 mil hectares de lavouras de soja, sendo que a participação da Cooperativa equivaleu a 747.775 hectares. Também a produtividade manteve-se como na safra anterior e o agricultor colheu em média 1.800 quilos por hectare.

É uma boa produção, avalia Lotário Beckert, e para alcançá-la o produtor pode contar com a ajuda do tempo e também com o fato de não ter ocorrido qualquer tipo de praga ou doença que resultasse em quebra significativa da lavoura. Apenas nas regiões nas quais foram plantadas sojas do tardio é que ocorreu problema. Nestas áreas, continua o superintendente da

Cotrijuí, o associado reduziu a sua produtividade em função das condições climáticas porque faltou chuva no início da safra e choveu demais na hora da colheita, causando uma perda de peso no grão.

Ele chama a atenção ainda para um outro fator que considera de fundamental importância que é a rotação de culturas. Lotário Beckert afirma que é imprescindível que o agricultor plante pelo menos de 25 a 30 por cento com outra cultura, de preferência com milho. Isto resulta, no final das contas, num menor desgaste para o solo e conseqüentemente numa maior produtividade da lavoura.

#### A ALTA DOS PREÇOS

Praticamente toda a safra de soja deste ano já está colhida no Mato Grosso do Sul, mas somente a metade dela foi comercializada até agora. A razão é facilmente explicável quando analisada a evolução dos preços desde o início desta safra. Nos primeiros dias de março o produtor estava recebendo Cz\$ 1.180,20, pela saca de 60 quilos. No começo de abril o preço já estava em Cz\$ 1.270,20 e a partir daí não parou mais de subir, sendo cotado no início de maio a Cz\$ 1.510,20. No final do mês a saca era comprada do produtor a Cz\$ 2.050,20.

Mas esta alta de preço tem explicação, ou melhor, várias explicações. Um dos motivos básicos é a seca que está assolando a região do Mississippi, no meio-Oeste americano. Lá está começando agora o plantio da oleagi-

nosa, e com a escassez de chuva ocorrida até então, já se prevê uma queda na safra americana, que responde pela maior parte da produção mundial de sojicultura.

Outro fator importante que contribui para a tendência altista no mercado é a entrada da Rússia como compradora em potencial. Estes dois dados aliados com a atual situação que detecta um aumento de consumo a nível internacional e deflagra ao mesmo tempo estoques mundiais em índices muito baixos, tem provocado esta verdadeira disparada nos preços que são estipulados aqui, de acordo com as cotações da Bolsa de Mercadorias de Chicago, o centro nervoso da sojicultura no mundo.

Como o preço da soja nunca esteve tão alto desde 1984, isto também causa um certo temor no sentido de que os preços caiam novamente, se as condições climáticas ajudarem os agricultores dos Estados Unidos.

O momento é de expectativa, de cautela por parte do produtor, que tem que estar atento para saber a ocasião oportuna de vender a sua produção.

#### MENOS ARROZ E MILHO

As duas culturas de verão mais importantes depois da soja, tiveram uma grande redução nesta safra no Mato Grosso do Sul. Esta diminuição já

era esperada segundo o Diretor de Operações e Comercialização da Regional no Estado, Vilmar Hedges lembra que o principal fator responsável por esta queda na produção de arroz e milho foi a política de preços mínimos do governo que no ano passado estipulou preços muito abaixo do que necessitava o agricultor. Isto aliado a expectativa que já se tinha quanto a elevação do preço da soja nesta safra, causou a redução do plantio de arroz e milho.

No ano passado as lavouras com milho ocuparam uma área de 114.534 hectares, nesta safra o total plantado ficou em torno de 85 mil hectares. Com o arroz aconteceu uma redução ainda maior, pois se em 87 a área plantada foi de 182.177 hectares, este ano as lavouras na área de ação da Cotrijuí não ultrapassaram os 71 mil hectares. Esta situação obviamente se refletiu no recebimento de grãos na Cooperativa. Finalizada praticamente a safra de arroz, foram computadas 22.392 toneladas contra 55.044 que foram recebidas em 87. Com o milho a diferença só não ficou maior porque a Cotrijuí recebeu mais de 12 mil toneladas no Chapadão do Sul (veja matéria a seguir), o que somadas às unidades no Estado, deu um resultado de aproximadamente 60 mil toneladas contra 73.800 toneladas da última safra.



O recebimento de arroz cresceu em 13 por cento

### Mais arroz e soja em Dom Pedrito

Apesar da queda na produção agrícola do ano, por consequência da seca havida em todo o estado, a safra de grãos recebida pela Cotrijuí Regional Dom Pedrito apresenta excelente desempenho. No caso do arroz e da soja, apesar dos dados disponíveis serem parciais até aqui, a cooperativa recebe mais do que na safra de 1986/1987. No caso da soja para semente, por exemplo, o aumento registrado já é de 394,97 por cento em relação àquela safra.

O arroz indústria cresceu 12,94%, arroz semente, 8,42%, soja indústria, 60,12% e soja semente, o já mencionado percentual de 394,97%. A tabela a seguir mostra a situação do recebimento de produtos e abate de bovinos, até o último dia 25. São, portanto, dados parciais.

#### RECEBIMENTO NA SAFRA DE 86/87

Arroz indústria... 46.289.264 quilos  
Arroz semente..... 2.554.950 quilos  
Soja indústria..... 3.313.759 quilos  
Soja semente..... 554.700 quilos  
Trigo indústria..... 1.555.518 quilos

Trigo semente..... 318.000 quilos  
Sorgo indústria..... 3.874.132 quilos  
Milho indústria..... 671.776 quilos  
Boi (nº de abates)... 20.114 cabeças  
Ovinos (nº de cab.)... 4.690 cabeças  
Lã recebida..... 774.757 quilos

#### RECEBIMENTO NA SAFRA DE 87/88

Arroz indústria... 52.278.792 quilos  
Arroz semente..... 2.770.200 quilos  
Soja indústria..... 5.305.882 quilos  
Soja semente..... 2.745.600 quilos  
Trigo indústria..... 1.514.450 quilos  
Trigo semente..... 265.050 quilos  
Sorgo indústria.... 1.047.420 quilos  
Milho indústria..... 88.080 quilos  
Boi (nº abates)..... 12.571 cabeças,  
- 5 meses

Ovinos (nº abates)... 1.609 cabeças,  
- 5 meses  
Lã recebida..... 684.623 quilos

Os recebimentos mais expressivos em relação a safra anterior de 1986/1987, estão no arroz, soja, abate de bovinos e na lã. Mas, conforme já foi dito, esses números são parciais, devendo sofrer alterações ainda significativas.

#### O RECEBIMENTO DA COTRIJUI NO MATO GROSSO DO SUL

UNIDADE	Em toneladas		
	SOJA	MILHO	ARROZ
Maracaju	69.543	17.913	5.285
V. Alegre	9.936	977	1.788
Sidrolândia	17.182	14.776	3.924
Anhanduê	4.366	235	306
Dourados	24.122	9.585	2.313
Indápolis	7.438	428	- o -
Montese	12.957	- o -	892
Itahum	10.765	132	- o -
Guaíba	12.723	1.009	695
Ponta Porã	11.413	1.815	3.053
Tagi	9.755	1.817	- o -
Caarapó	15.513	1.549	280
Laguna Carapá	318	- o -	- o -
Bonito	27.032	4.789	430
Jardim	7.875	14	2.046
Rio Brilhante	28.660	3.639	1.699
Douradina	7.398	329	791
Chapadão do Sul	14.997	11.869	- o -
Total	291.993	70.876	23.502

# Quem financia os incentivos?

Mas o setor agrícola continua com as mesmas dificuldades, sem uma política definida.

Enquanto a indústria recebe todos os estímulos para colocar produtos no exterior, concedidos pela Resolução nº 68 do Conselho Nacional do Comércio Exterior, persistem as mesmas dificuldades à agropecuária, para a qual não se planeja e estabelece uma política permanente. A queixa foi feita pelo presidente da Cotrijuf, economista Oswaldo Meotti, que diz não compreender como um país de tradição genuinamente agropecuária e da extensão do nosso, não tenha estabelecidas algumas prioridades básicas para o importante setor, sem as quais não há desenvolvimento real e permanente.

Ele estranha que, ao contrário desse procedimento de quase descaso para com a sobrevivência do setor primário da economia, se adote uma política de verdadeiros privilégios para alguns setores secundário e terciário, que gozam de variadas franquias para exportar. Entende que a Resolução nº 68 é um privilégio injusto que o país concede a alguns segmentos da economia, pois além de premiar setores específicos em detrimento dos demais, dá vantagens aos importadores estrangeiros, pagas pelo nacionais. Por maiores que sejam nossas necessidades de moedas fortes, entende não ser justo que se penalize tantos em benefício de tão poucos. Exportar é do interesse da nação, mas o que se questiona — diz — são os privilégios.

## FINANCIAMENTO À EXPORTAÇÃO

Disse que os financiamentos às exportações, em ordem direta, por empresário nacional, favorecem todas as modalidades de venda a prazo superiores a 180 dias. O mesmo critério é adotado em benefício do importador estrangeiro. Quer dizer: o importador estrangeiro compra e paga a prazo, enquanto o exportador recebe a vista, no Brasil. Quem financia? O povo brasileiro.

Mas o financiamento não é o fator principal do benefício para o exportador. O que pesa mais sobre os ombros da nação são as isenções fiscais. O exportador não paga IPI, ICM, Imposto de Exportação (exceto animais vivos, inclusive silvestres, calçados femininos e assemelhados). No entanto, este último item torna-se sem efeito se o mercado de destino for os Estados Unidos. Também não paga Imposto de Renda, excluído do lucro, no caso das matérias-primas cuja incidência de IPI e ICM foi paga. Se o produto destinar-se à exportação, a indústria tem direito ao ressarcimento integral.

## OUTROS ESTÍMULOS AO EXPORTADOR

Meotti cita ainda outros estímulos de isenção aos exportadores, conforme são enumerados no Comunicado Cacex, que trata das normas administrativas que orientam as exportações, de nº 182, de 27 de outubro de 1987. As firmas exportadoras podem computar, como custos, as despesas realizadas no exterior, com o objetivo de promover ou incrementar vendas de seus produtos. Também terão isenção na fonte por remessas financeiras destinadas ao pagamento de comissões de agentes, juros e comissões referentes a descontos de cambiais de exportação e juros e comissões resultantes de financiamentos à exportações e obtidos no exterior.



As exportações, todos os incentivos

Igualmente estão isentas do Imposto Único sobre Lubrificantes e Líquidos e Gasosos, para embarcações nacionais e fretadas, com prerrogativas de bandeira nacional em viagens internacionais, inclusive em suas escalas nos portos nacionais. O abastecimento de embarcações estrangeiras quando em portos do Brasil. Está enquadrado no mesmo privilégio o comércio de óleos lubrificantes básicos utilizados na fabricação de óleos e graxas com destino à exportação.

## O QUE ESTÁ ISENTO PARA EXPORTAÇÃO

Os financiamentos diretos e financiamentos de apoio e complementação, tanto ao exportador brasileiro quanto o importador estrangeiro, conforme regulamenta a Resolução 68, abrangem todos os bens de capital e de consumo durável. Excepcionalmente, a critério da Cacex, poderão também ser financiados outros produtos, inclusive da agropecuária, cuja penetração no mercado internacional convenha ser

promovida.

Esses estímulos à exportação, que por vezes beneficiam uma indústria não genuinamente nacional, oferecem esses fenômenos que se vêm constatando agora, de nossos tratores serem vendidos no Uruguai pela metade do preço pelo qual é vendido aqui, conforme a imprensa gaúcha divulgou há dias. Claro. Com todas as isenções fiscais e incentivos de toda ordem que recebem, nossos produtos chegam no exterior por preços que nós, internamente, nem podemos sonhar. Mas será que esse é o caminho certo? pergunta Meotti. Conquistar dólares a esse custo não será um desgaste muito acentuado para a saúde econômica e financeira do país?

Estamos cansados de ler e ouvir dizer que o governo pretende acabar com todos os subsídios, no afã de reduzir o déficit público. Porém, a experiência tem demonstrado que quando assim se manifestam, as autoridades da área da economia sempre apontam como "vilão" a agropecuária. Creio ser interessante para o conhecimento do povo brasileiro que, com a mesma precisão que as autoridades apuram e contabilizam o extinto subsídio ao trigo, que o mesmo fizessem também com outros setores que continuam altamente beneficiados. É o caso da indústria de exportação, para dar um exemplo, finalizou Meotti.

## O produtor pede justiça

*O agricultor brasileiro remoi o ranco, impotente até para protestar contra o descalabro de uma discriminação generalizada e persistente, que corroi a maior parte do seu trabalho. Sem a garantia de uma política agrícola que lhe proporcione alguma tranquilidade para produzir e sujeito às intervenções de toda ordem, se constitui no elemento mais desassistido do conjunto da sociedade nacional.*

*Está sujeito sempre a toda a sorte de intempéries. É chuva em excesso ou a prolongada ausência dela; o frio de época ou o calor abrasador a prolongar o verão. São elementos que estão fora de qualquer solução humana. Como se já não bastasse o determinismo desses fatores, cíclicos e imutáveis, tem-se a lamentar ainda uma variedade enorme de problemas que se acumulam ao longo dos anos e das sucessivas safras.*

*O produtor vende sob tabela, mas compra no mercado livre. De março de 1987 a março deste ano, segundo queixa feita recentemente pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura, os insumos destinados a produção tiveram alta de 659 por cento, enquanto os preços de comercialização recebidos pelos produtores aumentaram somente em 334 por cento. Como se verifica, uma defasagem de 325 por cento. Isso significa — dizem os produtores — que a descapitalização "nos levará à falência, pois estamos pagando para produzir alimentos."*

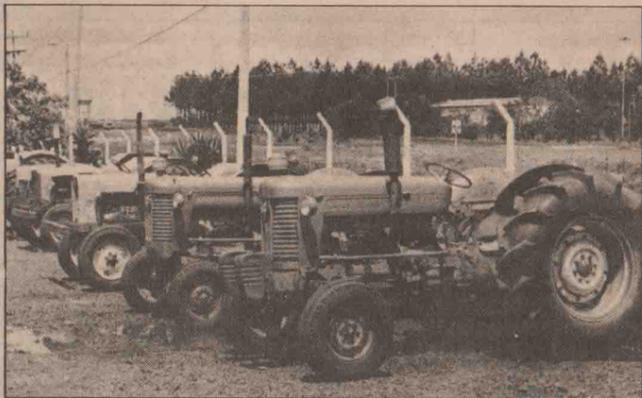
*É difícil saber até quando será mantida essa situação. Com a Resolução nº 68 do Conselho Nacional de Comércio Exterior, que vem desde 14 de maio de 1971, os agropecuaristas basicamente passaram a financiar os agricultores estrangeiros, através do subsídio à exportação de produtos industrializados.*

## ALÉM DE TUDO, UMA CONCORRÊNCIA DESLEAL

*Para uma idéia mais clara a respeito do assunto, basta dizer que os tratores que exportamos para o Uruguai, sai pela metade do preço pago pelo agricultor brasileiro.*

*Um levantamento feito recentemente pelo setor especializado da Farsul, revelou que um trator Müller TM 14, que é vendido no estado a Cz\$ 9.709.811,00 (preço de 30 dias atrás), é colocado na fronteira (Chui, Rio Branco ou Rivera) por Cz\$ 4.928.852,00, uma diferença, para menos, de 43 por cento. O modelo maior, o TM-31, vendido ao produtor brasileiro por Cz\$ 15.482.140,00, chega no Uruguai por Cz\$ 9.820.617,00, cerca de 36 por cento menos que no Brasil.*

*Essa diferença reside no fato de que as exportações estão isentas de ICM, do Finsocial e parcelas do imposto de renda, além do governo*



Um trator está sendo exportado pela metade do preço

*creditar aos exportadores 15 por cento do BFEx sobre o valor do faturamento. E não é só. A Resolução nº 68 do Concex concede uma série de outros privilégios aos exportadores de produtos elaborados, inclusive financiamentos em dólares e todas as principais moedas-convênio, até o valor de 85 por cento do faturamento.*

*Como se vê, o produtor rural vê-se espremido pelos dois lados. Produz financiamento a juros de mercado, com correção monetária, e vende a preços tabelados ou controlados pela CFP. Quando ocorre da safra ser farta, os preços caem naturalmente, por consequência da maior oferta, e quando há frustração, o governo intervém, tabelando os preços. E não o faz tabelando ao consumidor, mas na lavoura ou nos galpões, prejudicando apenas quem produziu.*

*O agricultor não reclama para conquistar privilégios, que outras categorias recebem de sobra. O que o produtor rural quer é justiça de igualdade de tratamento. É o mínimo que um governo democrático e sério deve proporcionar aos seus concidadãos.*

# A marcha contra a correção

Depois de darem um alerta ao governo no dia 28 de abril, os pequenos produtores gaúchos voltaram às ruas nos dias 17 e 18 de maio para protestar contra a política econômica e agrícola do governo, exigindo principalmente a isenção da correção monetária sobre os empréstimos de emergência, realizados em função dos prejuízos da seca. Desta vez, a "Marcha do Campo" aconteceu em Porto Alegre, reunindo cerca de cinco mil agricultores, que cumpriram um roteiro de manifestações desde a Assembléia Legislativa, o Palácio Piratini, a Secretaria da Agricultura e Abastecimento, ao Banco Central, a Delegacia Regional do Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário e o Centro Administrativo do Estado.

Organizada pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais sob a coordenação da Fetag, a "Marcha do Campo" teve apoio de entidades como a Fecotrig e também de alguns parlamentares gaúchos que receberam o documento de reivindicações dos produtores. Neste documento, os produtores reafirmaram a necessidade de suspensão da correção monetária nos empréstimos agrícolas; prorrogação imediata para dois anos, com um de carência, para todos os financiamentos de custeio contraídos pelos minis, pequenos e médios agricultores, até o valor máximo de mil OTNs; a liberação de recursos para as famílias atingidas pela seca; ampliação do prazo para formação da cota-leite e uma política previdenciária social e de saúde efetiva para o homem do campo, entre outras.

Além de levar suas reivindicações às autoridades, os produtores, nas ruas, não se cansavam de denunciar

*Os protestos contra a correção monetária continuam levando os produtores gaúchos à rua. No mês passado eles estiveram em Porto Alegre, quando exigiram a isenção desta taxa dos empréstimos de custeio, além de outras antigas reivindicações.*



Jornal "O Interior"

Cinco mil produtores ocuparam o centro de Porto Alegre

o descumprimento de alguns bancos em relação a isenção da correção monetária, para os empréstimos feitos antes do Plano Cruzado, que é determinada pelas resoluções 1306 e 1411 do Banco Central. No centro da capital, eles também fizeram questão de lembrar que os insumos necessários à lavoura tiveram, de março do ano passado até agora, um aumento de 659 por cento, enquanto os valores dos produtos pagos ao agricultor, ficaram em apenas 334 por cento. Ao mesmo tempo em que protestavam em Porto Alegre, uma comissão formada por 43 produtores, buscavam em Brasília uma resposta para estas mesmas reivindicações.

#### ALGUMAS PROMESSAS

O resultado de toda esta mobi-

lização foi conhecido ainda durante a manifestação, quando o ministro da Agricultura, Iris Rezende descartou qualquer intenção do governo em extinguir a correção monetária, da mesma forma como procedeu o ministro da Fazenda Mafson da Nóbrega. Esta resposta não agradou em nada os produtores que já andam pensando em novamente se manifestar, pois, segundo eles, um crédito de emergência, com pagamento em 18 meses, mas com correção monetária de 20 por cento, acaba saindo por um milhão e 500 mil cruzados. Quanto as outras reivindicações, os produtores receberam apenas alguns acenos, considerados por eles como mera promessas.

Para o presidente da Regional

da Fetag em Ijuí, Carlos Karlinski, um destes casos é a ampliação da formação do leite cota, da qual os produtores vem exigindo há um bom tempo, a formação em seis meses. De acordo com Karlinski, parece existir a intenção de ampliar esta cota para cinco meses, mas incluindo o mês de março e não o de agosto, como é proposto. Os produtores pedem o mês de agosto porque a produção é mais baixa neste período, e portanto, mais favorável a formação da cota. Em todo o caso, os sindicatos estão aguardando a portaria governamental que regulamenta esta nova cota, mas não abrem mão do teto de 20 por cento que a indústria concede a 100 litros produzidos, para efeito de não cobrança do leite excessivo.

## Cobrança considerada ilegal

Imoral e ilegal. Estes são alguns dos atributos que a correção monetária tem recebido por parte de produtores, lideranças sindicais e cooperativistas que não se cansam de repetir e encaminhar pedidos e projetos para eliminação ou mesmo redução desta taxa inflacionária sobre os financiamentos agrícolas. A gritaria é tão grande que a matéria já virou objeto de estudo com jurisprudência e também se tornou projeto de lei na Assembléia Nacional Constituinte. O governo, por sua vez, continua relutando, claramente, em retirar este peso do bolso do agricultor.

#### ORIGENS

Oriunda do fracasso da política econômica vigente desde a década de 70, quando o crédito rural era bastante subsidiado, a correção monetária apareceu logo após os primeiros cortes destes subsídios. Na safra de 83/84, ela já começou a vigorar sobre os financiamentos agrícolas, fazendo com que o produtor pagasse os financiamentos com um acréscimo de 85 por cento da variação da antiga ORTN (atualmente OTN), além dos juros de três por cento ao ano.

Mas, isso foi só o começo de uma ciranda que hoje tem levado os agricultores quase que mensalmente às ruas. No mesmo ano de 84, durante a safra de inverno, os financiamentos do custeio já eram cobrados

com correção monetária plena, mais os juros de três por cento. Para piorar a situação, veio o fracasso do Plano Cruzado, em 86, que além de manter a correção plena, elevou os juros para sete por cento ao ano. Com o custo do dinheiro nestas alturas, mais os preços de insumos e máquinas totalmente defasados em relação aos valores do produto que o produtor recebe, o agricultor tem visto a sua atividade ser inviabilizada diariamente.

#### COBRANÇA ILEGAL

Baseado nesta insolvência em que se encontra a agricultura, mediante as altas taxas de correção, o advogado mineiro, Antônio Ferreira Alvares da Silva tem se tornado notícia, por causa do seu trabalho em legislação, em que afirma que a cobrança da correção é totalmente ilegal. Ex-diretor de Crédito Agrícola do Banco do Brasil e autor do anteprojeto do decreto 167, que instituiu a Cédula de Crédito Rural, a Nota Promissória e a Duplicata Rural, o advogado mineiro tem demonstrado neste trabalho realizado para a Ocemg (Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais), o desamparo legal da cobrança da correção.

Os argumentos do advogado se sustentam na lei 4829/65, que institucionalizou a correção monetária; no inciso quarto do artigo quarto da

lei 4595/64, que assegurou taxas favorecidas aos financiamentos do crédito agrícola; no artigo quinto do decreto lei 167, que enumera os encargos financeiros do crédito rural, sem fazer alusão à correção monetária; e ainda no artigo nono do decreto-lei 70, de 20 de novembro de 66, no qual a lei deixa bem claro que "os contratos de empréstimos com garantia hipotecária, com exceção das que consubstanciam operações de crédito rural, poderão prever os reajustamentos das prestações de amortização de juros com a consequente correção monetária da dívida".

Este trabalho de Antônio Ferreira da Silva já está servindo até como instrução aos agricultores mineiros, para que mesmo com cobrança judicial, não paguem a correção monetária. Em novembro do ano passado, por exemplo, o Tribunal de Alçada de Minas Gerais, confirmou que nenhum banco pode incluir nos contratos de crédito agrícola a cobrança de correção monetária. Além disso, em maio último, um juiz da comarca de Pompeu, chegou a dar ganho de causa a um agricultor que se negou a pagar a correção sobre financiamento no Banco do Brasil.

#### EMENDA CONSTITUCIONAL

Toda esta campanha contra a correção monetária também encontra eco numa emenda constitucional a ser votada nas disposições transi-

tórias da Assembléia Nacional Constituinte. De autoria do senador peemedebista Mansueto de Lavor, de Pernambuco, a emenda propõe o perdão da correção monetária sobre todas as dívidas contraídas durante o Plano Cruzado, tanto pelos pequenos e médios produtores rurais como pelos microempresários. O governo, por sua vez, não vê com bons olhos esta proposta, alegando que esta anistia significaria um custo na ordem de 520 bilhões de cruzados.

Para obter maiores chances de aprovação na sua emenda, o senador pernambucano até modificou o seu texto, retirando a parte em que previa o perdão das dívidas, de qualquer natureza, além de fundir a sua emenda com outras já apresentadas. No final dessa mistura o texto de Mansueto propõe que apenas os contratos assinados durante a vigência oficial do Plano Cruzado (de 28 de fevereiro de 86 a 28 de fevereiro de 87) terão direito ao perdão da correção monetária, válido para todo o reajuste posterior a 28 de fevereiro de 87.

Contrariando o argumento do governo em relação aos custos, o senador diz que esta anistia sairia a um custo de 183 bilhões de cruzados e afirma ainda que o impacto sobre o tesouro nacional seria indireto, pois os bancos privados apenas pagariam menos impostos sobre a redução do lucro.

# Nova proposta para a agronomia

A partir do próximo vestibular de inverno, a Unijuf passa a oferecer mais um curso de graduação. É a faculdade de engenharia agrônômica, projetada desde a época de 70, e que pretende dar um novo perfil ao agrônomo: o de desenvolvimentista rural.



Reformas no campus universitário para dar maior estrutura ao curso



Benedito Silva Neto

Após vários anos de trabalho, a Universidade de Ijuí está realizando um dos seus mais antigos projetos: a instalação do curso de engenharia agrônômica, que vem sendo gerenciado desde 1972. Naquela época não foi possível concretizar o projeto, porque o Ministério de Educação e Cultura não autorizou a sua implantação. Três anos mais tarde, a Unijuf foi a campo novamente, mas teve que acatar as recomendações do Ministério, para a criação de somente cursos de tecnologia agrônômica. No ano seguinte, então surgem os cursos de Administração Rural e Cooperativismo, que deram um suporte de discussão ao projeto do curso. Em 86, um ano depois da Fidene se transformar em Universidade, estes dois cursos foram fechados, ao mesmo tempo, que o projeto de faculdade de agronomia ganhou um maior respaldo.

De acordo com o coordenador

do curso de Agronomia, Benedito da Silva Neto, mestre em solos pela Universidade Federal de Santa Maria, o projeto começou a tomar corpo quando os cursos de tecnologia agrônômica passaram a ser questionados quanto a sua limitação, principalmente em relação ao desenvolvimento dos trabalhos de extensão rural, que sempre foram o carro-chefe da Unijuf. "A preocupação era de criar um curso que resgatasse toda a experiência da Fidene", afirma Benedito. Além disso, continua o professor, "passou a se questionar também o papel dos profissionais de agronomia no processo de modernização da agricultura da região e a conseqüente implantação de novas relações sociais de produção que perduram até hoje".

## NOVO PERFIL

Ao final de todas estas indagações, a Unijuf chegou a algumas conclusões. Uma delas foi a de que, com

raras exceções, a maioria destes profissionais tornaram-se passivos diante das necessidades impostas pelo processo de mudança da sociedade. "O que fizeram, na verdade, explica Benedito, foi levar ao campo as novas técnicas, sem contudo, pensar sobre elas e suas conseqüências".

## UM EDUCADOR

Foi questionando esta formação produtivista e tecnocrática do agrônomo, que a Unijuf passou a delinear um novo perfil para o engenheiro agrônomo, voltado para o desenvolvimento rural. Segundo Benedito, este profissional deve ser capaz de promover o aumento da produtividade, mas a partir da compreensão da dinâmica geral da agricultura e dos interesses sociais e

econômicos que existem dentro dela. "O importante é que ele saiba promover o interesse da produtividade pensando no interesse da sociedade como um todo", diz o professor, salientando que este desenvolvimento passa, necessariamente, por soluções dos vários problemas que caracterizam toda uma situação de injustiça social.

Finalizando a descrição do perfil proposto pelo novo curso, Benedito resume três itens básicos da formação do profissional: o conhecimento da dinâmica da agricultura, a competência técnica e a postura do educador. "A nossa pretensão, conclui o professor, é formar um profissional que entenda, antes de tudo, que o sucesso ou fracasso da sua atividade, depende do desenvolvimento da sociedade. Mesmo vivendo em uma sociedade competitiva em crise, ele não pode perder de vista o aspecto social do seu trabalho, que passa pela reestruturação desta sociedade".

## O mercado das mudanças

Baseado numa proposta de desenvolvimento rural, a faculdade de agronomia oferecida pela Unijuf, aposta ainda num mercado incipiente, que se abre com as perspectivas de mudanças da sociedade. Embora existam hoje, no Estado, seis cursos de agronomia que jogam no mercado um número considerável de profissionais, a Unijuf acredita que o campo de trabalho supere em muito a mão-de-obra. O que motiva o curso é a expectativa de democratização da sociedade, através da implantação de mudanças, como a reforma agrária, por exemplo. Um caso citado pelo professor Benedito da Silva Neto, diz respeito aos assentamentos de colonos sem terra, que apesar de serem poucos ainda não possuem um número de agrônomos necessários para o acompanhamento técnico satisfatório.

## ESTRUTURA

Contando com o apoio dos profissionais da área, a Universidade também acredita estar preparada para acionar esta nova proposta, seja pelos convênios de cooperação mútua, ou convênios de caráter financeiro e aplicações de sua estrutura física. A curto prazo, por exemplo, alguns laboratórios do departamento de Ciências Exatas e Naturais devem ser reformados, assim como a assinatura de um termo aditivo sobre um antigo convênio com a Cotrijuf, permitirá a participação dos professores do curso na condução das pesquisas realizadas pelo Centro de

Treinamento da Cooperativa, o CTC. Um outro convênio estabelecido com a Prefeitura Municipal, possibilitará o acesso de professores e alunos ao Imeab, tanto para a utilização da área como para a realização de um trabalho de melhoramento dos recursos humanos para os técnicos agrícolas formados pela escola municipal.

A Universidade conta também com alguns acordos, ainda em tramitação, realizados com entidades, como a Secretaria da Agricultura do Estado, para a utilização da estação experimental de Santo Augusto, e a possibilidade de aquisição de uma pequena área de terra a ser usada nas aulas práticas do curso. O grosso dos recursos, no entanto, está sendo buscado no Ministério da Educação e em instituições financeiras como o Banco Mundial, através do Ministério da Agricultura, além de recursos angariados junto ao Instituto Nacional de Agronomia da França.

Na área de recursos humanos, o curso já está preparado para funcionar com 35 professores, sendo que uma parte deles estará voltada para os trabalhos de pesquisa e extensão desenvolvimentistas. Ao aluno cabe possuir uma estrutura financeira capaz de arcar com um custo mensal de aproximadamente 20 mil cruzados, ou então ser premiado por uma bolsa de estudos, doada por empresas e instituições da região.

## Unidade curricular

Apresentando um currículo diferente das demais faculdades de engenharia agrônômica, a faculdade da Unijuf, que terá funcionamento diurno, está oferecendo 55 vagas neste seu primeiro vestibular, que se realiza de 18 a 21 de julho. As inscrições serão feitas de 21 de junho a 8 de julho, mediante o pagamento de 1,7 OTN. A estruturação do currículo foi feita a partir do Seminário de Agricultura, realizado em agosto de 86, em Ijuí, quando técnicos brasileiros e estrangeiros discutiram a formação do agrônomo frente às necessidades da agricultura na América Latina. Do encontro, também surgiu a idéia de uma preservação da unidade curricular. Por isso foi estabelecido, posteriormente, um currículo organizado não em disciplinas separadas, mas em módulos durante o nível elementar, seguido das linhas curriculares, na etapa mais prática.

Um exemplo do funcionamento do curso, pode ser observado através do módulo básico de Fundamentos da Compreensão da Vida Animal, que reúne disciplinas de matemática, biologia e química, trabalhadas e avaliadas conjuntamente

por todos os professores a ele ligado. Num segundo momento, o curso passa a ser ministrado através das linhas curriculares. Em Realidades Agrárias, por exemplo, estão presentes todos os módulos afins, como economia agrária e sociologia rural, com uma avaliação conjunta de todos os professores pertencentes a linha curricular.

## ESTÁGIOS

Em relação a parte mais prática do curso, o aluno passa por três estágios curriculares, que acontecem desde o início da faculdade. O primeiro estágio, de curta duração, está ligado a disciplina de Introdução a Agronomia e deve ser realizado em propriedades agrícolas da região, com o objetivo de despertar o aluno para os conhecimentos que vai estudar posteriormente. Durante o 5º e o 6º semestre do curso, o aluno passa, mais uma vez, por um estágio de observação, de três semanas, quando ele estará recebendo conteúdos mais práticos. No último estágio, que deve ser realizado no final do curso, o aluno cumpre, então o sistema normal, quando apresenta um trabalho científico, para ser avaliado por uma banca examinadora.

# Em busca da afirmação

Com um grande potencial de produção pela frente, a ovinocultura no município de Jóia está recebendo alguns incentivos de produção, para que, como no resto do Estado, ganhe o seu espaço no mercado.

Atividade de poucos investimentos e de retorno ainda parcial, a ovinocultura, nos últimos tempos, tem tomado ares de quem se instala definitivamente no mercado. É claro que a falta de preço, principalmente da carne, desanima muito produtor menos envolvido na atividade. Mas por outro lado, a lã que é o seu primeiro produto, atualmente, supre esta carência de mercado, fazendo com que a maioria dos ovinocultores melhore os seus rebanhos, a partir de raças como a Corriedale, a espécie mais popular do Estado, de temperamento bastante dócil e que possui um duplo propósito, ou seja, é tão boa em lã quanto em carne.

No município de Jóia, caracterizado por uma vasta região de campo, onde se encontra uma produção bastante tradicional de ovinos, a Corriedale também começa a ser introduzida nos pequenos e grandes rebanhos, tradicionais ou iniciantes. Esta mudança está sendo feita através de algumas medidas de incentivo de produção, realizadas pela unidade da Cotrijuf, Regional Pioneira, que pretende aproveitar o potencial de uma atividade hoje estimada em apenas 35 mil cabeças. "Jóia pode che-

gar a um rebanho de aproximadamente 300 mil cabeças, afirma o veterinário da Unidade, Paulo Ricardo Motta, destacando, ao mesmo tempo, o pequeno percentual da produção atual, ao avaliar a entrega de apenas 19 toneladas de lã, na safra 87/88.

Este número, segundo o veterinário, até representa um aumento da esquila de pelo menos 10 por cento, em relação ao ano passado. Mas, em peso de lã, se for comparado a safra anterior, representa uma redução bastante significativa.

A razão desta queda na produção e na entrega de lã, começa pela falta de um manejo mais adequado do rebanho, no qual é prioritário o controle da verminose e também o melhoramento genético e descamba na ausência de uma estrutura mais ágil para a comercialização da lã, especialmente no que diz respeito a classificação do produto, que atualmente é feita na Regional de Dom Pedrito.

## INCENTIVO A PRODUÇÃO

Para amenizar estes contratempos, a Cotrijuf começou, então, desde o ano passado, a incentivar a produção, através primeiramente, de uma seleção

por idade nos rebanhos, que até pouco tempo, possuíam um grande número de animais velhos. O que torna o rebanho altamente improdutivo, explica Paulo Ricardo, pois muitas ovelhas morrem até com carneiro no ventre.

Mas, além da seleção por idade, o departamento técnico também iniciou uma seleção zootécnica, que implica no melhoramento dos rebanhos, na sua maioria mistos, isto é, não apresentam uma uniformidade nem para a produção de lã, nem para a produção de carne. O resultado desta mistura acaba sendo contabilizado pelo produtor, quando ele tem, por exemplo, a sua lã classificada e recebe o equivalente ao nível dois, por apresentar alguma mancha no velo.

A melhor forma de evitar este tipo de problema é procurar manter o rebanho uniforme, apurando-o com uma raça de duplo propósito. Pensando nisso, a Unidade trouxe, de Dom Pedrito no ano passado, 35 carneiros Corriedale SO (raça definida e com garantia), para serem distribuídos aos produtores interessados em manter a qualidade do rebanho. Um destes carneiros, no entanto, ficou na Unidade, mais precisamente no posto de monta, que também começou a

funcionar no ano passado.

## POSTO DE MONTA

Constituindo-se em nada mais do que um pequeno abrigo para os animais, o posto de monta da Unidade tem o objetivo de melhorar os pequenos rebanhos tradicionais ou iniciantes, sem que o produtor tenha qualquer custo na operação. Alguns produtores que já optaram por este melhoramento genético, deixando uma de suas reprodutoras em contato com o carneiro da Unidade, terá em setembro, uma criação mais apurada e segura.

Segundo o veterinário, encameiração pode ser feita em qualquer época do ano. No entanto, o período mais recomendado para o encameiramento, é durante o início do mês de março até o final de maio, porque "é a época em que ocorre a menor incidência de luz, e portanto, propícia para a reprodução de ovinos.

Além disso, acentua Paulo Ri-

## ANÁLISE DE SOLO

### Indicações para uma boa coleta

Airton Francisco de Jesus

Esta época do ano é um período em que a procura para efetuar análise de solo cresce sensivelmente, pois muitos produtores reservam alguma área de sua propriedade para fazer a correção da acidez e da fertilidade. Apesar de ser uma prática bastante difundida e conhecida pelos produtores, alguns pontos devem ser reforçados para que tenhamos uma análise representativa e com resultados condizentes com a realidade da lavoura, possibilitando com isso, uma recomendação adequada de corretivos e fertilizantes, e consequentemente rendimentos econômicos.

#### Pontos importantes a serem considerados:

- Uma análise composta não deve ultrapassar a 10/20 hectares, pois a amostra composta enviada ao laboratório é de 0,5 quilos. E desta quantidade apenas 20 gramas são analisadas. Esta pequena amostra determinará o resultado para toda a área amostrada.
- Para iniciarmos a coleta das amostras devemos dividir a área conforme as características locais. Em uma várzea, por exemplo, devemos fazer uma amostra composta representativa de várias sub-amostras. Já numa área de encosta, devemos fazer outra

amostra, assim como terras corrigidas e não corrigidas devem ter amostras separadas.

- A amostra pode ser coletada em qualquer época do ano, mas tendo o cuidado de encaminhá-la sempre com antecedência à época de aplicação.
  - A profundidade de amostragem: para culturas anuais é recomendado amostrar o solo na camada arável, ou seja, de 17 a 20 centímetros. Para culturas permanentes (essências florestais e frutíferas) recomenda-se coletar amostras de 0 a 20 e de 20 a 40 centímetros de profundidade.
  - Se a coleta for realizada em solo com umidade excessiva, esta deve ser secada em local ventilado e seco, à sombra, antes de enviá-la ao laboratório.
  - A amostra deve ser coletada com pá de corte limpa e a terra deve ser colocada em saco plástico limpo.
- A análise de solo é o ponto básico para melhorar as propriedades químicas do solo. Por isso devemos ter consciência, quando iremos coletar uma amostra, da importância que isso representa.

\* Airton Francisco de Jesus é agrônomo e supervisor da área de solos da Cotrijuf na Regional Pioneira.

## Os principais cu

Entre todos os cuidados importantes para um manejo adequado do rebanho de ovinos, o qual mais se destaca, além das doenças comuns como a verminose, é a alimentação correta antes e depois do encameiramento. Estes cuidados nem sempre são lembrados por muitos produtores, mas há muito tempo, em outras regiões tradicionais desta criação, eles são praticados com ótimos resultados.

Na Inglaterra, por exemplo, ainda no século passado se realizava uma prática de manejo denominada "flushing", através do qual se restringia a alimentação das ovelhas antes do encameiramento. Este método, fazia com que o animal tivesse uma queda brusca no peso corporal, porém, tornava ele altamente produtivo, se logo após o procedimento, a ovelha recebesse uma boa alimentação.

O balanceamento de peso em relação a idade ia até mais longe, pois durante o início da temporada de encameiramento, as ovelhas que entrariam em cria, deveriam receber o máximo em alimentação, trazendo como resposta, um número maior de nascimento de cordeiros. A explicação para este procedimento era de que a abundância de alimentos, interferia fisiologicamente no funcionamento dos órgãos reprodutivos do animal, aumentando inclusive o percentual de gêmeos.

## GANHO DE PESO

Se estas práticas já traziam bom resultado para o produtor no século passado, hoje elas continuam sendo recomendadas pela pesquisa, que confirma a relação do ganho de peso durante o período de encameiramento com o aumento substancial na taxa de prenhez da ovelha. Mais do que isso, a

pesquisa tem procurado provar que existe um peso mínimo aceitável, de acordo com a raça do animal, para ser colocado em reprodução e se ganhar uma resposta objetiva em nascimentos.

Dessa forma, em qualquer região, a adoção de algumas práticas produtivas são fundamentais para melhorar o desfrute dos rebanhos. Estas práticas são as seguintes:

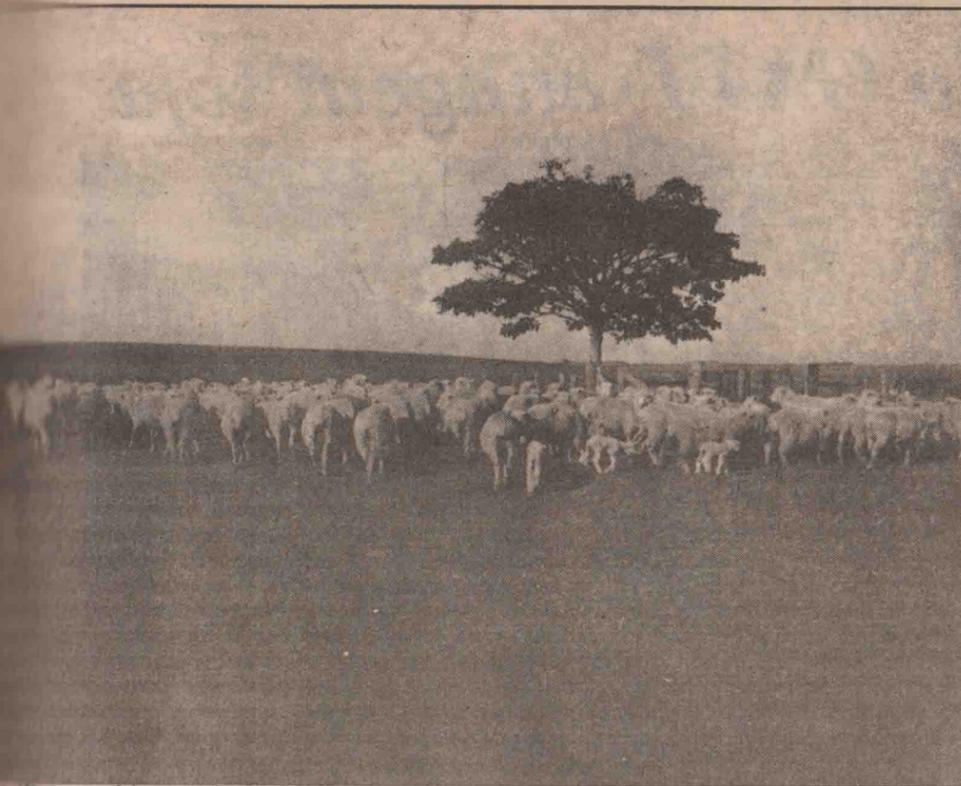
- a) Ganho de peso: cuidado fundamental, pois durante o período de encameiramento os animais precisam de mais alimentação para darem uma resposta mais produtiva.
- b) Peso mínimo: principalmente para a raça Corriedale, que é a mais criada na região, é necessário estabelecer um peso mínimo no encameiramento de pelo menos 40 quilos.
- c) Peso ao encameirar: quanto mais gorda estiver a ovelha, na época de encameiramento, maior a possibilidade de se obter gêmeos.
- d) Controle da verminose: qualquer rebanho que apresentar verminose, durante o encameiramento, certamente terá prejuízos incalculáveis durante os próximos períodos.

## ENCARNEIRAMENTO

Depois de tomar todas as medidas corretas durante o período de pré-encameiramento, o produtor deve tomar os devidos cuidados no período de prenhez. Aqui na Região Pioneira da Cotrijuf, por exemplo, o período de encameiramento acontece nos meses de abril e maio, portanto, culmina com a época mais pobre em fornecimento de alimentação para o rebanho. Daí a preocupação que o produtor deve ter em relação a algum tipo de alimentação que substitua a pastagem, porque, embora seja aceitável uma pequena restrição alimentar até os 90 dias após o início da prenhez, um jejum muito prolongado

## Plantão no Hospital Bom Pastor

- O Hospital Bom Pastor de Ijuí tem os seguintes horários de plantão médico:
- De 2ª a 6ª feira, permanência de médicos no Hospital, no horário das 20 às 8h.
  - Nos sábados o plantão inicia às 8h, permanecendo até às 8h, da segunda-feira.
  - Nos feriados igualmente das 8h às 8h, do dia seguinte.
  - Escala do plantonista: a disposição na portaria do Hospital, na enfermaria da Cotrijuf, e na Gerência Administrativa de Pessoal e Gerência de Saúde.
  - População alvo: associados, funcionários e dependentes destes e a comunidade em geral se a demanda o permitir.
  - Identificação: documento que identifique a situação acima.



Ma: potencial para 300 mil cabeças

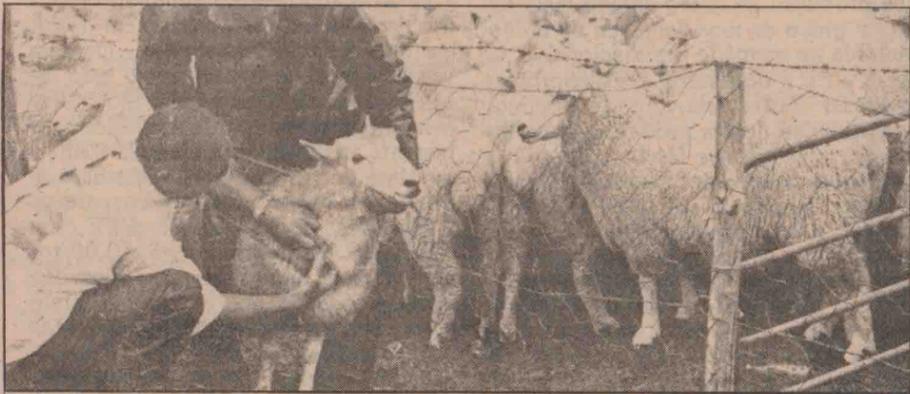
cardo, se o produtor fizer o encarneamento nessa época, ele tem chance de obter três crias em dois anos, enquanto o mais convencional é a ocorrência de uma cria por ano.

**EXPECTATIVA**

A preocupação com o desenvolvimento da produção de ovinos no município de Jóia, surgiu, primeiramente, devido ao grande potencial da região, mas já passa a ser vista também como

uma alternativa para a própria região de colônia do município. "Com um pequeno rebanho, lembra Paulo Ricardo, o produtor iniciante pode ter mais uma alternativa de carne para o consumo, além de comercializar a lã e a pele". Estes pequenos rebanhos, se criados em sistema de semiconfinamento, podem ainda trazer um outro benefício, com o aproveitamento do esterco para adubação orgânica de hortas e pequenas lavouras.

# dados do manejo



Vacinação contra a verminose evita grandes perdas no rebanho

gado pode trazer muitas mortes e até uma absorção fetal (perda do embrião). Já no terço final da gestação e no pe-

ríodo de lactação dos animais, este cuidado diminui, devido a grande disponibilidade de pasto existente na região.

## O interesse do produtor



Rivadavia de Freitas

Em pequenas ou grandes propriedades do município de Jóia, a ovinocultura confirma a sua tradição e o interesse do produtor por esta atividade, que começa a dar sinais de aquecimento no mercado. Rivadavia Batista de Freitas, por exemplo, é um produtor que aposta na ovelha, principalmente em relação ao comércio da lã. Dono de um rebanho de 800 animais, na localidade de São João Mirim, Rivadavia conta que a ovelha já serviu para o consumo doméstico e para ocupar um espaço nos seus 1.214 hectares. Era uma época em que a ovelha não dava lucro nenhum, afirma o produtor, envolvido atualmente, em melhorar o seu rebanho através da introdução de animais do tipo Corriedale.

Quando tomou essa decisão, o produtor tratou logo de reestruturar as instalações que já existiam na propriedade, construindo junto às banheiras, uma grande mangueira para encarneação dos animais. Afinal, uma das maiores preocupações do Rivadavia é o controle da verminose, que muito produtor se descuida e por isso chega a ter perdas significativas no rebanho. Esta preocupação toda com a atividade, tem ainda uma outra razão. É que o produtor pensa, a médio prazo, em aprimorar a raça Corriedale, para chegar à comercialização de reprodutores. "O que é uma outra renda", analisa Rivadavia.

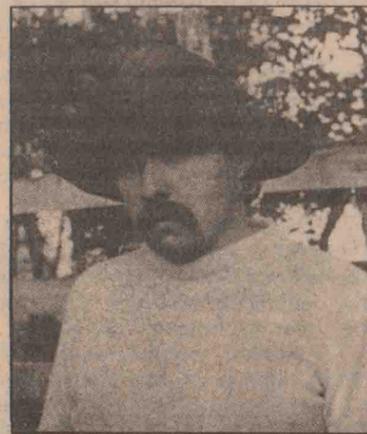
Antes de atingir este estágio, no entanto, o produtor continua trabalhando na lã, que lhe rende três quilos por animal em cada tosquia, e cobre todos os insumos investidos no

rebanho e ainda a mão-de-obra. Quanto a comercialização da carne, a reclamação é a mesma de todo ovinocultor. "É muito pouco explorada", diz o produtor, queixando-se da ausência de mercado, e apontando como causa principal a falta de hábito do consumidor. "Minha mãe fazia até charque de ovelha, recorda, mas muita gente pensa que a carne só serve para churrasco".

**SEGURANÇA**

Com um rebanho expressivamente menor, o produtor João Olmiro Leal, proprietário de 82 hectares na mesma localidade de São João Mirim, manteve os seus animais meio "a la cria", por um bom tempo, apenas enriquecendo a dieta de carnes da propriedade e ganhando dois quilos e meio de lã por ovelha. Hoje João Olmiro não pensa assim. Segundo o produtor, para ganhar com a ovelha, duas coisas são fundamentais: ter um carneiro bom e dar remédio para a verminose. O remédio é o principal cuidado, diz o produtor que já chegou a perder, em anos passados, cerca de sete animais num rebanho de pouco mais de 100 ovinos.

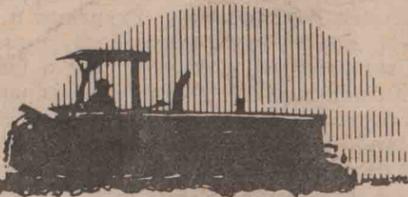
Em relação ao mercado, João Olmiro se mostra mais calmo que o Rivadavia, não se queixando nem mesmo com o atraso do pagamento da lã, que é classificada na Regional de Dom Pedrito. "Demora, mas é um dinheiro seguro, diz ele, aconselhando todo o produtor a manter pelo menos cinco ou seis ovelhas na propriedade".



João Olmiro Leal

# COTRIJUI: HÁ 30 ANOS AO NOSSO LADO PARA O QUE DER E VIER.

Quem trabalha na agricultura sabe que pode contar com a Cotrijuí para plantar, colher e comercializar, porque ela está sempre ao seu lado, dando assistência técnica, facilitando crédito, insumos, armazenando seus grãos e mantendo lojas e supermercados, com preços acessíveis aos seus associados.



# Negociações do GATT atingem soja

O que sabemos nós das atuais negociações comerciais do GATT — Acordo Geral sobre as Tarifas Aduaneiras e o Comércio? O que sabemos nós das conseqüências futuras sobre o comércio de produtos agrícolas que as atuais negociações deverão provocar? Qual a posição do Brasil nestas negociações?

Argemiro Luís Brum  
Montpellier — França

Um assunto certamente longe dos atuais interesses imediatos de nossa agricultura gaúcha! Um assunto que possivelmente pouca gente conhece e esteja informado! Entretanto, um assunto de extrema importância e que, dependendo das decisões tomadas nas atuais negociações do GATT para a agricultura (o chamado Uruguai Round), o comércio agrícola mundial em geral poderá se modificar totalmente nos próximos dez anos, quem sabe não nós! E, para um país que depende das exportações agrícolas como o Brasil, para uma região que depende das exportações da soja como a nossa, a informação sobre o que está se passando nestas negociações é fundamental. Mesmo se ela nos pareça sem interesse imediato! Neste caso, lembramos mais uma vez que é antecipando as informações e os fatos, na medida do possível, que a gente se mantém vivo no merca-

Em função deste pensamento, e com o objetivo de colaborar com as informações que já possuímos sobre o assunto, dedicamos este artigo às atuais negociações agrícolas do GATT.

As atuais negociações agrícolas do GATT, que se desenvolvem normalmente em Genebra (Suíça), têm como ponto de base a luta contra o protecionismo. No fundo, a agricultura do mundo, e sobretudo a dos países desenvolvidos (especialmente a Comunidade Econômica Européia — CEE, Estados Unidos — EUA, Canadá e Japão) funciona, de um lado, graças a injeções de dinheiro público, artificiais às leis de oferta e procura do mercado e que chamamos de subvenções e, de outro lado, graças a taxações dos produtos importados nas fronteiras, de forma a impedir que este produto possa competir com a produção local, e que chamamos de protecionismo. Ora, a aplicação de tais medidas anticomerciais pois acabam "falsificando" os preços e os custos dos produtos agrícolas nos mercados externo e interno, são evidentemente mais fáceis de serem executadas pelos países ricos, que possuem mais caixa para bancarem tais custos.

Para se ter uma idéia, segundo a OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico), as subvenções agrícolas teriam aumentado nos últimos cinco anos, em 70 por cento nos EUA, de 36 por cento na CEE e de 18 por cento no Canadá. Em termos de volumes, estas subvenções teriam variado nos últimos anos, na CEE e nos EUA unicamente, entre 26

O Brasil transformouse, graças a alguns acordos firmados no passado com os Estados Unidos, no maior exportador de farelo de soja, viabilizando a sua própria produção.



e 30 bilhões de dólares por ano! Os EUA (campeões em atirar pedra no quintal do vizinho apesar de viver embaixo de um telhado de vidro) afirmam que se pode mesmo falar de 100 bilhões de dólares para o caso da CEE, hoje composta de doze países. Ora, se isto for verdade, significa dizer que a CEE consome praticamente nossa dívida externa inteira em subvenções à sua agropecuária.

Assim, o objetivo do Uruguai Round é o de eliminar toda e qualquer proteção e subvenção de forma a sanear o mercado, de forma que o mesmo não ficasse mais dividido entre os interesses dos grandes países industrializados.

Na forma seria isto, porém, no fundo o interesse maior é dos EUA! Convencidos de que podem fazer produzir sua agropecuária a custos mais baixos do que seus concorrentes desenvolvidos e mesmo alguns subdesenvolvidos, os norte-americanos forçam o debate de forma a colocar contra o muro sobretudo a CEE.

Na verdade a CEE protege e subvenciona forte a sua agricultura. Dois exemplos para melhor esclarecer o assunto:

a) A CEE é excedentária em cereais, porém, para o ser ela mantém os preços pagos a seus produtores acima dos preços do mercado internacional. E para proteger este mecanismo, ela aplica uma taxa sobre toda e qualquer importação de cereais, no valor correspondente a diferença entre o preço interno e externo dos referidos produtos. Assim, nos casos do trigo e do milho por exemplo, em 1986 o preço interno da CEE era respectivamente de US\$ 245,00 e de US\$ 223,00/tonelada. Entretanto, no mesmo ano o preço internacional destes dois produtos (base o porto de Rotterdam na Holanda) esteve respectivamente em US\$ 150,00 e US\$ 101,00/tonelada. Isto significa dizer que em 1986 a CEE taxava suas importações de trigo em US\$

95,00/tonelada e as de milho em US\$ 122,00/tonelada. Neste último caso, somente o dinheiro gasto para proteger sua produção de milho custou mais do que o preço de uma tonelada de milho vendida no mercado internacional.

b) A CEE é deficitária em oleoproteaginosas. Assim, ela importa enormes quantidades destes produtos, sobretudo de soja (grãos e farelos). Devido a acordos passados com os Estados Unidos por ocasião de um outro acordo do GATT (o Kennedy Round no início dos anos 60) — vejam como estes acordos podem mudar a face do comércio mundial! — a CEE não taxa suas importações destes produtos. Graças a isto é que o Brasil, aproveitando deste acordo, pôde se transformar hoje no maior exportador de farelo de soja para a CEE e, sem dúvida nenhuma, conseguiu viabilizar sua própria produção de soja. Pois bem, a partir de 1973 a CEE decidiu se independizar um pouco e passou a estimular a produção interna de oleoproteaginosas, inclusive soja. Este esforço começou a dar resultados a partir do início da década de 80! Hoje a CEE produz entre girassol, colza, soja e ervilha proteaginosas, mais de 15 milhões de toneladas com tendência ainda a um crescimento potencial. Entretanto, isto só pôde ser feito graças a uma forte subvenção a estas produções. Peguemos o exemplo da ervilha proteaginosas, a qual vem substituindo enormemente o farelo de soja nas rações industriais para os rebanhos europeus e complicando a nossa situação de principais exportadores mundiais deste produto: em 1986, o preço de base da Comunidade, pela ervilha ali produzida, era de US\$ 510,00/tonelada; o preço do farelo de soja no mercado internacional (base porto de Rotterdam na Holanda) era de US\$ 185,00/tonelada. A CEE, para estimular a utilização da ervilha pelos fabricantes de rações, dá uma subvenção a estes correspondentes a 45 por cento da diferença entre o preço de base e o preço interna-

cional do farelo de soja. Em 1986 isto significou US\$ 146,00/tonelada. Os fabricantes, por sua vez, são obrigados a garantir um preço mínimo ao produtor de ervilha. Este preço, em 1986, era de US\$ 281,00/tonelada. Ora, na verdade o preço líquido pago pelo fabricante foi de apenas US\$ 135,00/tonelada, pois o restante corresponde exatamente a subvenção dada pela CEE, a qual sai dos cofres públicos e não do bolso dos fabricantes. Assim, para os fabricantes de rações da CEE, em 1986, era exatamente US\$ 50,00/tonelada mais barato comprar a ervilha proteaginosas do que comprar o farelo de soja no mercado internacional. **Resultado:** uma forte subvenção à produção e a utilização da ervilha proteaginosas permite que ela ocupe paulatinamente o lugar do farelo de soja no mercado da CEE.

Ora, fica evidente que se as atuais negociações do GATT consigam eliminar totalmente as subvenções e proteções no mundo, a CEE seria obrigada a praticamente destruir a sua agricultura e se tornaria eternamente importadora de alimentos, desejo supremo dos EUA.

Diante disto, as negociações no GATT são intensas, de forma a se chegar a um acordo que contente a todos. No caso, os países que se mobilizarem e tiverem forças para fazer passar suas idéias.

Assim, as atuais negociações do Uruguai Round, sobre o futuro da produção e do comércio agrícola mundial, se divide atualmente em três grandes grupos (veja os detalhes das proposições de cada grupo na tabela nº 1 que acompanha este artigo).

Em primeiro lugar, os Estados Unidos que defendem uma privatização total da agricultura no prazo de dez anos. Em outras palavras, eliminação completa do protecionismo e das subvenções na agricultura. Sobrará de pé aquele que conseguir produzir com menos custos e conseqüentemente vender

# Um acordo difícil

preços mais competitivos.

Em segundo lugar, a CEE que defende uma posição mais amena e negociada. Seu objetivo é de reduzir o desequilíbrio entre a oferta e a demanda levando em conta os fatores sociais e rurais que tal medida implicaria. Para tanto, ela propõe um caminho dividido em medidas de urgência, de curto prazo e de longo prazo.

Enfim, temos o Grupo de Cairns, constituído em julho de 1986, na cidade australiana de Cairns, e que reúne treze países cujas políticas econômicas são muito diferentes entre elas: Austrália, Nova Zelândia, Canadá, Argentina, Chile, Brasil, Colômbia, Uruguai, Tailândia, Indonésia, Malásia, Filipinas e a Hungria. Em outras palavras, uma salada que reúne países desenvolvidos (os três primeiros citados), países sub-desenvolvidos e mesmo um país do Leste (o último citado). Este grupo propõe um acordo com responsabilidades bem definidas sobre a eliminação das subvenções às exportações.

O fato é que se está mexendo num dos pontos mais delicados do comércio agrícola mundial. No fundo,

qualquer que seja o resultado destas negociações, a produção e o comércio mundial de produtos agropecuários será completamente diferente no futuro. A interdependência hoje existente entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos não permite que alguém escape das consequências tomadas dentro de tal contexto.

Um dos pontos que fica mais em evidência é a possibilidade de que os preços dos principais produtos agrícolas, pagos aos produtores, baixem de forma importante. Segundo cálculos da OCDE, os quais estão sendo aceitos por todos os participantes como um instrumento eficaz para calcular o volume que se deve cortar em termos de recursos às subvenções, o grão de soja seria o produto que teria seu preço mais reduzido no mercado internacional no caso de todos os países reduzirem suas subvenções de um mesmo nível.

Vejam como já estamos diretamente envolvidos nesta situação que nos parecia tão longe de nossos interesses no início deste artigo! Mais detalhes em nossos seminários do mês de julho próximo!

## TABELA Nº 1: GAT - NEGOCIAÇÕES AGRÍCOLAS: AQUILO QUE É PROPOSTO PELOS PRINCIPAIS PARTICIPANTES

(1) CEE	(2) EUA	(3) GRUPO CAIRNS	(4) JAPÃO
<b>OBJETIVO:</b>			
(1) Redução do desequilíbrio entre a oferta e a demanda, levando em conta os fatores sociais e rurais.			
(2) Liberalização total do setor agrícola.			
(3) Liberalização do comércio agrícola e eliminação das políticas agrícolas que têm efeito distorsivo sobre o mercado.			
(4) Abolição progressiva e total das subvenções às exportações agrícolas (sobre um período a negociar).			
<b>CAMPO DE APLICAÇÃO:</b>			
(1) Conjunto de produtos agrícolas, de base e transformados, com uma prioridade aos setores em dificuldade.			
(2) Todos os produtos agrícolas, florestais e da pesca.			
(3) Todos os produtos agrícolas.			
(4) Todos os produtos agrícolas, florestais e da pesca.			
<b>MEDIDAS DE URGÊNCIA:</b>			
(1) Compromissos pontuais por um ano sobre a disciplina de preços. Redução das quantidades a exportar no que tange os cereais, o leite e o açúcar.			
(2) Não tem proposição.			
(3) Não tem proposição.			
(4) Congelamento das subvenções às exportações no nível atual.			
<b>MEDIDAS A CURTO PRAZO:</b>			
(1) Compromissos sobre a redução do apoio à produção, levando em conta as medidas tomadas anteriormente.			
(2) Idéia de um "ritmo acelerado" prevendo medidas a partir de 1988.			
(3) Eliminação progressiva do apoio global, prioridade às subvenções diretas à exportação.			
(4) Eliminação progressiva das subvenções à exportação excluindo desta medida as subvenções internas, parte integrante das políticas agrícolas.			
<b>MEDIDAS A LONGO PRAZO:</b>			
(1) Redução notável e combinada das subvenções. Reestruturação da proteção externa para reduzir as distorções existentes.			
(2) Liberalização total do setor em dez anos, a partir do final das negociações.			
(3) Programa de reforma por uma liberalização durável do comércio, sobre a base de um novo código de regras e disciplinas do GATT.			
(4) Fixação de preço a exportação para os principais produtos agrícolas, segundo uma fórmula racional levando em conta a especificidade dos produtos.			
<b>COM RELAÇÃO AOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS:</b>			
(1) Tratamento especial e diferenciado, levando em conta o nível e as necessidades do desenvolvimento.			
(2) Não tem proposição.			
(3) Tratamento diferenciado e mais favorável.			
(4) Tratamento especial e diferenciado.			

FONTE: LEMARESQUIER, Mireille. Négociations au GATT dans un climat d'affrontement. Le Monde Diplomatique. Paris. abril 1988, pp. 18-19.



SOCIEDADE COOPERATIVA DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.

## PLANO COOPERATIVO DE SAÚDE COTRIJUÍ-UNIMED

Os associados da COTRIJUÍ, ainda não beneficiados e que desejarem participar do Plano Cooperativa de Saúde COTRIJUÍ-UNIMED, poderão inscrever-se no referido Plano no período de 01.05.88 à 30.06.88, nas Unidades em que entregam sua produção.

Os beneficiários que desejarem cancelar sua inscrição no Plano, deverão fazê-lo até 30.06.88.

O Plano oferece ampla assistência médica e hospitalar, com direito do usuário escolher médicos, laboratórios, hospitais e clínicas de sua confiança nos 34 municípios da área de ação da UNIMED que conta com 303 médicos, 36 hospitais e 34 laboratórios.

O Plano oferece aos seus usuários os seguintes atendimentos:

1 - Consultas em horário normal de consultório, fora-de-hora, em plantão hospitalar com todos os médicos da área pioneira da COTRIJUÍ, num total de 303 médicos, abrangendo todas as especialidades médicas existentes na área;

2 - Exames de laboratório: atendimento por 34 laboratórios;

3 - Exames especializados: eletrocardiogramas, eletroencefalogramas, colposcopias, endoscopias, exames anátomo-patológicos, retossigmoidoscopia, esofagogastroduodenoscopia, etc;

4 - Fisioterapia;

5 - Exames de Raio X;

6 - Atendimentos de urgência diretamente nos pronto-socorros;

7 - Hospitalizações em quarto semi-privativo ou privativo mediante acoplamento com INAMPS, englobando todas as áreas médicas: clínica, cirurgia e obstetrícia (parto e cesareanas);

8 - Medicamentos hospitalares: quando a internação hospitalar ocorrer exclusivamente através da UNIMED.

Maiores informações sobre o Plano, como participações nas consultas, complementação de honorários em acomodação hospitalar superior, carência, etc., encontram-se no folheto COTRIJUÍ-UNIMED à disposição nas Unidades da Cooperativa.

### ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA

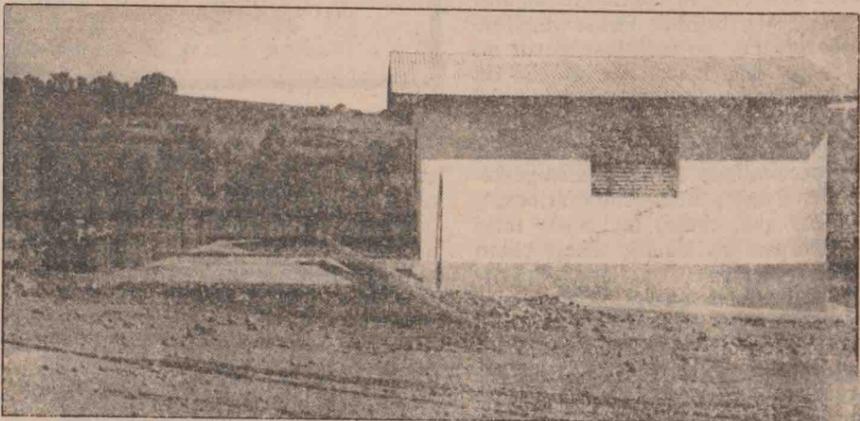
Os usuários podem utilizar a assistência odontológica em Ijuí, pelo sistema de Serviços Prestados, pagando o custo pela tabela da UNIODONTO CENTRO OESTE - Sociedade Cooperativa de Serviços Odontológicos Ltda.

O sistema funciona da seguinte maneira:

1 - O usuário, de posse da Carteira de Beneficiário da UNIMED, se dirigirá ao dentista de sua escolha que fará o orçamento do tratamento a ser realizado;

2 - De posse do orçamento, o usuário se dirigirá à UNIMED onde pagará previamente o custo orçado.

## A moega do Salto



O prédio da balança ficou pronto, mas a moega ainda está em fase de construção

"Não precisamos mais pagar frete", diz o agricultor Antônio da Rosa ao falar da vantagem de morar bem pertinho de uma moega para recebimento de soja. A moega tão falada é a de Salto, um distrito distante de Ijuí a uns 20 quilômetros e que foi construída neste ano e entregue aos produtores no dia 11 de maio. "A moega, diz Alberto Parenti Filho, agrônomo e gerente da Área de Operações da Cotrijul, na região, não só vai beneficiar os produtores de Salto, como também os de São Valentim, Saltinho, Rincão da Laje e Gramado em Pejuçara".

A moega do Salto - dotada de balança e elevador - tem capacidade para receber até mil sacos de produto. No dia da inauguração, o recebimento fechou em 242 sacos e no dia 12, em 234 sacos. Mas no terceiro dia de funcionamento, o recebimento quase fechou no limite: 953 sacos de soja. As primeiras cargas foram entregues pelos

associados Antônio da Rosa e Euclides Gabbi.

### SÓ O RESTO

O Antônio da Rosa, proprietário de 16 hectares de terra na localidade de Rincão da Laje e arrendatário de mais 12 foi o primeiro produtor a entregar soja na moega do Salto: 570 quilos. "Era o resto da minha soja", diz ele, garantindo que, de agora em diante, produtor nenhum, ali das redondezas, vai precisar desembolsar dinheiro para pagar frete. "Aqui ninguém tem caminhão, então a safra era contratar frete e ficar na fila de espera, com a produção guardada em casa. A propriedade do seu Antônio fica distante da moega a pouco mais de cinco quilômetros. O produtor nem vai precisar de caminhão para levar a produção até a moega. O transporte pode ser feito até de carreta. "Foi muito bom que a direção da Cotrijul tenha enxergado essa necessidade", diz ainda lamentando que a moega só tenha começado a funcionar no final da colheita.

# Como e porque foi contraída

Só um novo Plano Marshall poderá salvar a economia do Terceiro Mundo.

Por Raul Quevedo

Logo ao término da segunda guerra, por volta de 1947, os Estados Unidos tomaram para si a responsabilidade de reerguer a Europa Ocidental e o Japão do caos em que ficaram após o pavoroso confronto bélico. O remédio aplicado, que resultou eficaz, foi o Plano Marshall, um conjunto de medidas técnicas e financeiras que carrou para as regiões beneficiadas 15 bilhões de dólares, a fundo perdido.

Como se vê, um procedimento altamente meritório, e que dignificou, perante a consciência dos demais países, a terra de Tio Sam. Além de meritória, a medida adotada em benefício dos povos arrasados foi totalmente inédita, significando o oposto das guerras anteriores ao longo dos tempos. Qual a razão desse procedimento humanitário, que contrariou todo um passado então universalmente aceito, de que ao vencido tocava não só a cura das próprias feridas como as reparações impostas pelo vencedor?

Basta recordar o que houvera na própria Europa, ainda pouco mais de 20 anos antes, quando as potências vencedoras da guerra 1914-18 — dentre as quais a própria Norte-América, atual benfeitora — saquearam a Alemanha derrotada em 100 bilhões de marcos-ouro, a título de reparação. E assim, na direção do passado mais remoto, tanto quanto se puder regredir no pensamento, os vencedores sempre saquearam os vencidos.

Tenho me questionado, ao longo dos anos, se teria existido realmente um Plano Marshall não fôra a transformação ocorrida no mundo a partir de 1917, por seqüência da revolução de outubro. A conclusão a que chego é sempre a mesma. Não mudou o comportamento humano dos estadistas. Tampouco mudou a filosofia imperialista dos Estados ditos democráticos.

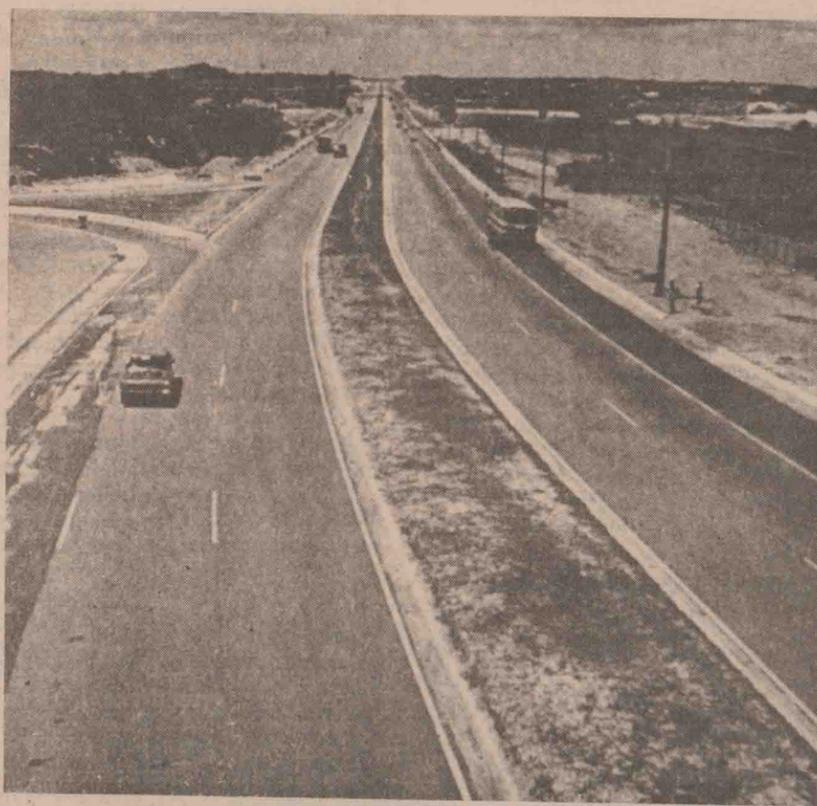
O que, então, realmente teria ocorrido para que uma potência como os Estados Unidos — tradicional despojado de presas de guerra — de um momento para outro, como num simples passe de mágica, se transfigurasse num benemérito restaurador de nações e desinteressado disseminador do progresso alheio.

Não. A mim não anima crer na sinceridade desse propósito. Penso que a diferença no episódio pós-1945 não foi comportamental, mas meramente circunstancial.

Dissipado o fumo dos canhões da vitória que sepultou o III Reich, surge no espaço territorial da Europa, tradicional e capitalista, a presença dum novo Estado, dum nova doutrina sócio-política. A Rússia, a "malfadada nação dos soviéticos" estava implantada no coração do mundo pan-europeu, com ares de quem não tinha nenhuma intenção de retirar-se.

Sendo o quadro, então, irreversível, os Estados Unidos, que chegou ao fim da guerra mais rico do que nunca, empenhou-se na tarefa de manter capitalistas as nações vencidas sob sua área de ocupação.

O Plano Marshall — que recebeu o nome do autor e principal defensor da idéia, senador George Marshall — é fruto dessa circunstância. A verdade da afirmação, o passado e o futuro encarregaram-se de confirmar.



*Estradas foram abertas e asfaltadas em todo o país, muitas delas a "toque de caixa", transformando-nos, cada vez mais, em escravos do transporte.*

Existem hoje, em todos os continentes, povos tão pobres e infelizes como o eram os alemães e os japoneses ao final da guerra. Mas para aqueles, que formam contingentes de milhões, na Ásia, na África e na América Latina, não surge nenhum George Marshall para advogar-lhes a causa. É ao contrário, a voz que ouvem, em tom irado de ameaças, é a dos credores, que não têm o pudor de abocanhar, com a avidez das aves rapineiras, o fruto magro da sua miséria, ampliando ainda mais o peso da desgraça que carregam.

## **SOB O PESO DE UM TRILHÃO DE DÓLARES**

Qual será, exatamente, a dívida do Terceiro Mundo, hoje? Falam em 1,2 trilhão de dólares, mas é provável que já tenha ultrapassado essa cifra, que é simplesmente aterradora.

Só a América Latina deve dois terços dessa dívida, sendo, portanto, a região mais afetada pelo desastre de seus efeitos, que age como esmeril corrosivo de suas riquezas.

A dívida é tão grande e estarrecedora, que as próprias instituições oficiais dos países credores não têm interesse em torná-la pública. De acordo com dados divulgados há uns três anos pela Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), o Brasil devia 110 bilhões de dólares, o México, 98 bilhões, a Argentina, 50 bilhões, a Venezuela, 35, o Chile (segundo cálculos aparentemente muito superficiais), 11 bilhões, formavam o grupo de vanguarda dos campeões da dívida nesta parte do mundo. A seguir, vinham a Costa

Rica, com 4,5 bilhões, o Panamá, com 3,5, o Uruguai (população de cerca de três milhões de habitantes), com 4,8 bilhões.

No mesmo estudo da Cepal consta que a Argentina utilizava 53 por cento de suas exportações para pagar os juros da dívida; a Bolívia utilizava 57 por cento; o México, 35,5; o Brasil, 36,5 por cento; o Chile, 45,5. Sabe-se que, no raciocínio da economia clássica, mesmo ao nível fundomonetarista, a utilização de 20 por cento do total das exportações para pagamento de dívida externa, já se constitui em porcentagem insustentável.

O primeiro país a dar mostras da impossibilidade de prosseguir cumprindo o compromisso abusivo, foi o México. A nação azteca sacudiu a comunidade econômica mundial ao se declarar à beira do precipício da moratória. Apesar de haver consciências realistas que já esperavam a infabilidade desse desfecho, a maioria recebeu a notícia em atitude de pânico. Forçados pelas mesmas circunstâncias, outros países devedores seguiram o exemplo mexicano, inclusive o Brasil.

A quanto montará, ao certo, a dívida da América Latina, hoje? Há uns três anos atrás era calculada em 360 bilhões de dólares. Tendo a maioria dos países suspenso os pagamentos de parcelas e até dos juros, é certo que essa dívida cresceu em proporções quase geométricas. Se a dívida dos países pobres já ultrapassou a cifra fantástica de 1,2 trilhões de dólares, é evi-

dente que não poderão pagá-la. Para entender essa verdade basta um mínimo de coerência e de sensatez.

## **COMO E PORQUE FOI CONTRAÍDA A DÍVIDA?**

No entanto, parece que mais importante do que saber se vai ser possível ou não pagar a dívida, é questionar-se a razão de como e para quê, foi ela contraída?

Desconhecemos a situação que levou à composição da dívida nos demais países. Mas temos consciência da sucessão de fatores que levaram ao fabuloso endividamento brasileiro. Para qualquer analista, é difícil, possivelmente até impossível, acompanhar, parceladamente, o crescimento dela a partir do ano e 1964, quando os militares chegaram ao poder. É preciso partir do volume inicial de 3,0 bilhões de dólares, o "fantástico" endividamento da época, que assustou o marechal Castelo Branco, a ponto de ter destacado em seu discurso de posse na presidência da República, "que não estava assumindo a presidência de uma nação soberana, mas sim, responsabilizando-se por uma massa falida".

Seguramente, esse endividamento, que tanta preocupação causou no primeiro presidente da fase revolucionária, não chegou a motivar qualquer reação em nenhum de seus sucessores. Nem os sucessores do marechal e nem os donos dos cobicados dólares no exterior, acreditaram no discurso, exageradamente pessimista, do presidente.

É de duvidar se o próprio Castelo Branco acreditou em seu discurso. O mais provável é que desejasse chamar a atenção do mundo, em especial, dos Estados Unidos, para a nova política "liberalizante", que então se estabeleceu.

Uma das primeiras missões do ministro do Planejamento de então, o sr. Roberto Campos, foi voar para Washington a fim de pleitear ajuda para a "massa falida" . . . E conseguiu, mais e mais, muito além do que a prudência recomendava. Foi tão fácil obter dólares, a juros nominalmente baixos e a prazos a perder de vista, que o governo que se auto-impôs à nação, pensou ter descoberto a fórmula mágica de Midas para reproduzir dinheiro.

Até 1964 o Brasil viveu sua realidade de país pobre, consciente da pobreza. Porém, se organizava, através de lideranças civis e militares patriotas, para alcançar o sonhado desenvolvimento. Quem não lembra do movimento pelas Reformas de Base, que se fez a tônica dos debates no Congresso Nacional? Os discursos nacionalistas e progressistas dessas propostas, que encontrava cada vez maior apoio popular, precipitou a união das forças conservadoras redundando no movimento eclodido em março.

Consumado o golpe, destroçadas as instituições, foi mantido um Congresso fantoche para resguardar as aparências. O novo governo, todo poderoso pela força das armas e com o apoio das elites e classe média alta, apropriou-se do discurso da facção deposta. Mas em vez de promover alguma reforma, deixou tudo como estava, e tocou-se para Washington, com a simpatia (para não dizer, criminoso) intenção de solucionar problemas de base, cuja estrutura já vinha emperrada de séculos, com dólares emprestados.

# Em lugar de pão e casa, carros e televisores

Havia no país uma estrutura industrial montada para produzir automóveis, quando o racional teria sido estrutura semelhante, mas para produzir tratores, caminhões e máquinas agrícolas e industriais. Fora herança do governo de Juscelino Kubitschek, que apregoava promover o "crescimento de 50 anos em 5", só não revelando a quem beneficiava esse crescimento.

As montadoras de automóveis — todas multinacionais — estavam descontentes com a fraca aquisição de seus veículos. Somavam-se a cerca de uma dezena, concorrendo entre si, em parcelas limitadas de consumidores que se concentravam nos centros urbanos. Tinham consciência, no entanto, que o mercado potencial era gigantesco neste país de dimensões continentais. Para ampliar o mercado, era preciso construir estradas, e elas foram construídas.

Em meia dúzia de anos este grande país acrescentou em sua malha viária, milhares de quilômetros de estradas. Estradas (notem bem), não no sentido literal e genérico de via de flutuação e rolamento, conforme ocorre nos países bem governados. No Brasil, a opção ficou limitada, exclusivamente, ao transporte sobre pneumáticos. Objetivo, consciente ou não, tornar a nação escrava do consumo de veículos automotores tracionados a petróleo, e seus derivados.

É preciso observar que na proporção que crescia a prioridade para este tipo de transporte, reduzia-se, aceleradamente, ou se inibia, a aplicação de recursos nos demais sistemas tradicionais, infinitamente mais econômicos e eficientes, para as condições brasileiras. Aniquilou-se a navegação fluvial e lacustre, tornando inúteis os "caminhos que andam", conforme o dizer tradicional de nossos navegadores do interior. Os portos viraram sucata. O mesmo aconteceu com as ferrovias, que, mal ou bem, interligavam o litoral com o interior, e vice-versa.

E não sendo suficiente o aniquilamento do sistema de transporte pesado, mexeram também no transporte urbano. Acabaram com os bondes e ônibus elétricos (trolley bus), movidos a eletricidade. Impulsionados por verdadeiro espírito inovador, inebriados

por um modernismo a Marinetti, desejavam romper com todo o vestígio do passado recente. Administrando na base de decretos, mudaram nomes de repartições públicas, e para dar impacto na opinião pública, com a impressão de que estavam contendo a inflação, instituíram o cruzeiro novo.

E começou uma era de consumismo público desenfreado. Máquinas de grande porte foram importadas para rasgar estradas na selva virgem. Após a construção (caso da Transamazônica), essas máquinas foram abandonadas em plena selva, por anti-econômico o transporte aos centros civilizados.

Os dólares jorravam, alimentando a ilusão de um governo, fruto da caserna, habituado a orçamentos elásticos e sempre renováveis. . . Obras públicas, dignas do ego do mais idolatrado Faraó, foram construídas, em diferentes pontos do país — todas ostensivamente luxuosas, e algumas, até desnecessárias.

Tudo parece ter andado bem, no começo. Mas, um dia, foi necessário começar a pagar a conta. Os dólares tinham de ser pagos, acrescidos dos respectivos juros. Como não haviam sido aplicados em fatores de produção, transformaram-se num peso difícil de ser carregado pela nação e a própria produção.

No início da década de 80 surgiu a crise do petróleo. O governo, que falava sem interlocutor, deu sua versão: a culpa era dos países árabes, que "inflacionaram os preços do óleo". Com a rígida censura à imprensa e o controle sobre o Congresso — com um terço de seus membros nomeados (os biônicos) por ele próprio, falava sozinho. Só não disse — e ninguém perguntou, na ocasião — se o desfecho da crise não teria sido diferente se tivessem usado os dólares em garantir pão e moradia ao povo, em vez de estimular o consumo desenfreado de automóveis e televisores.

Para as indústrias e o comércio do supérfluo — compostos, em sua maioria, de grupos multinacionais — foi um maná. Nunca haviam sido privilegiados com tanto lucro.

**NOS ENDIVIDAMOS PARA ELES  
OBTIVEREM MAIORES LUCROS**

Há um trecho no livro *O Desafio Americano* ("Le Défi Américain"),

do francês Jean-Jacques Servan-Schneider, que é sintomático. Parece espelhar muito bem o que aconteceu no Brasil durante o período do regime militar.

Em resumo, é o seguinte: durante o avanço dos capitais norte-americanos na Europa do pós-guerra, foram tantas as facilidades e estímulos concedidos, que, de certo modo — desabafa o escritor — "nós pagamos pra que eles nos comprassem".

Pois ainda achamos que a semelhança dos fatos é, apenas, uma mera coincidência. No caso do Brasil, as facilidades e estímulos alcançaram patamares ainda maiores. Nós, simplesmente, não pagamos apenas para que nos comprassem; nós nos endividamos, até aos limites do absurdo, a fim de criar uma sociedade de consumo para que eles vendessem mais. Nos modernizamos do dia para à noite, nos aculturamos, assemelhamo-nos aos usos e costumes norte-americanos e europeus — como seres passivos de uma transfiguração não somente sociológica como até mesmo biológica — para maior proveito deles.

Na verdade, desprezamos nossas tradições, ignoramos muitos de nossos valores culturais e até negligenciamos alguns de nossos rígidos foros de moral, cuja prática vinha de gerações antigas; de nossos mais caros antepassados. Esquecemos o melhor de nossa cultura nacional. Em suma, aceitamos, quase sem protesto, o fato de nos tornarmos menos brasileiros.

De sorte que a dívida que temos hoje não pode ser medida apenas em valores monetários, mas também em crédito de nacionalidade perdida.

A dívida contratada, que pode ter significado um prêmio para determinados segmentos da "sociedade superior", caiu como um castigo sobre o comum da sociedade, penalizando o povo.

Há quem diga que a dívida é impagável, que não temos condições materiais e recursos para pagá-la. É preciso ir além. Devemos dizer que a dívida não deve ser paga, dentre outros



Em vez de construir moradias com melhores condições, o governo estimulou o consumo de carros e televisores

fatores, por ser imoral. Imorais foram, ao mesmo tempo, os que emprestaram e os que tomaram o dinheiro. Há uma forte corrente dos defensores do cumprimento de compromissos, apesar de assumidos sem o aval da nação. Mas mesmo estes não abrem mão da necessidade de se promover uma auditoria ampla, no sentido de identificar o valor real da dívida e onde foram aplicados os empréstimos — pelo menos os mais vultosos. E, conforme já foi sugerido, sabiamente, por Antônio Carlos Nasi, "Economista do Ano de 1987", investigar os encargos, em tempo e custos proporcionais à própria rentabilidade das obras ou serviços.

As nações ricas do mundo, beneficiárias que foram, algumas delas, do Plano Marshall de Recuperação, precisam conscientizar-se disso. E devem fazê-lo já, enquanto ainda é tempo. A promulgação de um segundo Plano Marshall não somente faria justiça a largas parcelas da população mundial, hoje marginalizadas, como também teria o efeito de preservar mercados futuros para as próprias nações ricas, que assim conservariam a "galinha dos ovos de ouro".

Economistas e até banqueiros mais esclarecidos da Europa e Ásia já estão concordando que as sociedades mais avançadas serão privadas de mercados para seus manufaturados, se as nações subdesenvolvidas não conseguirem revitalizar suas economias. Essa opinião foi expressada há poucos dias, em Londres, por Brian Pitkan, diretor-executivo do "Lloyds Bank PLC", da Inglaterra. O presidente do Banco do Japão, Yusuki Kashiwagi, também manifestou publicamente a certeza de que a crise do endividamento está longe de ser resolvida. Porém, no caso brasileiro, é imprescindível que os próprios nacionais, em seu todo, se conscientizem dessa realidade.

## DOM PEDRITO

### Milho irrigado em avaliação

A Emater Dom Pedrito, em conjunto com a Estação Experimental da Secretaria da Agricultura e o Provárzeas, vem realizando um programa de plantio de milho irrigado no município, em campos da própria EXPD. Segundo o técnico agrícola Alcedir Drum dos Santos, da Emater, o objetivo da pesquisa é a avaliação de cultivares para o município e região, quanto a resposta em tratamento com adubação de base, adubação de cobertura em época e dosagem diferentes, irrigação, resistência das plantas e demais práticas de cultivo.

A experiência abrangeu 75 cultivares testadas, sendo 42 de tempo precoce e outras 33 cultivares tardias. Segundo o técnico Alcedir, a área utilizada foi de várzea, com desnível de 2 por cento (dois por mil) em solo hidromórfico pesado (planossolo) levemente ondulado, drenado e corrigido.

Os dados coletados na avaliação foram: data de emergência, inflorescência, altura das plantas, número de plantas acamadas e quebradas, número de espigas por planta, análise das folhas nos tratamentos com hidrogênio, peso e umidade dos grãos e produtividade das parcelas.

Disse o técnico que as práticas de cultivo foram: lavração profunda, gradeação e aplainamento, drenagem, sulcamento para irrigação, aplicação de herbicida e irrigação. A quantidade de água utilizada chegou a 36 milímetros, a turno de rega de nove dias, vazão por sulco de 0,5 a 3,0 litros por sulco, a declividade de 2 a 7 por cento (por mil).

O custo por hectare foi de Cz\$ 38.205,00 para uma produtividade média de 6.000 quilos de milho colhido. Segundo o técnico, a produtividade média do município é de 1.200 quilos/hectare.



Técnicos analisam resultados de lavoura de milho irrigado

# Agora é a vez da erva-mate

Com a distribuição de 80 mil mudas de erva-mate a Cotrijuf dá início ao cooperado da "ilex-paraguariensis", que deverá dar sustentação a um dos projetos mais novos de agroindustrialização da Cooperativa.

O programa cooperado de reflorestamento, que já distribuiu um grande número de mudas de eucalipto na Região Pioneira da Cotrijuf, traz agora mais uma espécie para a recomposição das matas nativas. Desta vez é a erva-mate que vem ampliar a possibilidade de diversificação da propriedade, criando por isso, mais uma alternativa de renda para o produtor.

Um dos maiores objetivos deste cooperado de erva-mate é, segundo o Ilário Gasparin, responsável pelo programa, o de aumentar a produção da cultura na região, que, apesar de manter uma boa capacidade de industrialização, importa, atualmente, cerca de 70 por cento da matéria-prima de outros estados, principalmente de Santa Catarina e do Paraná. Uma destas indústrias a ser abastecida pela produção de erva-mate do cooperado é a ervateira da unidade de Coronel Bicaco, que tem previsão de funcionamento para o final deste mês.

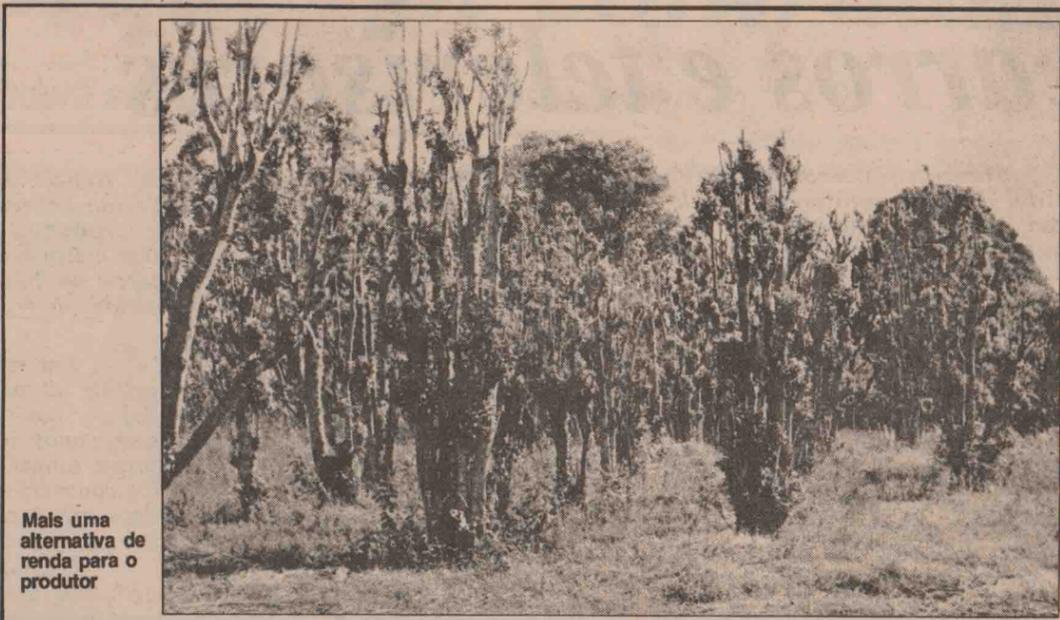
Com um total de 80 mil mudas a serem distribuídas entre os associados, o programa de erva-mate também é feito de acordo com o esquema troca-troca, onde o produtor paga as mudas em produto

— soja, milho e sorgo — e assume o compromisso de comercializar a produção dos erva-mates com a Cooperativa. Com uma aquisição mínima de 200 mudas por produtor, a relação de troca do cooperado é a seguinte: para mil mudas de erva-mate, o produtor entrega na Cotrijuf, 1.030 quilos de soja, ou 1.860 quilos de milho ou ainda 2.330 quilos de sorgo.

## ÉPOCA DE PLANTIO

De fácil condução, a erva-mate tem a sua época de plantio a partir do mês de maio se estendendo até agosto, sendo recomendado um espaçamento de três metros entre as linhas e dois metros entre as plantas. Em relação ao ataque de predadores, como a formiga, por exemplo, a cultura também não corre risco, porém, o seu desenvolvimento requer um bom tratamento de adubação. O mais recomendado é a utilização de 200 gramas de adubos, da linha 5.20.20, por planta, mas sempre evitando o contato direto do produto químico com as raízes.

Um outro cuidado que a maioria dos produtores conhecem, mas que o Gasparin não deixa de salientar é quanto a necessidade de sombra que a erva-mate exige, princi-



Mais uma alternativa de renda para o produtor

palmente no início do plantio. Com um pedaço de táboa costaneira ou mesmo folhas de coqueiro, explica o agrônomo, pode se proporcionar a sombra, que naturalmente a erva-mate possui, quando se encontra em ambientes da mata nativa.

## APROVEITAMENTO DA ÁREA

Indicado para o apro-

veitamento de áreas não mecanizadas, como as de declividade excessiva, terras pedregosas, barrancos de estradas, o cultivo da erva-mate pode trazer ainda um enriquecimento para as matas nativas que estejam com espaços vazios. Mas, segundo o Gasparin, o melhor aproveitamento destas áreas pode ser feito através do cultivo intercalado entre a

filas de mudas de erva, como o feijão, a soja e a mandioca. Um exemplo deste consórcio é o plantio de quatro linhas de feijão espaçadas em 60 centímetros, entre as filas de erva-mate. Já a mandioca, que é uma das melhores culturas para o consórcio, pode ser plantada num espaçamento de duas linhas da cultura entre as filas de erva.

## DOM PEDRITO

# Descentralização da Estrutura do Poder

A estrutura do poder se descentraliza na Regional de Dom Pedrito, indo ao encontro de uma participação mais efetiva do quadro social. A diretoria deseja que as decisões se efetivem de maneira inteiramente democráticas, através da participação massiva e consciente dos associados.

O setor de comunicação e educação, reativado, é o responsável e o porta-voz da mensagem da diretoria em toda a região de abrangência associativa. Foram criadas 12 comissões de produtores, cada uma com cinco membros, a fim de cobrirem as seguintes áreas: arroz, lã, suínos, carne, leite, soja, mel, hortifrutigranjeiros e consumo, sorgo, milho e sementes.

As diferentes comissões, eleitas pelos produtores das respectivas áreas, formam um quadro de 60 membros. Somando-se aos 30 representantes, também eleitos pelas bases e os 10 componentes do conselho de administração, totalizam 100, que é o chamado conselho diretor da Regional, tendo a frente o vice-presidente, Oscar Vicente Silva e o diretor superinten-

dente, Eduardo Augusto de Menezes.

## INTEGRAÇÃO SOCIAL E MAIOR PARTICIPAÇÃO

Partindo da intenção de promover uma integração plena do quadro social e também uma participação mais efetiva do quadro funcional a nível cooperativista, a diretoria executiva determinou ao responsável pelo departamento de comunicação e educação cooperativa, técnico Ivo Bazilio, a promover encontros formadores de núcleos, onde serão debatidos assuntos de interesse geral e buscando soluções.

Constam da pauta desse trabalho, que em alguns casos é promovido com a participação da Fundação Gaúcha do Trabalho, nucleação, cursos para associados e dependentes, para funcionários e familiares; plano de saúde (preventiva e curativa), seminário para funcionários, representantes e conselho de administração, entre outros. A intenção da diretoria executiva, revelou Ivo Bazilio, é que se fortaleçam os laços do cooperativismo, integrando associados, grandes e pequenos, funcionários e familiares.

# Iвомec

## O PRODUTO PARA O TEMPO DAS "VACAS MAGRAS" E "VACAS GORDAS" POR QUE?

**NO TEMPO DAS VACAS MAGRAS (OUTONO/INVERNO)**, todo o seu gado sofre pelo clima, pastos ruins e alta infestação de vermes, principalmente os imaturos e em estágio inibido. Por isso você precisa de Iвомec. Pela sua eficácia, você pode ajudar a manter a produtividade e o lucro.

**NO TEMPO DAS VACAS GORDAS (PRIMAVERA/VERÃO)**, ocorre alta infestação tanto nos animais como nas pastagens. Nesta época você também precisa de Iвомec. Ele é o mais eficaz contra os vermes adultos, imaturos e em desenvolvimento inibido e atua por mais tempo. Assim você pode ajudar a aumentar a produtividade e o lucro, e reduzir a contaminação do pasto.

\* Ostertagia spp., Cooperia spp., D. viviparus.

Use em todo\* o seu gado

# Iвомec

Injetável para Bovinos

com ele você pode **LUCRAR MAIS**

**MSD AGVET**  
MERCK SHARP & DOHME  
Química e Farmacêutica Ltda.

VC 02/88 \* Marca Registrada (B) A - IVC - 02/88

# O cultivo da alfafa



O interesse pelo cultivo da alfafa está ligado às suas condições nutricionais

João Miguel de Souza

A alfafa é uma planta forrageira perene da família das leguminosas, originária do Sudeste da Ásia, de onde se difundiu para a Europa e para as Américas. A sua entrada para o Brasil aconteceu através da Argentina e do Uruguai e também com a entrada dos imigrantes alemães e italianos, vindos diretamente da Europa (1).

A história da alfafa é tão antiga quanto a história da humanidade, pois seu cultivo acompanhou grandes conquistas, na medida em que era cultivada para alimentos aos cavalos dos exércitos. Esta amplitude de distribuição geográfica proporcionou, portanto, ao longo dos anos, um número de cultivares e/ou ecotipos adaptados às condições de cada local. Assim, encontram-se alfafas cultivadas em regiões de baixas temperaturas e intensidade luminosa, como também em regiões subtropicais, com pequenas variações no fotoperíodo e grande intensidade luminosa. Desenvolve-se bem em clima litorâneo — quentes — bem como em climas continentais, com invernos frios e verões quentes e secos (2).

O interesse no cultivo da alfafa está ligado às suas qualidades nutricionais. Ela é rica em proteínas, cálcio, fósforo e vitaminas A, B1, B2, C, E e K. Produz forragem tenra, succulenta e muito palatável. Na América do Sul, a Argentina é o único país que apresenta uma expressiva área cultivada com esta forrageira, chegando ao redor dos 7 milhões de hectares. No Brasil, a área com alfafa é de 20 mil hectares, sendo que 80 por cento desta área está localizada no Rio Grande do Sul e o restante distribuídos entre Santa Catarina, Paraná e São Paulo. Nos demais Estados, a área cultivada com alfafa é inexpressiva (4).

## CULTIVARES

No sul do Brasil, o cultivo contínuo da alfafa durante anos, determinou o aparecimento de uma cultivar amplamente adaptada às condições climáticas. Esta alfafa, após sofrer seleções naturais, deu origem a uma população heterogênea de plantas, hoje conhecida como "alfafa crioula". Também se observou que cultivares oriundas de países frios e que apresentam latência hibernal — a planta não apresenta crescimento vegetativo durante o inverno — não apresentaram o mesmo crescimento durante o nosso inverno se comparada com a alfafa crioula (3).

Resultados experimentais obtidos no Centro de Treinamento da Cotrijuf, de 1977 a 1981, atestam a superioridade da cultivar crioula (tabela 1)

em relação a outras cultivares introduzidas dos Estados Unidos, Austrália e Argentina.

## PRODUÇÃO

Outros resultados experimentais obtidos com a alfafa crioula em Guaíba, Tupanciretã, Augusto Pestana e Lages, em Santa Catarina, indicam que 70 por cento da produção de forragem está concentrada na primavera, verão e fins de outono, e 30 por cento no período frio, numa época de carência de alimento. Produções ao redor de 10 toneladas de feno/hectare têm sido obtidas com até 8 cortes/ano.

## ESTABELECIMENTO

A melhor época para a semeadura da alfafa é durante o outono, devido as temperaturas amenas, boa disponibilidade de água e baixa incidência de insetos. Deve-se usar de 10 a 15 quilos de semente inoculada, quando semeadura em linha ou lanço, respectivamente.

## CALAGEM E FERTILIZAÇÃO

A quantidade de calcário necessário para a alfafa é de duas vezes aquela recomendada para outras culturas. Com relação aos adubos corretivos — fósforo e potássio —, no ano de estabelecimento deve-se usar em torno de 300 quilos por hectare de P205 e nos anos subsequentes apenas 50 quilos por hectare — adubação de manutenção. Já o potássio é o nutriente mais extraído do solo por esta cultura, junto com o Nitrogênio. A melhor forma de aplicação do potássio é após cada corte, na base de 50 quilos por hectare K20. Dentre os micronutrientes, faz-se necessário a aplicação de 40 quilos por hectare de bórax por ano e mais 20 quilos de sulfato de zinco por hectare, a partir do segundo ano.

Para que tenhamos noção do quanto a alfafa extrai de nutrientes, temos que para cada 10 mil quilos de matéria seca por hectare, existe um consumo de 360 quilos por hectare de Nitrogênio, 70 quilos por hectare de P205 e 360 quilos por hectare de K20. Se devidamente inoculada, a alfafa incorpora ao solo, por ano, até 332 quilos por hectare de Nitrogênio, praticamente toda a necessidade da cultura.

## UTILIZAÇÃO

A alfafa pode ser cortada no estágio vegetativo, durante o florescimento para confecção de feno e utilizada em pastejo — rotativo — direto. Em qualquer situação devemos deixar as plantas em torno de 7 centímetros de resíduo, após a utilização. Conferir a qualidade da alfafa, neste estágio, na tabela 2.

## PRODUÇÃO DE SEMENTE

O potencial de produção de semente de alfafa na região é de 300 qui-

Tabela 1 — Rendimento anual e total de matéria seca (kg/ha) de cultivares de alfafa introduzidas na região das Missões, CTC, Augusto Pestana, 1977/81

Cultivares	Procedência	77/78	78/79	79/80	80/81	Total
		3 cortes	6 cortes	7 cortes	8 cortes	
Crioula	CTC/RS	2.865	6.185	8.957	9.108	27.115
Crioula	Ipagro/RS	3.104	6.083	8.951	8.962	27.100
Polihíbrido Manfredi	Argentina	3.607	6.068	7.292	7.939	24.906
Hunter River	Austrália	2.455	5.204	7.915	9.296	24.870
Victoria	USA	2.350	4.514	7.246	9.291	23.401
Alfafa Argentina	CRA	2.806	4.433	6.427	8.702	22.368
Caliente	USA	2.500	5.199	6.694	7.945	22.338
Fortin Pergamino	Argentina	2.810	4.744	6.733	7.710	21.997
ARC	Argentina	2.534	4.092	7.093	8.037	21.756
Alfafa Italiana	CRA	2.669	4.086	6.522	8.093	21.370
Híbrido Doble nº 1	Argentina	2.459	4.978	6.151	7.626	21.214
VC-76	USA	2.361	4.962	6.405	7.418	21.146
Anguil Inta	Argentina	2.567	4.432	6.353	7.580	20.932
VC Cargo	USA	2.553	4.785	5.990	7.421	20.749
Varsat Inta	Argentina	2.343	4.197	5.392	7.444	19.376
AS 13	USA	1.828	4.462	5.682	7.130	19.102
Moapa	USA	1.792	4.221	5.421	7.666	19.100
Salton	USA	1.921	4.301	5.659	6.523	18.404

Fonte: Medeiros e Zambra, 1986

los por hectare. No entanto, o rendimento médio é de 120 quilos por hectare. Apresenta-se como alternativa de grande retorno econômico dado o preço que a semente normalmente alcança em função da ampla procura.

Devido a qualidade e o potencial de produção da alfafa, ela é indispensável aos produtores da região — gado de leite, gado de corte e suínos. No entanto, devido ao investimento inicial alto que requer o estabelecimento da alfafa, faz-se necessário a implantação de áreas pequenas por propriedade, proporcional a necessidade do rebanho e usando os recursos disponíveis no local, como adubação orgânica.

\* João Miguel de Souza é agrônomo e gerente da Área de Produção Vegetal da Cotrijuf na Pioneira.

## BIBLIOGRAFIA

1. Bolton, J. L. et alii, 1972. World Distribution And Historical Desenvorments. In: Hanson,

Tabela 2. Qualidade da forragem de alfafa (valores médios)

Estágio de crescimento	PB (%)	FB (%)	CO (%)	P (%)
Vegetativo	26,53	20,57	1,66	0,28
Florescimento	16,87	25,5	1,31	0,23
Feno	16,07	26,23	1,49	0,24

Fonte: Vários autores  
PB = Proteína bruta  
FB = Fibra bruta  
CA = Cálcio  
P = Fósforo

2. Medeiros, R.B. e Zambra, J.E.G. - 1986 Rendimento de Matéria Seca de cultivares de Alfafa na Região das Missões/RS. In: Resultados de Exp. e Pesq. 76/86 no CTC J. 182-7.
3. Nuernberg, N.J. 1986. Técnicas de Produção de Alfafa. In: Anais do Congresso Nacional Brasileiro de Pastagens 86. J. 145-60.
4. Saibro, J.C. 1984. Produção de Alfafa no Rio Grande do Sul. In: Anais do 7º Simpósio Sobre Manejo de Pastagem J. 61-106.

## SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE AUGUSTO PESTANA

### BALANÇO FINANCEIRO/1987

RECEITAS		DESPESAS	
Contribuição sindical.....	53.994,62	Diretoria/diária e grat.....	127.701,68
Mensalidades/anuidades.....	459.834,96	Ordenado func. escritório.....	208.921,44
Carteiras Sociais.....	5.310,00	Honorários contador.....	45.915,20
Taxas assistenciais dent. med.....	248.282,20	Material expediente.....	8.401,28
Prest. serviços escritório.....	29.428,00	Alimentação.....	12.428,47
Material escolar venda.....	12.749,50	Mat. limpeza e desinfecção.....	8.235,72
Fundos diversos.....	12.371,90	Condução e transporte.....	49.890,23
Juros recebidos.....	207.496,92	Água, luz e gás.....	9.955,52
Donativos.....	5.014,00	Telefone e Correios.....	5.052,29
Convênios/Inamps.....	227.741,56	Seguros do crédito.....	6.756,65
Convênio Cotrijuf.....	7.288,00	Consertos e reparos gerais.....	7.467,69
		Impostos e taxas.....	2.652,00
		Prev. Social/Inps, FGTS.....	99.410,80
		Salário família e PIS.....	9.885,80
		Mensal. a Federação.....	6.004,93
		Propaganda e publicidade.....	12.345,00
		Assinatura jornais e revistas.....	1.670,00
		Juros e comis. bancárias.....	190,50
Total das receitas.....	1.269.511,80		

Total das despesas..... 1.141.993,20

Sobras do exercício..... 127.518,60

Total..... 1.269.511,80

### BALANÇO PATRIMONIAL/1987 ATIVO

IMOBILIZADO		DISPONÍVEL	
Bens imóveis/terrenos/sede.....	27.925,00	Saldo de caixa.....	21.464,82
Mobil. e instalações.....	59.989,04	Depósitos bancários.....	150.258,63
Biblioteca.....	1.752,09		
Total do Ativo.....	261.389,58		

### PASSIVO

INEXIGÍVEL		EXIGÍVEL	
Patrimônio líquido.....	257.806,96	Contas a pagar.....	1.905,05
		Imposto renda ret. fonte.....	1.677,57
Total do Passivo.....	261.389,58		

Augusto Pestana, 31 de dezembro de 1987

Alberto A. Bauer

Presidente

Bruno van der Sand

Tesoureiro

Mário Zambenedetti

CRQRS 22.514 — CIC 080.510.200-06

### PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Augusto Pestana declaramos haver examinado os livros e demais documentos que compõem o presente balanço geral e somos de PARECER FAVORÁVEL A SUA APROVAÇÃO, uma vez que os livros e documentos examinados exprimem a real situação econômico-financeira da entidade.

Augusto Pestana, 31 de dezembro de 1987

Erno Schneider e Diemel Rhoden

Conselheiros

# Nova fronteira agrícola

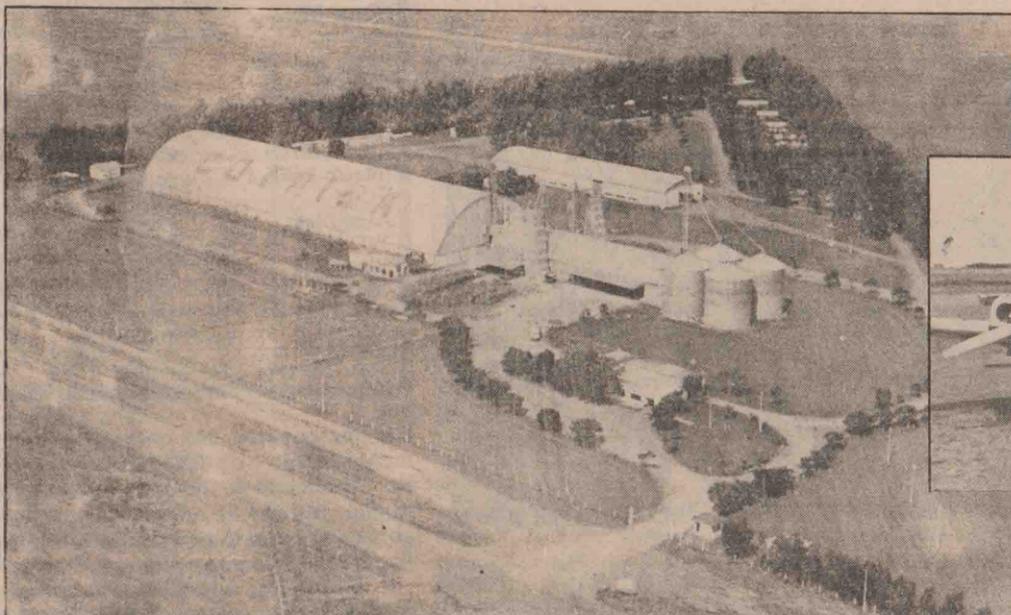
O Chapadão do Sul, na divisa com Goiás, é um dos municípios integrantes da região conhecida como Bolção Sul-Matogrossense, e vem ano a ano adquirindo maior importância no contexto econômico devido a sua crescente produção agrícola. É lá que a Cotrijuf está operando desde março deste ano, quando foram alugadas as instalações da Cotrisa (Cooperativa Tritícola Regional de Santo Ângelo). O contrato de locação expira em fins de fevereiro de 89, mas poderá ser renovado por mais tempo.

A Unidade tem capacidade estática para 49.200 toneladas com um armazém graneleiro em fundo semi-v, com aeração e termometria que comporta 42 mil toneladas, quatro silos, sendo que em cada um são armazenados 20 mil sacas. E um armazém onde podem ser guardadas 40 mil sacas de produtos. A estrutura de recebimento inclui ainda quatro moegas e dois secadores KW-40 que completam a secagem de grãos à razão de 40 toneladas por hora.

Considerando-se que a Cooperativa começou a operar no Chapadão com a safra praticamente em andamento e sem realizar um trabalho efetivo de divulgação junto aos produtores locais, o desempenho obtido foi considerado muito bom. Isto se traduz nos resultados desta safra de verão, quando o total de grãos recebido na Unidade deverá ultrapassar as 2 mil toneladas, sendo que 15 mil são de soja e o restante de milho. Estas, aliás, são as duas únicas culturas praticadas no Chapadão, pois o trigo como safra de inverno ainda não é viável devido as condições de clima e solo da região, que requer variedades diferentes das sementes utilizadas no resto do Estado.

Todo agricultor sabe, contudo, que deixar o solo exposto por longos períodos acarreta enormes prejuízos à terra que fica a mercê de chuvas, ventos e sol, causando por consequência a erosão. Cientes disto alguns agricultores do Chapadão do Sul já estão realizando algumas lavouras, a título de experiência, com culturas de inverno como o sorgo e trigo. Este é o caso de Elimar Waldow, que neste ano plantou 10 hectares de sorgo, e se der certo esta primeira lavoura, ele pretende aumentar a área para 50 hectares no ano que vem. O produtor que está há seis anos no Chapadão do Sul, possui uma propriedade de 450 hectares e 380 foram plantados com soja. Ele colheu 15.500 sacas do grão e obteve uma produtividade média de 40,5 sacas por hectare.

Sobre a instalação da Cotrijuf no município, Elimar Waldow tem certeza que ela só vai trazer benefícios para a agricultura do município e ressalta o caráter social da Cooperativa, que segundo ele deve trabalhar lado a lado do produtor rural. Opinião parecida tem Luiz Libório Lothammer, proprietário de 200 hectares de terra, dos quais plantou 150 hectares com soja e 35 hectares foram ocupados com pastagens para consumo do rebanho, que soma 90 cabeças de gado. Ele afirma que os agricultores do distrito de Pedra Branca, onde mora (distante a 52 km da sede do Chapadão), estão torcendo para a permanência definitiva da Cotrijuf. O produtor acha que isto vai beneficiar principalmente os pequenos proprietários e vai impor respeito perante a concorrência, muito grande no município constituída somente por empresas particulares, que não têm o mesmo propósito social da Cooperativa.



Vista aérea da Unidade

## O INÍCIO DO CHAPADÃO

Falar sobre a história e o desenvolvimento do Chapadão do Sul sem consultar Júlio Alves Martins é deixar incompleto o relato, pois a história de ambos se confunde e está intrinsecamente ligada. No dia 21 de abril, ano de 1972, o seu Júlio pousou com seu monomotor pela primeira vez na localidade que então era conhecida como Pouso Frio, nome dado pelos boiadeiros que passavam pelo local e estranhavam as baixas temperaturas causadas pela altitude de 800 metros. A partir da chegada de Martins, um gaúcho natural de Ajuricaba, mais e mais agricultores do Rio Grande do Sul vieram trazidos por ele, que além de aviador também exercia a atividade de corretor de terras.

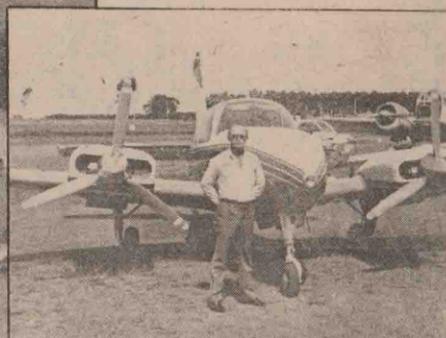
A facilidade de adquirir grandes propriedades a preços módicos atraiu muita gente do sul, principalmente de municípios gaúchos com forte tradição agrícola como Ijuí, Palmeira das Missões e Santo Augusto. Estes pioneiros eram considerados como visionários e aventureiros, pois até então a grande planície que forma o Chapadão do Sul era inóspita e a terra considerada improdutivo, com um solo po-

bre e carente de calcário. Não existia a atividade agrícola em grande escala e apenas a pecuária era economicamente viável.

A partir de 72 este panorama começou a mudar, e a paisagem foi aos poucos se transformando, dando lugar às lavouras de arroz, a primeira cultura da região que após alguns anos foi praticamente abandonada, porque exigia o emprego muito grande de uma tecnologia inexistente na região pela falta de condições propícias para a armazenagem das safras. Foi preciso muita tenacidade e trabalho dos desbravadores da região, para que não desistissem da empreitada, mas esta persistência foi recompensada com a implantação da soja, e das vantagens que ela trouxe como cultura de exportação. A primeira lavoura de soja, com 120 hectares, foi plantada em 1976 na propriedade de Júlio Martins, e a partir daquele ano a expansão da cultura cresceu vertiginosamente. Em poucos anos os colonizadores provaram que a agricultura era viável e que nela estava a saída para o enriquecimento e progresso da região. Este sucesso atraiu cada vez mais gente disposta a trabalhar na terra e possibilitou a instalação de grandes



Lothammer: torcendo pela Cotrijuf



Martins: o desbravador

grupos empresariais do sul do país, que compraram no Chapadão dos Gaúchos (nome da localidade quando ainda pertencia a Cassilândia) enormes propriedades de agricultores que não haviam prosperado.

## A EMANCIPAÇÃO POLÍTICA

No início desta década, o desenvolvimento agrícola do Chapadão já havia adquirido uma importância econômica relevante no contexto Estadual e a comunidade exigia o desmembramento de Cassilândia. Isto só foi concretizar-se em 23 de outubro de 1987, quando a vila obteve sua emancipação política e o município foi criado com o nome de Chapadão do Sul.

Hoje a população, constituída praticamente só por gaúchos, está estimada em torno de 10 mil habitantes e a área municipal totaliza 372 mil hectares. Segundo dados do IBGE, o Chapadão do Sul cultiva 97 mil hectares com soja (a produtividade média é de 44 sacas por hectare), 12 mil hectares de milho e possui um rebanho de 162 mil cabeças de gado.

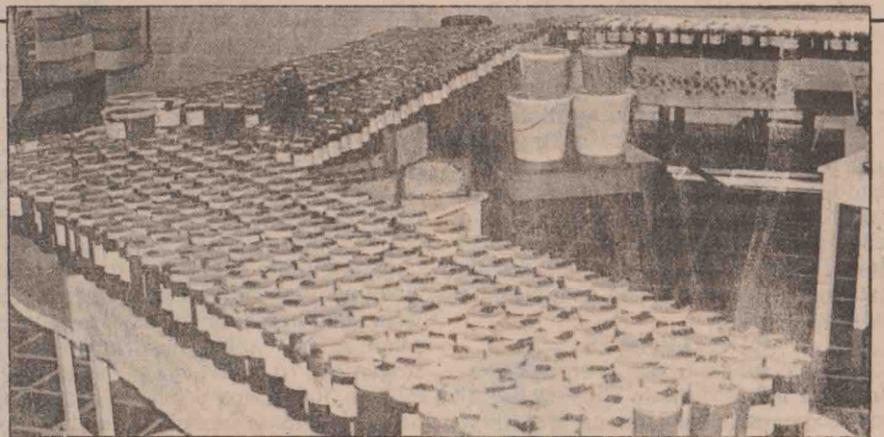
Sobre a instalação da Cotrijuf no Chapadão, o pioneiro Júlio Martins é enfático ao afirmar que ela trará uma grande e valiosa contribuição ao desenvolvimento agrícola da região e ao agricultor, que poderá contar com a assistência prestada pela Cooperativa.

## DOM PEDRITO

# Estímulo à produção de mel

A apicultura voltou com toda a força em Dom Pedrito. Depois de um surto de desenvolvimento no início da atual década, quando vários agricultores entusiasmaram-se pela produção de mel, voltou a retrair-se devido, principalmente, às dificuldades de comercialização.

Agora, com o aproveitamento da experiência passada, e com a preocupação de modernizar a comercialização, inclusive com a ampliação do mercado vendedor para os



A produção de mel em nova fase

principais centros consumidores do estado e de outras unidades da federação, vários produtores estão entusiasmados com a perspectiva de aumentarem e selecionarem suas colméias.

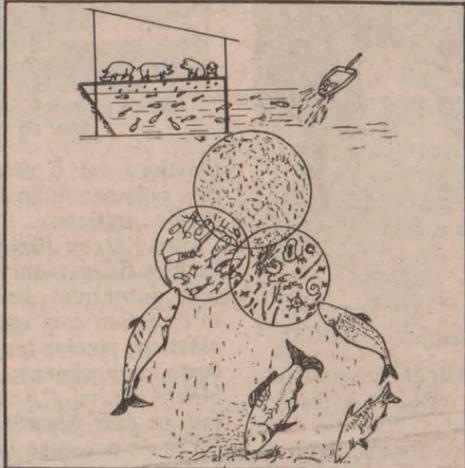
O gerente técnico da Regional, médico veterinário Otalíz de Vargas Montardo, já registrou 30 produtores com bom nível técnico para produzir, com a assistência da cooperativa. A Cotrijuf recebe o mel para comercializar e antecipa, por

adiantamento, Cz\$ 100,00 por quilo do produto entregue. Além disso, o departamento técnico da cooperativa está contratando um técnico para assistir os produtores e dar-lhes treinamento. A cooperativa vai centralizar o recebimento em espaços galpão de alvenaria, onde também vai contar com a inspeção de higiene e qualidade, cuja fiscalização é feita por técnicos do Ministério da Agricultura. O objetivo final é conquistar os mercados do centro do país, com mel de qualidade Cotrijuf.

PEIXES II

# A quantidade certa de esterco

Na edição passada viu-se que a consorciação de peixes com suínos ou aves é a melhor forma de aproveitar, ao máximo, toda a ração consumida pelos animais, além de elevar o nível de proteínas nas dietas dos peixes e de, simplesmente, tornar a diversificação uma realidade. Mas, somente saber da importância da consorciação não basta. Segundo o supervisor do setor de piscicultura da Cotrijuí, Regional Pioneira, Altamir Antonini, uma das questões mais importantes a ser observada pelo piscicultor é a quantidade de esterco que vai ser colocada na água, bem como o método para levar este material até o açude e a quantidade de água disponível neste último.



De acordo com o Altamir, quando o esterco é distribuído uniformemente na superfície da água, pode se aplicar até 500 quilos do material por hectare de açude ao dia (o que equivale ao resíduo de 60 a 70 suínos em terminação). No entanto, se for o caso do produtor manter o chiqueiro sobre o açude, é preciso ter o cuidado de não deixar ocorrer um acúmulo de esterco embaixo da construção, enquanto outras áreas nada recebem. Caso o esterco não seja bem distribuído, a própria cadeia alimentar ficará prejudicada e o alimento natural, que pode responder por 60 por cento das necessidades proteicas dos peixes, não será bem aproveitado.

Por isso, salienta o Altamir, é importante manter uma distribuição uniforme para que o peixe possa consumir todos os restos de rações e o alimento natural produzido pelo esterco, como as algas verdes que se formam a partir dos produtos básicos do material e da água (carbonos, fosfatos e nitratos). As algas, por exemplo, ao se proliferarem servem de alimento para alguns microrganismos do zooplâncton e também para alguns peixes como a carpa prateada. O zooplâncton, por sua vez, alimenta a carpa grande, dá origem aos animais bentônicos (larvas e insetos ricos em proteínas) que se desenvolvem no fundo do açude e acabam sendo consumidos pela carpa comum (veja o desenho).

## Cotrijuí entre as 10 mais do Estado

O rol de indicadores dos 10 maiores conglomerados empresariais gaúchos, a partir de análises feitas pelos resultados patrimoniais dos balanços de 1987, apresentam a Cotrijuí em posição de destaque, ao lado das mais sólidas economias do Rio Grande do Sul.

O destaque dos grandes grupos aparece na revista Amanhã de número 23, uma publicação da Federação e Centro das Indústrias do Rio Grande do Sul. As informações colhidas através de balanços das empresas, bem como através das análises dos resultados, foram feitas pela assessoria econômica da Fiergs/Ciergs e publicadas em cima de projeto editorial da Plural Comunicação.

Enfatizando a im-

portância financeira dos maiores grupos - Cotrijuí, Gerdau, Grandene, Iochpe, Ipiranga, Luxma, Olvebra, Stedile, Varig e Zivi-Hercules-Eberle. A publicação da Fiergs/Ciergs diz que as empresas destacadas são responsáveis pela geração de cerca de 87.300 empregos diretos, o que representa 17,5 por cento do total de empregos na indústria do Rio Grande do Sul. Também o faturamento global dos conglomerados em destaque, em função de vendas realizadas em 1987, atingiu o valor de Cz\$ 256,9 bilhões, significando 34 por cento do produto interno bruto gaúcho do ano, que ficou em Cz\$ 757,8 bilhões. Esse montante, ainda de acordo com a revista Amanhã, representa cerca de 8 por cento do PIB nacional.

# A primeira fábrica de rações do MS



MS vai produzir as rações Seriemá

Os produtores rurais do Mato Grosso do Sul ganham a partir deste mês um grande incentivo para incrementar a sua produção doméstica ou comercial de animais, com a instalação da fábrica de rações e sais minerais Seriemá, localizada em Dourados.

A iniciativa é da Cotrijuí e é pioneira, pois hoje o Estado não conta com nenhum empreendimento deste tipo na área privada, e até então a demanda de rações e sais vinha sendo suprida com produtos oriundos de outros Estados.

Um dos objetivos básicos é atender as necessidades do quadro associativo da regional da Cotrijuí, utilizando-se a matéria-prima local. O investimento da nova fábrica ficou em torno de 30 milhões de cruzados e o faturamento para o primeiro ano é estimado em 90 milhões de cruzados.

Contando com os mais modernos equipamentos para beneficiamento de cereais,

misturadores, silos, balanças e ensacadores automáticos, a fábrica está capacitada para produzir atualmente 1.500 toneladas por mês e ocupará uma área de 1.843 m2 empregando um quadro funcional de 15 pessoas. O projeto original entretanto, prevê uma produção de 4 mil toneladas por mês, como ressalta o diretor de Operações e Comercialização, Vilmar Hendges. Ele afirma ainda, que a partir de agora somente os microelementos que fazem parte da composição de rações e sais minerais é que serão importados de outros Estados, porque o restante todo, como o sorgo, o farelo de soja, o farelo de trigo e o milho são produzidos no Estado.

Mas a escolha da unidade de Dourados para sediar a fábrica não foi aleatória e sim fundamentada numa série de fatores. Hoje, além do recebimento e armazenagem de grãos, há também na unidade

o beneficiamento de sementes e a cerealista, o que resulta numa estrutura bastante adequada, pois os custos com transportes de matéria-prima para a fabricação de rações ficarão praticamente reduzidos a zero, uma vez que quase todos os componentes utilizados se encontram junto a fábrica.

Deve-se levar em conta ainda, que na região da grande Dourados existe um número considerável de pequenas propriedades e a Cooperativa tem como objetivo estimular a diversificação do produtor, incentivando-o na criação de suínos, aves, peixes e também fortalecer a base leiteira da região.

Os produtos com a marca Seriemá terão sua distribuição garantida pela rede de mercados e lojas que a Cooperativa possui no Mato Grosso do Sul e também através de revendedores autorizados.

## Agora, uma única injeção mata vermes, sarna e piolhos.

Ivomec, aplicado nas porcas 7 a 14 dias antes do parto, mata:

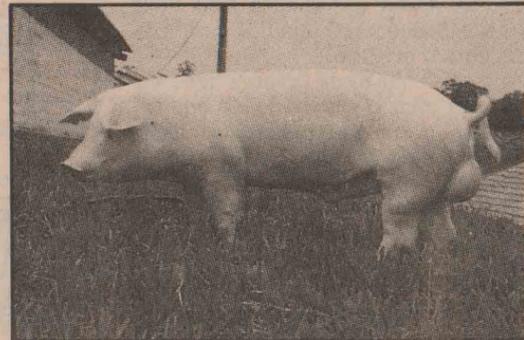
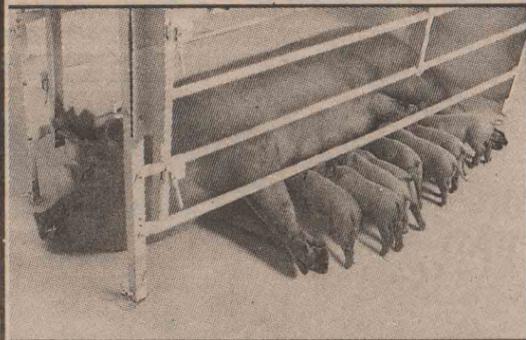
- Vermes redondos gastrintestinais (Ex.: *Ascaris suum*)
- Vermes renais (*Stephanurus dentatus*)
- Vermes pulmonares (*Metastrongylus* spp.)



Ivomec controla sarna e piolhos:

- Sem as trabalhosas tarefas de aspersão.
- Atingindo os ácaros da sarna e piolhos nas dobras da pele das orelhas e corpo.

Um bom início para um grande final.



VC-32/86

\*Marca Registrada

MSD AGVET  
DIVISÃO DE MERCK SHARP & DOHME  
Farmacêutica e Veterinária Ltda.  
São Paulo, Av. São Paulo, 1.375 - 27 andar - CEP 01301-100 - Tel. (011) 5014-5200 - SP

(B)AR-IVCS-32/86

**TOMATE**

# A palavra da pesquisa

Produtores e técnicos se reuniram para discutir o cultivo do tomate em estufas e em ambiente natural.

A cultura do tomate em estufas e em ambiente natural. Este assunto trouxe até Ijuí, no dia 24 de maio, produtores, técnicos e pesquisadores, num encontro que se estendeu por todo dia e foi coordenado pelo agrônomo e responsável pela área de Olericultura da Cotrijuí na região, o Francisco Salla. Mas quem se encarregou de trazer novas informações e levantar o debate entre os presentes foram os agrônomos e pesquisadores Jandir Vicentini Esteves, da Emater, regional de Porto Alegre; Carlos Reisser Júnior e Arione da Silva Pereira, da CNPTF/Embrapa, de Pelotas.

Para o Jandir Vicentini Esteves, que falou sobre a cultura do tomate em ambiente natural, o Rio Grande do Sul vive épocas de carência do produto em função da inexistência de um programa de incentivo a olericultura no Estado. A própria instabilidade nos preços, resultado da instabilidade no mercado, é sintoma de desorganização na produção de hortigranjeiros. O Estado produz tomate de novembro a maio, "com algumas pequenas regiões produzindo fora dessa época, mas em quantidades insignificantes". Nos demais meses do ano, somos obrigados a comprar produto de outros estados para abastecer o mercado gaúcho.

## CULTIVARES

Entre as cultivares de tomate que são plantadas no Rio Grande do Sul, o agrônomo destacou as variedades Santa Cruz, de crescimento indeterminado, a Santa Clara; a Ângela, mais recomendada para o cultivo no verão; a Kada e a Yokota. Para o agricultor que gosta de frutos graúdos, "tipo gaúcho", ele recomenda o plantio das cultivares Master II e Master III, por apresentarem resistência a nematóides. Também aconselha as cultivares Tropic, muito plantada em estufas e a Monte Carlo, Duke, Royal Flash e Sunny, esta última resistente à alternária.

Mas para o cultivo de hortas domésticas ou de pequenas plantações comerciais, Jandir Esteves recomenda o plantio de cultivar não híbrida Floradade, de fruto graúdo e crescimento determinado e com a característica de permitir a retirada das suas sementes para plantio posterior.

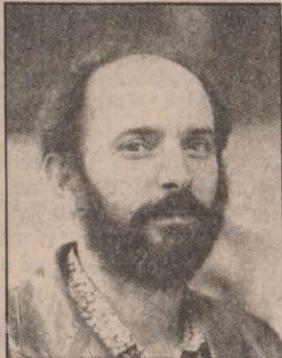
## INSTALAÇÃO DAS LAVOURAS

A qualidade das mudas é importante na instalação de uma lavoura e vai depender da condução das sementes. A muda só deve ser transplantada quando apresentar aproximadamente uns 12 centímetros, levando, portanto, em torno de 60 dias para ficar pronta, especialmente quando produzida durante o inverno.

A adubação da lavoura deve ser de acordo com o resultado da análise do solo. Mas como recomendação básica, o agrônomo sugeriu a utilização de uma tonelada por hectare de adubo químico e 20 toneladas por hectare de cama de aviário. No caso da utilização de esterco de gado, a quantidade recomendada sobe para 50 toneladas por hectare. É importante, no entanto, a cura desta adubação, para evitar a fermentação durante o processo de desenvolvimento da cultura.

## A IRRIGAÇÃO

Outro aspecto importante no caso do tomate é a irrigação que deve ser feita, segundo o agrônomo, em média, a cada três dias, "dependendo, é claro, do comportamento do clima e da



Jandir Esteves



Carlos Reisser



Arione Pereira

necessidade da cultura". Na verdade, lembra o Jandir Esteves, o tomate se torna mais exigente em água a partir do início da formação do fruto. A própria adubação de cobertura, lembra o agrônomo da Emater, só deve ser feita logo após a planta ter sido irrigada.

## AS PRAGAS E DOENÇAS

As piores pragas do tomate são os pulgões, trips, moscas brancas, traças e brocas, com as quais o produtor precisa tomar certos cuidados já que muitas vezes elas são transmissoras de doenças. O controle destas pragas deve ser rígido, partindo desde a sementeira até a lavoura.

Entre as doenças, Jandir Esteves destacou a requeima, a septória, a alternária, a murcha bacteriana e as vi-

roses, todas elas bastante prejudiciais aos tomateiros. No caso das viroses e da murcha bacteriana, o controle deve ser rígido para evitar a disseminação da doença. As plantas doentes, devem ser eliminadas da lavoura.

Cuidados na condução de uma lavoura de tomate é importante para que a cultura ofereça bons retornos na hora da colheita, ainda mais que os custos de produção andam pela "hora da morte". A própria Emater andou fazendo um levantamento de custos e descobriu que, para cultivar apenas um hectare de lavoura, o produtor gasta em torno de 821 OTNs.

## TOMATE EM ESTUFAS PLÁSTICAS

A cultura do tomate em estufas



Técnicos e produtores se reuniram para falar de tomate

plásticas foi o assunto "vedete" do dia, pois na região ainda é uma técnica pouco praticada. E os pesquisadores Carlos Reisser Júnior e Arione da Silva Pereira fizeram um alerta, dizendo que o produtor que quiser credenciar-se para trabalhar com tomate em estufas de plástico, precisa ter, antes de tudo, um certo conhecimento da cultura em ambiente natural. "Acreditamos, ressaltaram os dois pesquisadores, que a evolução do processo de produção de frutas, flores e hortaliças em ambientes protegidos no Rio Grande do Sul seja um processo em expansão". Serão pequenas produções, localizadas em regiões específicas e dirigidas ao abastecimento de pequenas demandas a partir da necessidade de um produto mais bem elaborado.

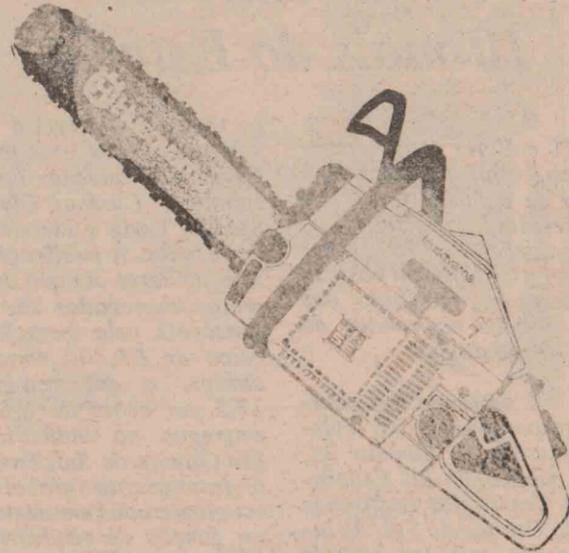
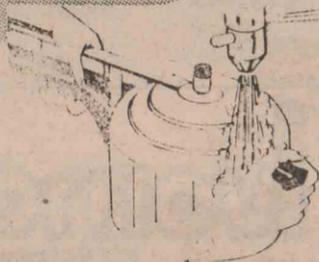
Mas como a construção de uma estufa e a condução de uma lavoura requer conhecimentos específicos, eles alertaram os produtores para que sempre busquem a orientação técnica em caso de dúvidas.

# TAI! A OPORTUNIDADE QUE FALTAVA PRÁ VOCÊ FAZER UMA "MEDIAZINHA" COM A "FRAU".

PASSE NAS LOJAS COTRIJUÍ!  
COMPRE A SUA MOTO-SERRA HUSQVARNA.

EM 4 X SEM JUROS

E AINDA GANHE DE BRINDE  
UMA PANELA DE PRESSÃO PANEX  
FLEX 4L 1/2.



COTRIJUÍ  
SEMPRE PENSANDO EM VOCÊ

# CALENDÁRIO

ALHO E CEBOLA

## Tratos Culturais

Nesta época do ano, normalmente os produtores já estão concluindo o plantio dos alhos tardios e o transplante das mudas de cebola. O agrônomo Francisco Salla, coordenador da área de Olericultura da Cotrijuf na região selecionou algumas informações importantes para a condução das lavouras "e que certamente irão reverter num produto de melhor qualidade na hora da colheita".

### Alhos precoces

Normalmente são plantados em abril, podendo, o plantio, ainda se estender até a primeira quinzena de maio. O Salla recomenda adubação de cobertura, capina e amontoa até fins de junho, utilizando, para tanto, até 100 quilos de uréia por hectare, "de acordo com o aspecto geral da cultura".

A capina e amontoa conferem a cultura um melhor condicionamento a boa produção, pois movimentam o solo, evitando a competição dos inços e a compactação dos solos por chuvas pesadas que possam vir a ocorrer.

### Alhos tardios

O alho Portela, em final de plantio, deverá receber adubação de cobertura até 80 dias após sua emergência — até final de julho. Como os alhos tardios possuem menor resistência às adubações de cobertura em excesso ou tardios, é preciso muito cuidado na dosagem, pois elas podem provocar o superbrotamento da cultura. A recomendação do Salla é de até 75 quilos por hectare de uréia, "sempre de acordo com a necessidade da cultura". Segundo informações da pesquisa, as adubações realizadas mais no cedo, ou seja, logo após a emergência da cultura e acompanhadas de uma capina e amontoa, apresentaram os melhores resultados, tanto em produtividade quanto em qualidade do produto colhido, "que devem ser os principais objetivos do produtor nesta safra".

### Cebola

Os meses de junho e julho são considerados ideais para o transplante de mudas em nossa região. Lembramos que o tamanho e o diâmetro da muda deve ser semelhante a um lápis. A adubação recomendada deve ficar em torno de 600 quilos por hectare da fórmula 5-20-20 ou similar. Como espaçamento o Salla indica 8,0 por 30 centímetros e 10 por 25 centímetros.

### Herbicida

Como utilizar herbicidas no controle de invasoras nas culturas do

alho e da cebola? Os melhores resultados, segundo o agrônomo, têm sido obtidos

quando são feitas capina e amontoa, com revolvimento do solo. Em alguns casos, pode ser feito, conjuntamente, a adubação de cobertura. Mas em casos em que se faz necessário o controle de invasoras através de herbicidas, o Salla informa que já se encontram disponíveis, em todas as unidades da Cooperativa, produtos recomendados. Nesta



A qualidade do produto depende da condução da lavoura



safras estão sendo colocados à disposição do quadro social produtos específicos para alho e cebola, tanto para invasoras de folhas largas quanto para as de folhas estreitas.

Os herbicidas só devem ser aplicados de 30 a 40 dias após emer-

gência da cultura e sempre diluídos 400 litros de água por hectare. Mais informações os produtores podem obter junto aos departamentos técnicos das unidades da Cotrijuf na Pioneira

## Inseminação em suínos

Ivone L. Süffert

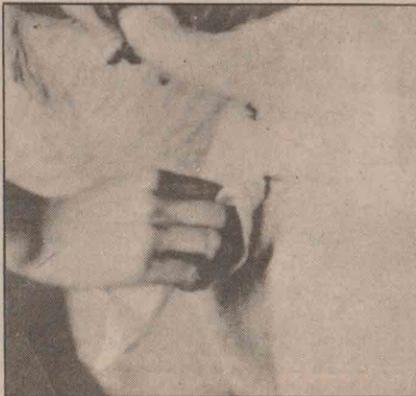
A expansão da tecnologia da inseminação tem sido rápida em nosso meio. Há cerca de 10 anos atrás iniciaram-se os primeiros trabalhos para desenvolver o uso da inseminação, que começou a deslanchar a partir da criação e colocação em funcionamento de Centrais de inseminação artificial em suínos no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Minas Gerais.

Atualmente o associado da Cotrijuf já pode contar com mais esta opção visando a melhoria da sua produção e a qualidade do rebanho. A inseminação artificial em suínos, na Região Pioneira da Cotrijuf, iniciou no mês de abril e conta com o apoio da Central de Inseminação Artificial de Suínos de Estrela. O associado interessado pode solicitar o serviço de inseminação junto aos departamentos técnicos de sua unidade, exatamente no momento que iniciar o cio da porca.

Assim como em outros países, no Brasil adota-se a tecnologia do sêmen resfriado e para se alcançar bons resultados com a inseminação é fundamental que se observe corretamente o momento exato do início do cio da porca. Para tanto, deve-se ter o cuidado de observar as fêmeas duas vezes por dia após o desmame — pela manhã e à tarde, sempre após o horário de alimentação. O cio ocorre em média, de 4 a 7 dias após o desmame. Por esta razão, aconselha-se desmamar os leitões sempre às quintas-feiras.

A presença do rufião — macho novo —, facilita a identificação e determinação do cio em porcas e leitões. Mas, de qualquer forma, não convém acostumar as leitões com a presença do rufião antes da época certa.

No início do cio existe um período preparatório de aproximadamente dois dias, durante o qual a porca já exterioriza os primeiros sinais, sem no entanto, ainda estar em condições de ser inseminada. Ela fica sem apetite, inquieta, com a vulva inchada e avermelhada e, às vezes, com um corrimento mucoso. Para efeito de inseminação, considera-se como início do cio o momento em que a fêmea apresenta o reflexo de tolerância ou de imobilização em presença do cachaço. Mas este reflexo também é desencadeado pelo tratador, em torno de 12 horas após o reflexo de tolerância ao cachaço. O



A higiene é fundamental

tratador pode identificar o reflexo de tolerância apoiando seu peso sobre o dorso da fêmea ou até mesmo sentando sobre ela. A inseminação deve ser feita doze horas após o reflexo de imobilização ao homem, ou seja, 24 horas após o reflexo de imobilização ao macho. Após o cio, a fêmea não aceita mais o cachaço. A vulva fica murcha, pálida e seca, não havendo mais chances para a fecundação.

Ao usar a inseminação artificial, o criador estará, em última análise, investindo no melhoramento de seu rebanho e, desta forma, aumentando a sua produtividade. Entre as principais vantagens da inseminação artificial em porcas, destacam-se:

\* Controle mais preciso das características a serem melhoradas em um rebanho. Ex.: características de carcaça tipo carne;

\* Melhoramento mais rápido na qualidade do rebanho. Pode-se usar animais de alto padrão genético, realmente melhoradores;

\* Diminuição nos custos com aquisição de reprodutores para atender todo o plantel;

\* Possibilita que machos grandes e pesados sejam usados em fêmeas novas e pequenas;

\* Elimina o perigo de acidentes com o pessoal envolvido no manejo dos machos por ocasião do acasalamento;

\* Elimina os riscos de transmissão de doenças pela monta. Os machos doadores de sêmen são vacinados e rigorosamente testados para várias doenças;

\* Permite a utilização de bons reprodutores em regiões distantes;

\* Possibilita que o produtor renove o seu plantel com leitões melhores, sem necessidade de investir



A introdução da pipeta no sentido dorso-cranial

em novos reprodutores.

O sêmen proveniente da Central de Inseminação em Suínos de Estrela tem um período viável de utilização de 48-72 horas após a coleta, isto desde que seja mantido em condições ideais de temperatura e sem sofrer agitação excessiva. Por outro lado, a fêmea a ser inseminada exige um horário preciso para aplicação deste sêmen e é por este motivo que o sucesso da inseminação depende em grande parte do criador, o responsável pelo diagnóstico correto do cio do animal.

O criador deve solicitar a inseminação ao posto tão logo identifique o início do cio. O inseminador, sabendo o exato momento do início do cio, terá condições de fazer a inseminação na hora mais adequada.

É importante lembrar que o sucesso na inseminação se deve também a um bom estado nutricional das fêmeas; a ausência de doenças e infecções no útero e ovários e ainda a ausência de outras doenças como sarna, verminoses, entre outras. Resultados de experimentos mostram que fêmeas que entram regularmente em cio até o décimo dia após o desmame apresentam índices de fertilidade significativamente superiores em relação àquelas que entram em cio após o 10º dia de desmame. Para que a fêmea entre em cio logo após o desmame é importante que ela não esteja magra demais e muito menos gorda demais e que tampouco sofra um stress muito grande durante o desmame. O criador deve também controlar o aparecimento de doença através de medidas de higiene, vacinações sistemáticas e combate aos vermes e sarnas.

\* Ivone L. Süffert é veterinária da Cotrijuf, atuando na unidade de Ijuí.

## Três Feiras no Parque de Exposições de Ijuí

A Casa da Agricultura, em conjunto com o Sindicato Patronal de Ijuí e o apoio da Agropecuária Cacique e Prefeitura Municipal, através do Imeab e da Cotrijuf, realizam, nos dias 27, 28 e 29 de junho a XIV Feira do Terreiro, a V Feira da Terreira e a IV Feira da Vaquilhona. As Feiras acontecem no Parque de Exposições Assis Brasil, localizado às margens da BR-285, onde 1.000 animais ficarão em exposição durante os três dias. O remate dos animais está marcado para o dia 28, às 14 horas.

# SÃO VALENTIM

## A visita do DNAEE

"A comunidade de São Valentim não quer a construção da barragem. Esta é a razão pela qual vem se posicionando contra a realização do levantamento topográfico em suas terras", disse Cezarino Stochero durante o encontro que os agricultores de São Valentim tiveram com os técnicos do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, o engenheiro Devanir Camargo e o advogado Nehemias Cunha e mais o engenheiro José Paulo Gautério, da Companhia Estadual de Energia Elétrica.

A vinda dos técnicos do DNAEE a Ijuí era esperada pelos agricultores de São Valentim desde a semana passada, atendendo determinação do Ministro das Minas e Energia Aureliano Chaves, quando da audiência mantida em Brasília no dia 26 de maio. Nessa audiência com o ministro, a comissão, encabeçada pelo agricultor Cezarino Stochero, pediu a revogação da portaria que autoriza a empresa Hidrelétrica Panambi S.A. a realizar estudos para verificar a viabilidade técnica e econômica do aproveitamento da queda d'água do rio Caxambu. Com base no relatório levado pelos técnicos é que o ministro vai decidir se revoga ou não a portaria concedida a Hidropan.

Os representantes do DNAEE só chegaram a Ijuí no meio da tarde, sendo recebidos pelo prefeito Wanderley Burmann, representantes da Câmara de Vereadores e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. O prefeito alertou os técnicos para os efeitos sociais e econômicos que resultariam da construção da barragem, ressaltando que a região é habitada por pequenos agricultores e que as terras são altamente produtivas. Carlos Karlinski, presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Ijuí, disse no encontro com os técnicos que a simples tentativa de realização do trabalho de levantamento, por si só, já causa traumas na comunidade de São Valentim, em prejuízo dos trabalhos na lavoura. Disse que essa reação tem até como causa experiências ocorridas em outras regiões do Estado, citando como exemplo a construção da barragem do Passo Real.

Os técnicos justificaram a in-



*Na conversa com os técnicos do DNAEE os agricultores deixaram bem claro que não querem a construção da barragem e nem vão permitir a realização do levantamento em suas terras.*

O encontro com os agricultores em São Valentim

### A CONVERSA COM OS AGRICULTORES

Já eram quase 6 horas da tarde quando o pessoal do DNAEE voltou da visita de reconhecimento e sentou, no salão da comunidade, para ter uma conversa com os agricultores. Chegaram dizendo que a visita tinha o objetivo de ouvir e conciliar. "O que existe é apenas uma portaria que autoriza a Hidropan a realizar estudos para possível aproveitamento da queda d'água do rio Caxambu. Não existe nenhuma concessão para aproveitamento do rio", garantiu Nehemias Cunha, tentando aliviar a preocupação dos agricultores. Amadeu Stochero rebateu o representante do DNAEE lembrando que assim tem acontecido com as demais barragens. "Onde começa um levantamento, sempre sai uma barragem", disse, mostrando-se preocupado com a situação e citando como exemplo a Usina de Passo Real. "Até hoje o pessoal que teve suas terras desapropriadas, continua vagando por aí, sem ter onde trabalhar".

Devanir Camargo assegurou que nem todos os estudos se transformam em barragens, ressaltando ainda que o objetivo de um levantamento é o de fornecer dados para determinar a viabilidade econômica e social de uma

tenção da Hidropan em fazer o levantamento como necessário para analisar a viabilidade do projeto, "sendo que um dos fatores determinantes é a potência da futura usina em comparação com a área usada. "Mas numa situação como esta, de impasse, a decisão talvez tenha que ser política e tomada sem o levantamento completo da área", disse Devanir Camargo.

No finalzinho da tarde os técnicos do DNAEE foram até São Valentim para conversar com os agricultores. Mas antes da conversa, uma visita ao rio Caxambu, pelo lado de Ijuí e a algumas propriedades ameaçadas pelas águas da usina, caso ela venha a ser construída. Na pauta de conversa dos técnicos do DNAEE, uma reunião com representantes dos Poderes Executivo e Legislativo, ACI, Cotrijuf, Unijuf, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o juiz Augusto Otávio Stern. A reunião aconteceu na Prefeitura Municipal. Antes da volta a Brasília, uma visita a Hidropan.



José Gautério, Devanir Camargo e Nehemias Cunha

barragem. "E como não existe este estudo aqui na comunidade, nós viemos avaliar essa situação "in loco". Queremos conhecer a realidade para saber se é viável ou não a construção de uma usina no rio Caxambu". Falou da sensibilidade do ministro nas questões de desapropriações de terra. "Estas áreas não estão em processo de desapropriação e nem tampouco iríamos aprovar um projeto que pode, mais adiante, se tornar inviável social e economicamente".

### TODAS AS DÚVIDAS

Apesar da tensão inicial, os agricultores foram, aos poucos, tirando as suas dúvidas, mas sempre fazendo questão de deixar claro que a comunidade não vai permitir a realização do levantamento. "O pessoal da Hidropan já esteve aqui, invadiu nossas terras, sem qualquer autorização, nos ameaçou, trouxe um pelotão de policiais e não fez o trabalho, disse Cezarino, pedindo a revogação da portaria. Aqui ninguém tem terras para vender e muito menos quer abandonar a comunidade. "O presidente da Comissão dos Agricultores de São Valentim mostrou-se preocupado com a situação, principalmente porque envolve 53 famílias "que querem apenas produzir alimentos e tirar da terra o seu sustento" e lamentou que a usina, se construída, seja um benefício para poucos, "em prejuízo de tantos".

No final do encontro, a promessa dos representantes do DNAEE de que a avaliação da área constatada "in loco", será levada ao ministro, sempre garantindo no entanto, que o estudo da viabilidade social e econômica de uma área não representa a construção de uma barragem. Para os agricultores, apesar do ministro ter cumprido a promessa de mandar representantes do DNAEE avaliar a situação, a incerteza. "Pelo que estou sentindo, eles vão autorizar o levantamento e depois vem a barragem", disse, desanimado, Gaetano Gabbi, um agricultor de 58 anos, 8 filhos e proprietário de 25 hectares de terra.

*Não era feriado de Corpus Christi, mas mesmo assim, os agricultores de São Valentim, interior do município de Ijuí, resolveram assinalar a data com uma celebração religiosa: uma missa seguida de procissão. A celebração, realizada no dia 2 de junho, teve uma razão muito especial: assinalava a luta da comunidade contra a construção de uma usina hidrelétrica no rio Caxambu. Tanto a missa como a procissão foram celebradas pelos padres Flávio Rohr, pároco da Paróquia São José, de Pejuçara; João Alberto Bagolin, da Catedral de Cruz Alta e natural de São Valentim; Vestre Ottonelli, da Paróquia Cristo Rei, do Bairro Assis Brasil, de Ijuí e ainda de Eraldo Paulus, reitor do seminário de Pejuçara.*

*Cerca de 250 pessoas — entre agricultores de São Valentim, de Entre Rios, em Panambi e de Pejuçara — enfrentaram um frio de 4°C e lotaram a Capela para assistir a missa e depois percorrer a caminhada de 1.500 metros que só encerrou bem próxima ao rio, em num altar, de onde se podia avistar as terras ameaçadas pela invasão das águas. Na frente da Capela, uma faixa com a frase "São Valentim quer produ-*

## A luta pela terra

*zir alimentos e não barragem", levava os agricultores a dar início a caminhada que teve, ao longo do trajeto, três paradas, onde eram lembradas as lutas e vitórias dos agricultores que há um ano convivem com o fantasma da desapropriação de suas terras.*

### TERRA PARA ALIMENTAÇÃO

Na primeira parada, logo abaixo da Capela, quem vai em direção ao rio, numa faixa, colocada pela própria comunidade, dizia: "Terra para alimentação, não para especulação". Nessa primeira parada — todas elas marcadas por um pequeno altar —, os agricultores reviveram a sua luta iniciada exatamente no dia 12 de junho de 1987, com a chegada do pessoal da Hidropan na comunidade de Entre Rios, pelo lado de Panambi. "Eles pediram para ver o rio e ninguém desconfiou dos problemas que mais tarde viriam aparecer", recordou a comunidade durante a primeira leitura e reflexão da situação. Lembraram que depois desta primeira visita, apareceram os técnicos da Hidropan, pedindo para

*acampar nas terras do lado de Panambi, onde realizaram os trabalhos de levantamento topográfico da área. Mas ao cruzarem o rio e tentar medir as terras de São Valentim, foram impedidos pelos agricultores.*

Na segunda parada, em frente a casa de Antônio Bonfada, eles recordaram os acontecimentos do dia 5 de maio, quando quatro técnicos da Hidropan, acompanhados pelos oficiais da Justiça e por alguns brigadianos, tentam fazer o levantamento. Mas também desta vez, os colonos impedem a realização dos trabalhos. Dias mais tarde, os técnicos voltaram, acompanhados de três oficiais da Justiça e de um pelotão de choque do 14º BPM, de São Luiz Gonzaga. "A comunidade não se amedrontou e aguardou com inquietação e organizada para resistir pacificamente". Nos colonos há o sentimento de revolta, porque a comunidade nunca precisou da presença da polícia", assinalaram. O padre Silvestre comentou a leitura de um texto do profeta Isaias, dizendo que Deus

*escolheu o povo simples para enfrentar as forças poderosas.*

Na terceira parada, em frente a propriedade da dona Ana Bonfada, uma das mais antigas moradoras de São Valentim, o pequeno altar era complementado pela faixa com a frase: "Produzir sim, barragem não". Nessa parada eles lembraram os erros da empresa no encaminhamento da ação judicial, "deixando de citar áreas próximas ao rio". Lembraram os acontecimentos do dia 18 de maio, citando a falta de organização da empresa e o pedido das oficiais de Justiça, para que fossem apontadas as áreas onde poderia ser feito o levantamento.

### PERTO DO RIO

A última parada ocorreu numa coxilha, bem perto do rio Caxambu. Do alto da coxilha, os agricultores puderam olhar as terras que margeiam o rio e que, provavelmente, caso a barragem seja construída, sejam alagadas pela usina hidrelétrica. O padre Flávio Rohr encerrou a caminhada dizendo: "Nesta celebração a comunidade de São Valentim reafirma forças para continuar produzindo alimentos e impedir que se transforme esse Brasil num grande parque industrial".



SUPLEMENTO INFANTIL

ELABORADO NA ESCOLA DE 1º GRAU FRANCISCO DE ASSIS - FIDENE IJUI

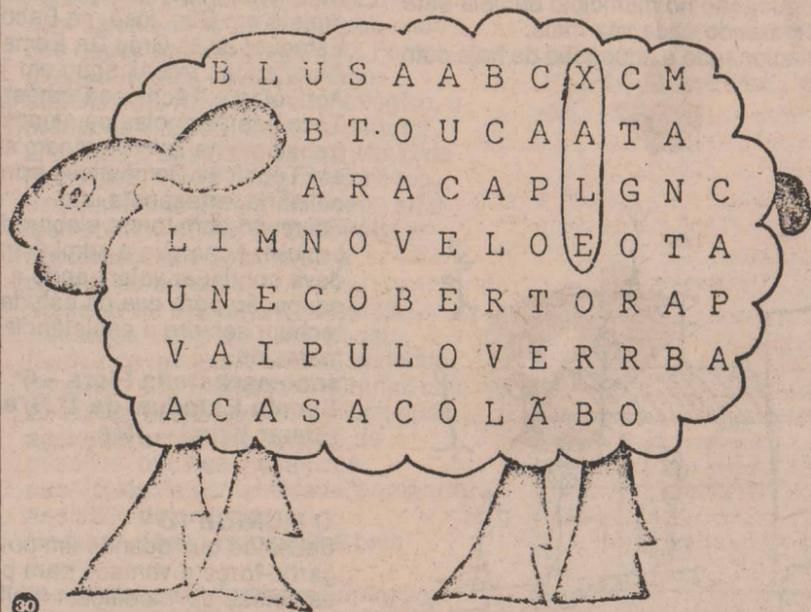
Elaboração: Mariluz dos Santos da Silva  
Datilografia: Derci Fátima Mariani.

### CAÇA-PALAVRA 3

Procure e marque no grupo de letras abaixo todos os nomes das coisas que você poderá fazer com a lã da ovelha. Um nome já foi encontrado e marcado pra você como exemplo.

BLUSA  
CAPA  
CAPOTE  
CASACO  
COBERTOR  
GORRO  
LÃ

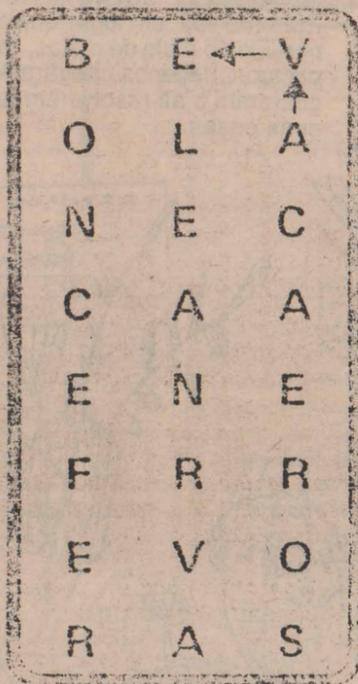
LUVA  
MANTA  
MEIA  
NOVELO  
PULÓVER  
TOUCA  
~~XALE~~



# P a s s a t e m p o

## Formando Palavras...

Usando as letras do conjunto abaixo, forme o maior número de palavras que você puder. Divirta-se!



AVE

BOLA

## Charadas

O que é que, quanto maior, menos se vê?

O que é que tem no meio do ovo?

O que é que tem pé e não tem roda e leva onde eu quiser?

O que é que tem dentes e não mastiga; tem cabelos e não se penteia, tem pé e não caminha?

O que é? O que é? Ele morre queimado; ela morre cantando.

As respostas encontram-se no final da última página, viradas de cabeça para baixo.

# Página do leitor

## AGRICULTURA

Agricultura é o cultivo da terra. Agricultura é a principal riqueza do nosso município, pois dela tiramos a maior parte de nossos alimentos. Os produtos mais cultivados são: trigo, soja, milho, feijão e mandioca. Quando o agricultor planta vários produtos numa mesma área damos o nome de policultura. Esta técnica é aplicada com a finalidade de sustentar a própria família, por isso ela tem o nome de agricultura de subsistência. Quando o agricultor planta um só produto numa mesma área, damos o nome de monocultura; ela é destinada ao comércio, isto é agricultura comercial.

O uso de máquinas agrícolas no preparo, plantio e colheita, auxiliam muito no rápido desenvolvimento e bom rendimento da agricultura. Em nosso município, o uso de máquinas agrícolas já é bem acentuado, apesar de existirem ainda as técnicas rudimentares como o arado. A produção de Jóia, em termos de agricultura é bem desenvolvida.

**Melissa Vione Zardin — 4ª Série**  
Escola Estadual de 1º e 2º Graus  
**Antônio Mastella — Jóia.**

## A AGRICULTURA EM JÓIA

Agricultor é aquele que trabalha na terra, semeando e colhendo. No nosso município são cultivados muitos produtos, como: milho, arroz, mandioca, batata, feijão; mas as plantas de maior plantio são o trigo e o soja.

O agricultor para obter uma boa produção, precisa: corrigir o solo, adubar a terra, plantar na época. A semente precisa ser de boa qualidade para germinar e Deus ajudar. É importante produzir alimentos para ter boa saúde, sem alimentos ninguém vive, de maneira alguma.

Os produtos colhidos são levados para as cooperativas para serem comercializados e às vezes ficam no galpão colonial.

Eu acho que os preços pelos produtos não são justos porque quando o agricultor colhe é um precinho de nada, tem tantos descontos e quando vai comprar, é uma barbaridade.

Um fato bem concreto é o trigo. Ali pelo dia dez de novembro do ano passado valia seiscentos cruzados; hoje com o mesmo dinheiro só dá para comprar quinze quilos de farinha.

Acho que deveria existir mais atenção e incentivo por parte das autoridades Estaduais e Federais para com os agricultores, pois é da agricultura que resultam as arrecadações para o progresso e desenvolvimento do município de Jóia.

**Rosane Assis de Oliveira — 3ª Série**  
Escola Estadual de 1º Grau  
**Incompleto Cacique Sepê — Jóia.**

## JÓIA, ESTE LUGAR TÃO JÓIA

Era uma vez, um lugar qualquer, perdido no meio de matas, rodeado por campos. Italianos chegaram, olharam, gostaram e ali resolveram fazer as suas casas.

Foi o que aconteceu com o nosso querido município de Jóia, por volta dos anos de 1917 e 1918, quando chegaram aqui as famílias Jardim e Mastella, instalando-se os Jardim, em São Pedro do Pontão e os Mastella, na Linha 21 de Abril, hoje Bairro de Jóia. Desde então o lugarejo chamado de Vila Nova, depois Vila Inconfidência, não parou mais. As famílias recém chegadas trabalharam, lutaram, disputaram e venceram. Eis aí o progresso que com orgulho os jóienses conseguiram construir e hoje Jóia se destaca como um dos municípios de maior arrecadação tributária. Também se destaca na educação, devido a implantação das denominadas Escolas Pólo.

Jóia é uma cidade bonita, conta com uma administração otimista e ordeira. Eu me orgulho de morar neste município, porque dia-a-dia tenho a certeza que com fé, otimismo, força e muita garra, conseguiremos colocar o nosso município cada vez mais em maior destaque no Rio Grande do Sul, tornando Jóia uma cidade modelo de hospitalidade.

**Augusto Moraes — 5ª Série**  
Escola Estadual de 1º Grau  
**Giovane**  
**Batista Patias — Jóia**

## A EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE JÓIA

A educação no município de Jóia está melhorando cada vez mais. Relacionando a educação de hoje com

aquela que havia antigamente, percebe-se um grande avanço. Isto, porque hoje o município possui melhores condições econômicas para construir novos prédios, implantar escolas de 1º e 2º graus e contratar mais professores.

A primeira escola fundada foi a de São José, apenas com o primário, tendo duas professoras para lecionar. Alguns anos depois, foi fundada a Escola "Antônio Mastella" de Jóia, melhorando ainda mais o ensino porque foi implantado o primeiro grau completo.

Havia muitas dificuldades não só para os educandos, mas também para os professores. Quem fazia o curso primário em São José, se quisesse continuar estudando, teria que ir estudar em Jóia e aí começavam as dificuldades.

Hoje o município tem o 2º grau completo no Colégio "Antônio Mastella", o primeiro grau completo em São José na Escola Dr. Edmar Kruehl e várias outras escolas nas localidades que pertencem a Jóia, (São Roque, São Pedro, Cará, etc...)

Em 1986 foi colocado em prática um projeto, a Escola Pólo, implantado primeiramente na Escola Giovani Batista Pattias, do Cará. Este projeto tem por objetivo fazer com que as crianças valorizem a terra. A criança tem a oportunidade de trabalhar com a terra, e fazê-la produzir.

No ano de 1987 foi implantado este projeto em São José, na Escola Estadual de 1º Grau Dr. Edmar Kruehl. As crianças trabalharam em Técnicas Agrícolas e Técnicas Domésticas. Em Técnicas Agrícolas os alunos trabalham na lavoura e com animais e em Técnicas Domésticas aprendem culinária, artesanato, etc. Foi muito bom terem elaborado este projeto. Acho que a administração deve continuar valorizando a educação para que os estudantes tenham sempre a assistência merecida.

**Jocemara Della Flora — 6ª Série**  
Escola Estadual de 1º Grau Dr.  
**Edmar Kruehl — Jóia.**

## O MUNICÍPIO

Sabemos que quando um povo tem garra, força e vontade para progredir, as coisas se modificam facilmente, e em consequência o município cresce cada vez mais.

E assim nosso município foi se desenvolvendo. Teve como primeiro nome: Vila Nova, depois Vila 21 de Abril, Inconfidência e finalmente Vila Jóia.

As primeiras famílias italianas que aqui chegaram, tiveram muita dificuldade, principalmente em conseguir água potável. Tiveram que batalhar para criarem as primeiras casas de comércio.

Jóia teve como seu primeiro fundador o sr. Mastella; este possuía um adversário, Antônio Zardin, que havia chegado em São Pedro, tendo hoje uma vila pertencente a Jóia, com o nome de São Pedro.

Com o passar dos anos, aconteceu o movimento político, para que Jóia se emancipasse. Esse era o orgulho dos moradores, mesmo assim muita gente se opôs a emancipação, por não gostar do lugar e das localidades que



Este trabalho é de Luciane Cortiana, da 1ª série de uma escola de Jóia.

pertenciam ao município.  
Em 1º de maio de 1982, houve novamente a votação. Em 1985, a maioria dos votos foram pelo sim, e Jóia passou a ser município. Hoje, Jóia é uma cidade linda. Com o apoio da administração municipal e com a força de todos os moradores, Jóia está crescendo cada vez mais, sendo o orgulho da população. Batalhando com coragem e esperança, é que se alcança um objetivo e é por isso que a população de Jóia através das Escolas Pólo, da arrecadação tributária, do apoio à agricultura e pecuária, contribui para o crescimento do nosso município e consequentemente, nosso Estado.  
**Vera Lúcia Dias - 7ª Série**  
**Escola Estadual de 1º Grau Incompleto Giovane Batista**  
**Pattias - Jóia**

**MUNICÍPIO DE JÓIA**

Vila Jóia era município de Tupanciretã, que sempre almejou sua emancipação. Depois com o insucesso com o plebiscito no ano de 1960, Jóia tentou novamente emancipar-se em 1982 e com a brilhante vitória do "sim", viu seu sonho realizado.

Jóia destaca-se na pecuária e agricultura. A pecuária desenvolve-se com a criação de gado em grandes fazendas, onde os latifundiários empregam técnicas diversificadas. A grande parte dos bovinos são comercializados para o abate, pois são vendidos para frigoríficos das cidades vizinhas. Na agricultura é importante ressaltar que nosso município é considerado uma das áreas de maior produtividade no Estado. Com a triticultura e a sojicultura mecanizada. Jóia também produz: feijão, milho, mandioca, etc. Na área da saúde, comparando hoje com alguns anos atrás, percebemos que houve grande progresso. Foram criados Postos de Saúde com atendimento médico e odontológico, o prédio do Hospital Santa Lúcia foi ampliado e assinado um convênio de filantropia, foram comprados novos equipamentos para a medicina; tudo isso com objetivos de beneficiar a população, principalmente a população carente.

No setor de indústria e comércio, (recursos materiais) Jóia possui: fábrica de móveis, serraria, engenho de arroz, uma Unidade da Cotrijuf com armazém, supermercado e loja; duas agências bancárias, postos de gasolina, oficinas mecânicas, escritórios de contabilidade, aeroporto assistido pela Varig.

No lazer, nosso município é bem servido. A educação é prioridade em nosso município, os professores estão atualizando-se constantemente, a administração está empenhando-se na construção de escolas, o município já possui até uma escola de 2º grau. Foram implantadas as Escolas Pólo visando integrar mais o produtor ao seu meio.

**Gilda Maria Andreatto - 8ª Série**  
**Escola Estadual de 1º Grau**  
**Dr. Edmar Kruehl - Jóia.**

**A EDUCAÇÃO EM JÓIA**

Analisando o sistema educacional do município de Jóia, podemos observar dois aspectos distintos nesta área: de um lado a dedicação progressista de algumas entidades, e de outro, as dificuldades eminentes no País, associadas às divergências políticas pessoais. Jóia, há seis anos conquistou a sua emancipação e neste curto espaço de

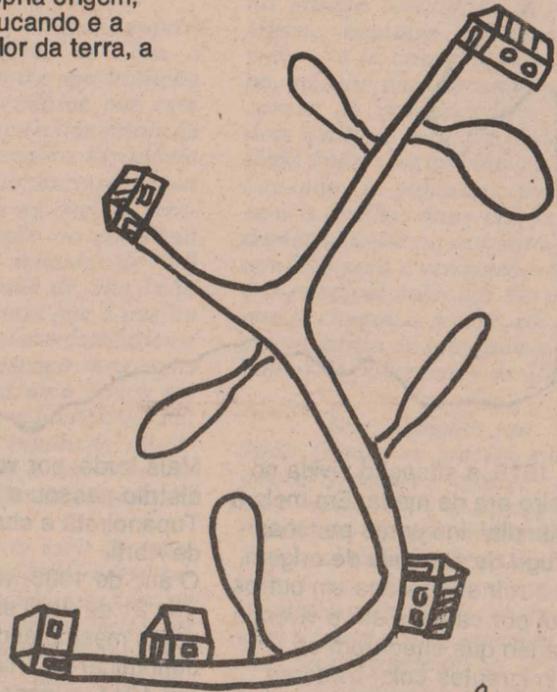
tempo, à medida do possível, a primeira administração municipal, juntamente com o auxílio de pais e pessoas interessadas, conseguiram transformar a educação em uma das metas prioritárias do município. Conflitos, dificuldades, foi uma constante a cada passo, pois pessoas alheias ao setor de ensino ou até mesmo ligadas a ele tentaram a cada dia barrar propostas e projetos, apenas para satisfazer seus objetivos pessoais ou políticos, não se importando com a vida cultural de uma cidade nova e de ensino um tanto precário. Apesar de todos os contratempos, a persistência e a luta tomaram frente à discórdia, e o progresso educacional vem sendo conquistado. Novos prédios escolares, tanto estaduais como municipais, foram construídos e, dentro deles, dezenas de professores

sufrem quase que diariamente as conseqüências de uma educação em recesso no Estado, mas que, mesmo assim, não medem esforços no seu trabalho, dando assistência a centenas de educandos. Os alunos, na sua maioria de baixo nível econômico, filhos de agricultores ou operários, mesmo morando nos mais distintos rincões de nosso município, conseguem fazer parte da Escola, pois os veículos transportadores mantidos por pais e Prefeitura, percorrem vários quilômetros diariamente em busca de cultura para seus habitantes. Escolas Pólo foram fundadas. Uma inovação, um projeto novo que orgulha o município. Funcionando com um mecanismo prático, objetiva fixar o homem à sua própria origem, mostrando ao educando e a comunidade o valor da terra, a

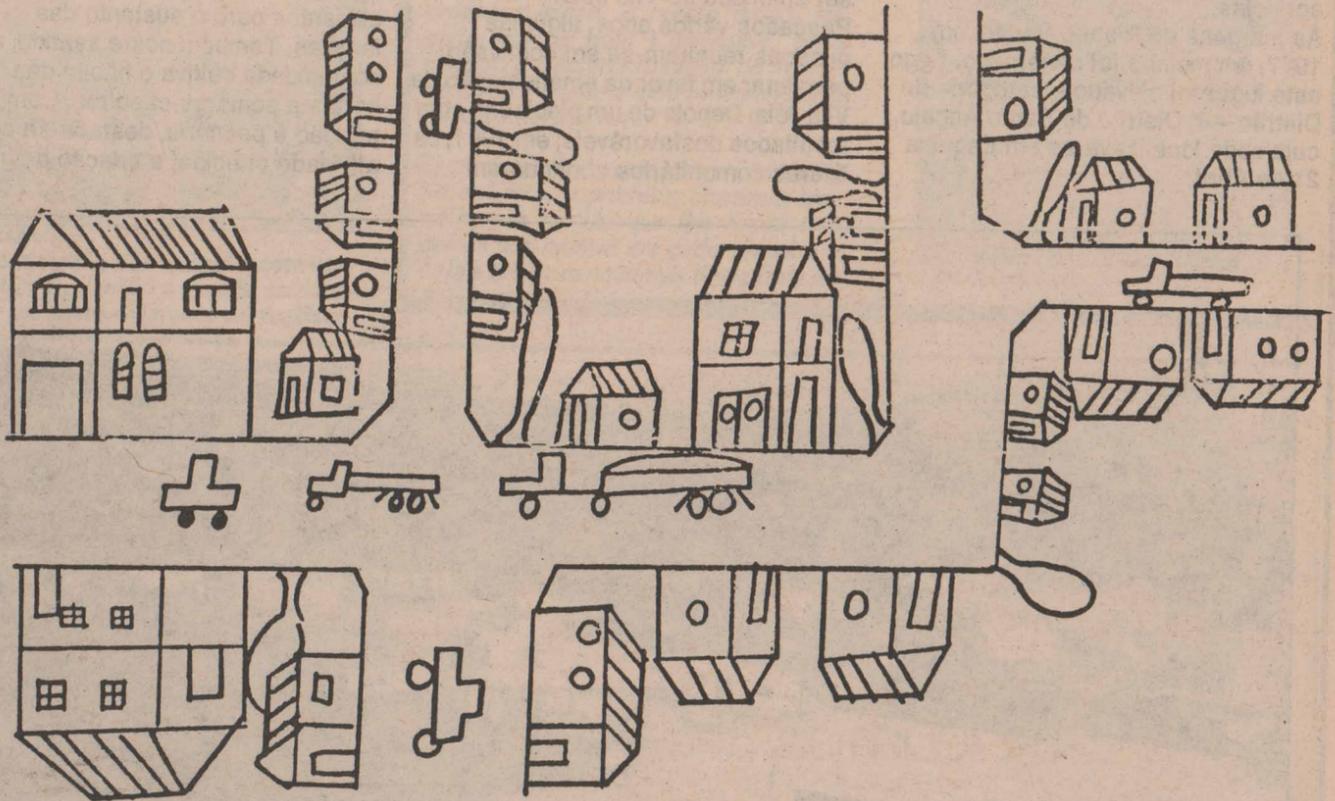
importância de tudo o que ela nos fornece e a fundamental necessidade de compartilharmos a vida do campo com a vida da cidade. Embora haja os desentendimentos, podemos observar que a educação em Jóia está progredindo e isto nos incentiva, pois o nosso desejo como estudantes é de que unam-se todas as partes em prol de uma educação limpa e esclarecida para que Jóia, no seu futuro, possa ser um município íntegro e culto, sempre consciente e comprometido com a realidade atual do mundo.  
**Francisco J. de Oliveira**  
**Série: 1º ano do 2º Grau**  
**Escola Antônio Mastella - Jóia**



*Jóia, no começo.*



*Mais tarde, quando chegaram mais moradores.*



*Jóia, hoje.*

Este trabalho é do aluno Tobias Pattias, da 2ª série da E.C. de 1º e 2º Graus Antônio Mastella, da cidade de Jóia - RS



# Um pouco da história de Jóia

No ano de 1916, a situação vivida no mundo inteiro era de medo. Em meio à I Guerra Mundial, inúmeras pessoas tentavam fugir de seu país de origem, para reconstruir suas vidas em outros lugares. Foi por causa disto e vivendo nesta situação que chegaram os primeiros imigrantes colonizadores italianos, nas terras onde hoje encontramos o município de Jóia. Os imigrantes receberam então, terras doadas pelo Coronel Joaquim Lufs de Lima e Marcial Gomes Terra, e começaram a desenvolver trabalhos agrícolas.

Às margens do Riacho Bonito, em 1917, um moinho foi construído. Logo este lugar foi elevado a categoria de Distrito — 8º Distrito de Santo Ângelo, cuja sede localizava-se em Esquina 21 de Abril.

Mais tarde, por volta de 1928, este distrito passou a ser o 2º Distrito de Tupanciretã e chamou-se de Vila 21 de Abril.

O ano de 1938, veio a transformar a Vila 21 de Abril em Vila Nova e ainda neste mesmo ano, passou a denominar-se Vila Inconfidência. Em 1944, quando a II Guerra Mundial chegava ao fim, as cidades cujas denominações lembravam revoluções ou movimentos revolucionários tiveram que mudar seus nomes. Por isso que a Vila Inconfidência passou a ser chamada de Vila Jóia.

Passados vários anos, algumas pessoas reuniram-se em comissão, para lutar em favor da emancipação de Vila Jóia. Depois de um plebiscito com resultados desfavoráveis, em 1981; os líderes comunitários continuaram

lutando e em 1892, novo plebiscito foi realizado, no dia 1º de maio. Nesta data o povo optou pelo sim, demonstrando o desejo de ver a sua Vila Jóia em município de Jóia.

Em 12 de maio de 1982, Vila Jóia emancipou-se e tornou-se o município de Jóia.

Hoje, após seis anos de emancipação política, o município de Jóia possui uma área de 1.229 km<sup>2</sup>, para uma população de mais ou menos, 8 mil habitantes.

De economia basicamente agrícola, os joienses cultivam principalmente a soja, o trigo e o milho. Nas colônias, há uma diversificação de culturas, uma vez que aí encontramos o cultivo agrícola com vistas às produções de alimentos para o sustento das famílias. Também neste sentido, a comunidade cultiva o hábito das hortas e pomares caseiros. Com relação à pecuária, destaca-se como atividade principal a criação de gado

para o corte, integrada à pecuária, leiteira e suinocultura.

Em termos de ensino, Jóia desenvolveu um trabalho de destaque entre os municípios da região, através do trabalho das Escolas Pólo que objetiva mostrar ao aluno o valor da terra, primando pela integração do homem ao meio. Possui uma rede de 17 escolas municipais, cinco escolas estaduais e uma creche municipal. Uma das escolas estaduais, oferece 1º e 2º graus completos aos estudantes, de modo que não é necessário os estudantes deslocarem-se do município para continuarem seus estudos.

O município de Jóia, conta com: hospital, indústria de madeira, cooperativas (unidade da Cotrijuf e da Agroplan está no meio rural), casas bancárias (Banrisul e Bradesco), agência, clubes, CTG, praça com parque infantil e muitas outras coisas.



O município de Jóia foi criado em 1982

Respostas das charadas:  
a escuridão; a letra V; a estrada.  
o milho; cigarro e cigarras.

## Editorial

Ô meninada, continuo esperando as cartas de vocês.  
Estamos pensando em mudanças para o COTRISOL;  
O desenho, da página 1, será outro, e para isso estamos esperando sugestões de vocês até o dia 30 de junho. Enviem também sugestões de cantos, brincadelas...  
Divirtam com as charadas no passatempo e leiam o texto da página 4, que fala sobre a história do município de Jóia.  
A página do leitor, este mês foi organizada com as melhores redações do concurso seis anos de Jóia, promovido pela Secretaria Municipal de Educação do município de Jóia.  
Um beijo grandão prá vocês!  
**Mariluz**